

ADRIENE COELHO FERREIRA

**OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL EDUCATIVA NA TRANSAMAZÔNICA
(ITAITUBA-PA).**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F383d
2008

Ferreira, Adriene Coelho, 1975-

Os desafios da extensão rural educativa na Transamazônica (Itaituba-PA) / Adriene Coelho Ferreira.

– Viçosa, MG, 2008.

xv, 126f.: il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: José Norberto Muniz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 105-118.

1. Extensão rural - Transamazônica. 2. Ensino agrícola.
3. Desenvolvimento rural. 4. Educação. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

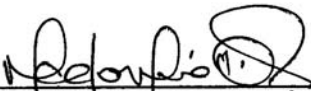
CDD 22.ed. 630.715

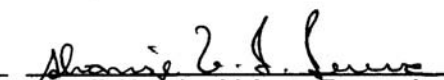
ADRIENE COELHO FERREIRA

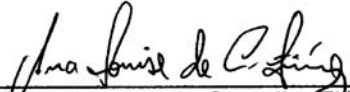
**OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL EDUCATIVA NA
TRANSAMAZÔNICA (ITAITUBA-PA)**

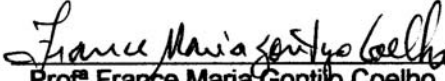
Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*.

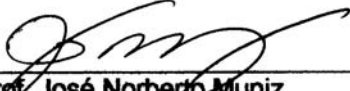
APROVADA: 29 de agosto de 2008.


Prof. Marcelo Miná Dias


Prof. Alvanize Valente Fernandes
Ferenc


Prof. Ana Louise de Carvalho Fiuza
(Co-orientadora)


Prof. France Maria Gontijo Coelho
(Co-orientadora)


Prof. José Norberto Muniz
(Orientador)

À minha mãe, **Maria Isabel.**

Ao meu marido **Ricardo** e à minha filha **Flora**, pelo amor, confiança, companheirismo, paciência, carinho e equilíbrio proporcionado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

À natureza, que é Deus, pela vida e pela beleza; à minha mãe Maria Isabel e ao meu pai, João, pelas oportunidades reveladas. À Maria Lúcia Pisani e ao Henrique Jerozolinski, pelo apoio e pela presença tão amorosa.

Aos colegas conquistados em Viçosa durante a graduação e o Mestrado em Extensão Rural. Principalmente ao pessoal do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV) e ao Grupo Entre Folhas de Plantas Medicinais. Quantas sementes plantadas!

Ao professor José Norberto Muniz, pela orientação; à professora France Maria Gontijo Coelho pelo exemplo e disponibilidade; às professoras Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula por estarem presentes desde o começo desta caminhada; ao professor Marcelo Miná Dias e a todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural.

Do Departamento de Educação agradeço especialmente ao professor Willer Barbosa, por ser tão especial e amigo. À professora Alvanize Valente Fernandes Ferenc, que mesmo à distância representou um porto seguro, obrigado pela disposição em participar desse trabalho.

Aos colegas conquistados em Itaituba ao longo desta pesquisa, pessoal do IBAMA e do ICMBIO, da CEPLAC, da SAGRI, da SEMMA, da SEMAGRA e da EMATER; e ao Padre Arno, do Fórum dos Movimentos Sociais da Br 163, por mostrar que é possível estar tão perto dos agricultores. Às professoras Carla Straub e Liz Carmem pelas discussões produtivas e pela orientação amiga, obrigado!

À Tânia, pelas palavras sempre tão positivas, a Alessandra Aziz, Cíntia Armond, Kalma Cupertino, Fernandinha e a todas as mulheres que não me deixam esquecer que existe um trabalho muito bonito a ser feito.

Ao CNPQ e à Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade.

**Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos algumas coisas.
Todos nós ignoramos algumas coisas.
Por isso aprendemos sempre”.**

Paulo Freire

BIOGRAFIA

ADRIENE COELHO FERREIRA, filha de João Coelho Ferreira Filho e Maria Isabel Coelho Ferreira, nasci em 09 de outubro de 1975 na cidade de Caeté, interior do estado de Minas Gerais. Comecei meus estudos na Escola “Ernest Schatz”, no município de Ouro Preto, onde não apenas aprendi a ler e escrever mas principalmente a lidar com a natureza de um modo amoroso e espontâneo que com certeza me acompanha até hoje. Concluí em 1994 o 2º grau na cidade de Barão de Cocais no Colégio Comunitário Promove e de lá parti para o curso de Publicidade e Propaganda em Belo Horizonte. Foi através da minha mãe que entrei em contato com as idéias de Paulo Freire, o que me levou a ingressar no curso de Pedagogia em 1998 na Universidade Federal de Viçosa, onde tive a oportunidade de participar da efervescência dos movimentos estudantis através de grupos como o GAAV (Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa), o GAO (Grupo de Agricultura Orgânica) e o ECOPEDAGOGIA, que me deram os primeiros fundamentos de trabalhos com grupos e extensão rural. Graduei-me Pedagoga em agosto de 2003. Fui coordenadora de trabalhos de extensão universitária, entre eles do Projeto de Extensão Agricultura Urbana junto ao Programa de Extensão TEIA da Divisão de Extensão da Universidade Federal de Viçosa durante os anos de 2004 e 2005, o que me encaminhou ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e à realização do mestrado em Extensão Rural iniciado em 2006 e concluído em agosto de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Definição do problema	7
1.2. Objetivos	11
2. REFERENCIAL CONCEITUAL	13
3. METODOLOGIA.....	38
4. A EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO PARÁ E O CONTEXTO DE SEU DESENVOLVIMENTO NA TRANSAMAZÔNICA	46
4.1. Um pouco da história da Transamazônica	46
4.2. Afirmação e decadência da ATER na Transamazônica	52
4.3. Alternativas para a crise e construção de uma nova política para a extensão rural.....	61
5. COMO ESTÁ A ATER PÚBLICA NA TRANSAMAZÔNICA HOJE?	66

5.1. Atividades didático-pedagógicas executadas pelos extensionistas para orientação técnica dos agricultores e comunidades trabalhadas	71
5.2. Ações dos técnicos extensionistas e as proposições educativas explícitas na PNATER	79
5.3. Apreensão da proposta educativa a partir dos discursos dos técnicos extensionistas	83
5.4. Proposições educativas que os extensionistas rurais têm introduzido em suas práticas	90
6. ALTERNATIVAS DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO QUE VISAM À INSERÇÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NA PRÁTICA EXTENSIONISTA	95
6.1. Propostas do ponto de vista epistemológico e metodológico.....	97
6.2. Propostas do ponto de vista estratégico	99
7. CONCLUSÕES	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	115
APÊNDICE A.....	116
ANEXOS.....	118
ANEXO A.....	119
ANEXO B.....	121
ANEXO C	123

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Comparação entre a forma de intervenção convencional e a forma participativa	25
2 Características principais e estruturas das instituições	67

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Modelo linear de difusão de tecnologias	15
2 Espiral do conhecimento segundo Piaget	30

RESUMO

FERREIRA, Adriene Coelho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2008. **Os desafios para a extensão rural educativa na Transamazônica (Itaituba - PA).** Orientador: José Norberto Muniz. Co-orientadores: France Maria Gontijo e Ana Louise de Carvalho Fiúza.

O estudo problematiza a proposição do papel do extensionista rural como agente do desenvolvimento rural, a partir de 2003, quando o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário introduziu com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER uma série de parâmetros que buscam reordenar este serviço, com ênfase na utilização de metodologias pautadas pela visualização da importância dos conhecimentos tradicionais em termos da construção de saberes apropriados para o manejo sustentável dos recursos. Na Transamazônica, nas últimas décadas, este serviço passou por crises. No entanto, após a PNATER vem ocorrendo ações que apontam para a resolução desta crise. Assim, a partir da experiência das instituições governamentais de ATER de Itaituba, buscou-se compreender o processo em que a PNATER está sendo implementada, a fim de visualizar as oportunidades e as dificuldades envolvidas nos mesmos. Com isto tentamos formular alternativas de ações ou prioridades que podem ser redefinidas. A real situação da ATER na Transamazônica atualmente ainda está dentro de um processo complexo, onde, apesar dos discursos apontarem para novos caminhos e soluções, opera dentro de uma situação bastante debilitada. Existem vários agravantes, como a grande extensão territorial e a má conservação das estradas; o reduzido quadro técnico e, em alguns casos, a falta de recursos financeiros. Agrava este quadro a precariedade da formação acadêmica dos

técnicos, a dicotomia econômico versus social, que não fornece as ferramentas que têm sido exigidos. As principais conclusões do estudo são que, a fim de fortalecer o processo de resolução desta crise, é importante aprofundar o conhecimento teórico e prático dos técnicos. Outra alternativa seria a criação de um fórum para troca de experiências entre os atores e divulgação de experiências bem sucedidas. Adicionando as experiências de ONGs e de seus próprios grupos de produtores que têm procurado trabalhar dentro da perspectiva de uma nova extensão rural.

ABSTRACT

FERREIRA, Adriene Coelho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2008.
Challenges for the educative rural extension in the Transamazonian (Itaituba – PA). Adviser: José Norberto Muniz. Co-advisers: France Maria Gontijo and Ana Louise de Carvalho Fiúza.

The study presents the proposition about the role of rural extensionist as an agent of rural development, from 2003, when the Brazilian Federal Government, through the Ministry of Agrarian Development, introduced with the publication of the Technical Assistance and Rural Extension National Policy a number of parameters that seek reorder this service, with emphasis on the use of methodologies that sights the importance of traditional knowledge in terms of construction an appropriate knowledge for a sustainable management of resources. In Transamazonian in recent decades this service has gone through crises. However, after the PNATER has been occurring actions that point to the resolution of this crisis. Thus, from the experience of governmental institutions from ATER of the Itaituba trying to understand the process in which the PNATER is being implemented in order to view the opportunities and difficulties involved in them. With this we tried to formulate alternatives from which actions or priorities can be redefined. The actual situation of the ATER in Transamazonian currently is still within a complex process, where despite the speeches point to new directions and solutions, operates within a situation quite frail. Aggravates the precarious training of academic of technicians, the dichotomy economic versus social, which does not provide the tools that have been required. The main findings of the study are that in order to strengthen the

process of resolving this crisis is important deepen the theoretical and practical knowledge of the technicians. Another alternative would be to create a forum for exchange of experience between the actors and dissemination of successful experiences. Adding the experiences of NGOs and their own groups of producers who have sought work within the prospect of a new rural extension

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho problematiza as instituições governamentais de assistência técnica e extensão rural (ATER) na região da Rodovia Transamazônica (BR-230) à luz da atual Política de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. As ações de assistência técnica e extensão rural passam a ser fundamentadas por um papel educativo com vistas na participação. As metodologias de pesquisa e extensão participativas partem da valorização dos conhecimentos tradicionais, o que acredita-se fundamentais à construção de saberes apropriados para o manejo sustentável dos recursos locais. Ao delimitar a dimensão educativa da ATER, o objeto de estudo deste trabalho passa a ser definido em função de uma experiência localizada onde diversos atores interagem para a implementação de ações com base nessas novas concepções.

De um modo geral as políticas públicas são respostas do poder público para problemáticas sociais. A PNATER coloca-se como uma estratégia para o enfrentamento de grandes problemas sociais que afetam o meio rural brasileiro, e institucionaliza no setor público de ATER ações sistemáticas para esse fim. Conforme será discutido ao longo deste estudo, ao invés da especialização técnica, atualmente é esperado do técnico extensionista que ele construa problemas participativamente e gere respostas concretas aos desafios que o agricultor menos capitalizado enfrenta no mundo globalizado, dessa forma, ao invés de mero transmissor dos resultados de pesquisas tecnológicas atue a partir de um novo horizonte epistemológico e metodológico.

Como produto de um amplo processo de negociação entre diferentes convicções políticas e ideológicas, no processo de sua implementação podem ocorrer disputas, interesses individuais dos atores envolvidos, interferências por falta de recursos, etc., a partir dos quais devem ser redefinidas prioridades, metas e ações. Estas características gerais fundamentam formas distintas de atuação, por isso é importante compreender o contexto no qual essa política está sendo proposta e implementada, a fim de possibilitar a visualização das potencialidades e dificuldades nela implicados, contribuindo para a formulação de alternativas de intervenções.

Mais especificamente, como princípio que embasa a PNATER, tem sido dada ênfase à educação por meio da indicação de serviços de ATER baseados em um enfoque dialético, humanista e construtivista com vistas à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais (BRASIL, 2004). Além disso, espera-se também que suas ações privilegiem o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. (BRASIL, 2004:06). Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA, além de ajudas pontuais para a melhoria da infra-estrutura das instituições, vem fomentando um grande rol de ações¹ com vistas a divulgar e consolidar as propostas apresentadas, o que, segundo Duarte e Siliprandi (2006) significa um avanço, pois há propostas de formação de redes integradas de instituições dos mais diversos matizes com a função de divulgar e fortalecer experiências baseadas nos princípios apresentados.

Tendo como referências básicas os desafios impostos pelas peculiaridades de um ambiente econômico, social e político em rápida transformação, e a importância da agricultura familiar para a Transamazônica, é crucial analisar o papel das políticas públicas neste contexto. Em princípio pode-se dizer que as perspectivas sinalizadas pela PNATER têm o potencial de incentivar o resgate e a interação dos técnicos com os conhecimentos construídos localmente por estas populações, que até então eram vítimas do descaso das políticas públicas e das

¹ Entre outras ações, realização de convênios com escolas agrotécnicas e universidades, a elaboração de planos estaduais de formação, oficinas de nivelamento conceitual, cursos de formação em temas variados (sobre agroecologia, metodologias participativas, plantas medicinais e saúde, ATER para quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas) em todas as regiões.

propostas de desenvolvimento de atividades agrícolas muitas vezes inadequadas às especificidades das regiões tropicais. Quando se tem a finalidade de redirecionar e fortalecer a capacidade técnica das instituições rurais, mudanças de direção são um desafio. Uma tarefa necessária é realizar um mapeamento das demandas para o fortalecimento organizacional e capacitação de técnicos. Esse mapeamento pode fundamentar a proposição de alternativas na prática dessas instituições de ações de intervenção local que visem à inserção da dimensão educacional, conforme apontado pela PNATER.

Assim como aconteceu em outras regiões do país, a história da prática de ATER na Transamazônica reflete as expectativas econômicas, políticas e ambientais anunciadas pela ideologia desenvolvimentista que marcou a história brasileira a partir dos anos 1960. Ao longo dos anos de 1970, investimentos maciços na construção de uma extensa malha viária facilitaram a implantação de um sistema planejado para colonização dessa região que implicou na vinda de um grande número de trabalhadores sem terra, oriundos principalmente, dos estados do Nordeste e do Sul do país e na instalação de grandes projetos agropecuários e de extração mineral. Entretanto, esta fase teve vida curta, findando já na década de 1980 e início dos anos de 1990. Embora nenhuma das entidades de ATER tenha sido fechada no estado do Pará, houve uma dramática retração do apoio técnico, administrativo, financeiro e político da esfera federal à extensão rural, que culminou com a incapacidade de atendimento das demandas dos agricultores locais.

Importante chamar a atenção para o fato de que, a despeito de todos esses problemas, as instituições de ATER pública continuaram sendo estruturas essenciais e insubstituíveis na implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento rural na região.

Após uma década de crescente desaparecimento e aparente fracasso (IPAM, 2007), o modelo governamental de ATER no estado do Pará, acompanhando a política nacional, sinaliza para uma retomada importante, onde ganha força a idéia de que, “para o crescimento econômico ser eficiente, deve ser acompanhado não apenas de uma adequada distribuição de renda e riqueza e de uma gestão ambiental sustentável, mas de uma atuação que privilegie a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade através do fortalecimento da participação de cada um nas tomadas de decisão locais” (PARÁ, 2005). Deste modo foi construído o Programa de Assistência Técnica e Extensão

Rural Pública do Estado do Pará - PROGATER - que tem como referência básica os princípios, diretrizes e ações estratégicas da PNATER. Este programa aponta na direção de uma possibilidade concreta de revitalização dos órgãos públicos de ATER e para o fortalecimento das novas referências de atuação para os extensionistas. Suas ações passam a estar fundamentadas pelas especificidades vigentes no Estado, pela participação social, pelo respeito às diversidades regionais, pela valorização das experiências endógenas da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias. (PARÁ, 2005). Evidenciando a necessidade de fortalecer e garantir uma estrutura de ATER pública e gratuita que qualifique e aumente a produção (agropecuária, pesca, extrativista, artesanal, turismo rural) da agricultura familiar, com ênfase em práticas ecologicamente corretas e economicamente viáveis, o PROGATER prevê projetos específicos voltados para a revitalização do serviço de ATER e para a formação e capacitação não só de técnicos, mas também de agricultores, incorporando como princípio norteador o critério de uma educação permanente e continuada.

Mesmo considerando os avanços conceituais citados acima, agricultores, técnicos e outros atores de ATER concordam que a capacidade estrutural e técnica dessas instituições não tem sido capaz de garantir em quantidade e qualidade esses serviços, correspondendo aos anseios da população e o esperado pela política pública. Apesar da pouca bibliografia específica sobre a atuação da ATER na região da Transamazônica, alguns estudos (BATISTA, 2008; SILVA e CARMO, 2007; AGUIAR *et al.*, 2008) apontam no sentido de que novas perspectivas da ação vêm avançando nas discussões regionais, levando a maioria das instituições a incorporar em seus discursos ações voltadas para este fim. Entretanto, esses mesmos estudos têm apontado para diferenças significativas entre as variadas instituições que as propõe, indicando para diferentes graus de assimilação dessas mudanças. Conforme diagnóstico realizado no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (MINISTÉRIO..., 2004), reflexo de um longo período conturbado, todos os serviços de ATER pública da região Norte, atualmente, ainda passam por dificuldades que limitam o atendimento das demandas existentes e previstas. Nesse sentido a insuficiência de pessoal, a escassez de recursos financeiros, além e principalmente, de possuírem uma matriz institucional defasada da realidade e da demanda regional com um quadro de desarticulação operacional entre instituições parceiras, provoca demandas divergentes e, às vezes, conflitantes entre si.

Ao analisar a prestação de serviços de ATER e a diversificação das políticas na Transamazônica nos municípios de Marabá e Altamira, Batista (2008), chega à conclusão que, de um modo geral, o serviço de ATER nesta região está passando por um processo de transição ainda muito debilitado, principalmente pelas condições estruturais das entidades locais, como insuficiência do quadro de técnicos e dificuldades para alocação de recursos para combustível e manutenção de veículos, que são limites concretos. Antes de influenciarem significativamente no serviço executado, as políticas públicas têm gerado nas instituições expectativas de que os serviços tomem um novo fôlego, com a contratação de profissionais e melhorias na infra-estrutura.

Em recente pesquisa sobre as experiências e projetos que visam o desenvolvimento sustentável na região da Transamazônica no Município de Altamira, Aguiar *et al.* (2008) retrata que diante do agravamento dos impactos ao meio ambiente, as várias instituições de ATER têm decidido optar por alternativas de desenvolvimento sustentável, com técnicas que visam à interação social, econômica e ecológica. Entretanto, este autor chama atenção para o fato de a agroecologia ser um tema muito recente nas discussões regionais, principalmente no que diz respeito às ações das instituições junto aos agricultores. Por isso, apesar das instituições de ATER na Transamazônica estarem desenvolvendo projetos voltados a agroecologia ou ao desenvolvimento sustentável, esses princípios ainda não estão muito bem definidos dentro das instituições e pelos próprios profissionais encarregados de efetivar as ações que vem sendo propostas. Isso explica porque ainda se mantém o descompasso entre a realidade e as alternativas propostas para o desenvolvimento da região. O estudo deste autor explicitou ainda, que a desarticulação entre o modelo operacional tradicional da ATER e o modelo de desenvolvimento atual se reflete na dificuldade de efetuar a mudança do paradigma da transferência de tecnologias para o paradigma da agroecologia, uma vez que faltam para as instituições e seus profissionais referências básicas sobre as novas ações que tem sido propostas. Outro resultado dessa desarticulação é a descrença na proposta de retomada do processo de extensão pública por parte dos técnicos e agricultores envolvidos, refletindo-se de algum modo numa resistência para efetuar qualquer tipo de mudança.

Um trabalho que referencia estes problemas é o “Diagnóstico Quantitativo dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Pará” (SAGRI,

2008) onde a Secretaria de Agricultura do Pará buscou apontar alguns dos principais entraves para a efetivação da nova proposta para a ATER.

Gostaríamos de chamar a atenção para uma informação que revela a resistência e um quadro de insuficiência do serviço, que é a relação técnico/família assistida. A menor relação foi de um técnico para 84 famílias no caso da CEPLAC e de um técnico para 188 famílias no caso da EMATER. Pelos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 na região Norte apenas 5,7% dos agricultores familiares têm acesso à assistência técnica, o que mostra que existe ainda uma grande massa de agricultores que não é atendida pela ATER. Conforme Dias (2007) entre estes estão principalmente os agricultores menos capitalizados. Além disso, entre as instituições que trabalham com a população mais pobre, ainda existe uma tendência de se priorizar aqueles agricultores mais organizados, que estariam mais propensos a experimentar inovações técnicas.

Trabalhando sobre dados do Programa de ATES², o diagnóstico da Secretaria de Agricultura do Pará revela dois outros pontos interessantes. Quais sejam: a relação das áreas de atuação dos profissionais para a prestação de ATES e a formação desses profissionais. São 194 técnicos da área agrária para 18 da área social e apenas quatro da área ambiental. Quanto à formação, a maioria, cerca de 70% apresentam nível médio sendo que 27% cursou o nível superior e apenas 3% tem pós-graduação. Partindo do pressuposto de que as atribuições aos extensionistas se multiplicaram para além dos papéis tradicionais, sendo exigido um aprofundamento teórico e metodológico mais amplo que propicie o trabalho com toda uma diversidade de campos e formas de atuação (DIAS, 2007), este dado nos leva a refletir sobre a formação dos extensionistas. Estarão capacitados para esta mudança? Sua formação os instrumentaliza para estas novas ações? E ainda, como cobrar resultados em um contexto onde as orientações para a prática tem sido incoerentes com as habilidades e competências adquiridas e com as estruturas disponíveis?

Da complexidade e multidimensionalidade dos processos nos quais a ATER atualmente está envolvida, frente aos processos de reestruturação e transição propostos, emergem intrincadas questões sobre monitoramento, avaliação e

² O serviço público de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), este serviço é institucionalmente vinculado às diretrizes da PNATER.

construção de indicadores. A proposta que se apresenta nesta pesquisa busca contribuir com o crescente conjunto de iniciativas de investigação e elaboração de um sistema nacional de monitoramento para a extensão rural apoiado pelo MDA e pela Associação Nacional de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)³.

O quadro que temos na Transamazônica é instigante, daí a importância dessa investigação, onde se busca evidenciar a eficiência, a eficácia e a efetividade das reorientações teóricas e metodológicas presentes na PNATER para as propostas de intervenção social, e para os efeitos multiplicadores que elas possam vir a apresentar. Do ponto de vista da sua utilidade prática, esta avaliação tem a intenção de subsidiar a sua gestão, contribuindo para melhorar o desempenho da atuação e a efetividade das ações e não como simples apontamento de imperfeições ou desvios. Através da identificação das iniciativas em andamento, promissoras ou não, foi possível identificar aspectos que podem subsidiar o reconhecimento das experiências no âmbito da efetividade das políticas públicas de ATER.

Neste contexto, teve-se a expectativa de criar proposições de alternativas que contribuíssem para a inserção da dimensão educacional na prática extensionista. Essas alternativas colocam-se como propostas direcionadas aos técnicos e foram exploradas como temas relativos às metodologias empregadas, à capacitação desses técnicos e às condições de infra-estrutura em que a prática pedagógica se desenvolve. Espera-se a partir da proposição dessas alternativas contribuir para uma fundamentação articulada dos recursos humanos e financeiros e a construção de uma relação menos conflituosa entre as necessidades de desenvolvimento local e a ATER na região.

1.1. Definição do problema

Como parte dos esforços para melhorar a eficiência dos programas de desenvolvimento rural um novo enfoque sobre a ATER enfatiza a questão do seu

³ Para RICCI (2007) uma das facetas da gestão participativa e do controle social sobre o orçamento público é a construção de metodologia e instrumentos de monitoramento de políticas públicas. Atualmente, dois ministérios procuraram estabelecer modelos de monitoramento público de suas políticas: o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA iniciou seu projeto em 2006 e procura envolver toda a rede de extensão rural do país na construção de indicadores de avaliação de resultados de ATER.

papel educativo como ponto de apoio para a construção e facilitação de processos de intervenção voltados à participação e à valorização dos conhecimentos locais. Nos argumentos contemporâneos sobre extensão rural, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social, um tipo de educação agrícola é cada vez mais apontada como área-chave não apenas para preparar os indivíduos para lidar com as inovações, mas também e principalmente como instrumento de democratização, facilitando a promoção da inclusão social e do acesso aos direitos da cidadania, transformando os trabalhadores ou produtores rurais em verdadeiros atores do seu próprio processo de desenvolvimento.

Para isto a atual política nacional de assistência técnica e extensão rural deixa explícito que as entidades, seus diretores, seus gerentes e seus agentes atuem dentro de uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de passar a basear sua atuação em métodos e técnicas fundamentadas em uma abordagem sistêmica e multidisciplinar que estimule uma ação educativa, democrática e participativa (BRASIL, 2004). Esse chamamento ocorre, segundo a SAF/MDA devido ao imperativo ambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis que o Estado deve assumir diante do desafio apontado pelo desenvolvimento sustentável. Outra questão importante destacada na introdução do documento que apresenta essa nova política, é que a PNATER coloca-se como um rompimento radical com as propostas anteriores e filia-se como consequência ao caminho aberto pelas críticas à extensão rural voltada ao difusionismo.

Identifica-se que a proposição geral introduzida pelas diretrizes e princípios está inserida em argumentos apresentados por Freire (1992), para quem a educação não é neutra, mas politicamente construída. Desde a década de 1970, este autor apresentou argumentos que questionam a própria semântica da palavra extensão, como não sendo adequada para denominar a atividade desempenhada pelos técnicos para transferir conhecimentos aos agricultores. (LEME, 2005). Um desses argumentos é que existiriam duas abordagens, uma convencional, ou bancária, predominantemente difusionista no sentido de que trata o agricultor como recipiente vazio pronto a ser preenchido com os conhecimentos trazidos de fora pelos técnicos, e outra, a abordagem participativa, onde os conhecimentos dos técnicos e agricultores conviveriam de forma dialógica, se completando e fomentando a emancipação tanto de uns como de outros.

Partindo de uma concepção de caráter instrumental a prática histórica da extensão rural nas suas primeiras décadas de atuação, tendo como objetivo a modernização agrícola baseou-se na teoria da difusão de inovações onde o extensionista tinha um papel central nesse cenário. Predominantemente público, o serviço de ATER brasileiro buscou intervir sobre a realidade rural através de uma ação profissional de forte sentido assistencialista, persuasiva e difusionista da tecnologia. Ocupando uma necessária e estratégica posição, cabia-lhe, no entanto somente a execução das metas estabelecidas. Esta proposta esteve imbuída de uma conotação fortemente econômica e foi marcada por uma prática pedagógica que visou ao condicionamento de comportamentos dos agricultores para seu enquadramento na proposta de modernização (FIÚZA e ALMEIDA, 2006).

Em contraposição, a PNATER atual projeta sobre a ATER e sobre o extensionista rural um papel educativo fundamentado por concepções, práticas e uma forma de organização opostos àquele estabelecido durante o período do “difusionismo produtivista”, o que para um grande número de autores exige a completa revisão dos pensamentos, valores, métodos e comportamentos que orientam a profissão de extensionista atualmente. Diversos autores (CAPORAL, 2006; CAPORAL e RAMOS, 2007; PEDROSO, 2007; SILVA e ARNS, 2002, entre outros) ao discutir o avanço que representa a compreensão de novas bases teóricas para a extensão rural, ultimamente, têm se mostrado preocupados com sua efetividade ao apontarem desafios e obstáculos que devem ser enfrentados para que essas novas bases sejam definitivamente legitimadas e institucionalizadas. Desse modo afirma-se que há fatores restritivos à introdução desse tipo de dimensão educacional na prática extensionista, o qual requer identificação e análise em intensidade, do que afeta sua inserção como prática inovadora. O interesse emerge da questão sobre as opções que são feitas pelos técnicos e suas instituições rurais frente às exigências conceituais e metodológicas apontadas pela proposta de extensão rural apresentada pela PNATER.

As atribuições aos extensionistas se multiplicaram para além dos papéis tradicionais, no entanto, apesar da diversidade de campos e formas de atuação quase nenhuma inovação (ou mudança) ocorreu na formação dos extensionistas (DIAS, 2007). Ao contrário do que se espera, a formação dos profissionais de ciências agrárias (agrônomos, zootecnistas, veterinários, técnicos agrícolas, etc.) que geralmente lidam com a extensão rural não tem acompanhado as premissas

apontadas pela PNATER. Pode-se afirmar que continuam, inclusive, apontando em sentido contrário, ou seja, a postura dos técnicos em campo, conforme Favero (2005), ainda parte da premissa de que são detentores de um conhecimento superior que deve ser difundido para os agricultores a fim de retirá-los da ignorância e atraso típicos do homem rural. Essa concepção implica, predominantemente, para o objetivo da adoção de pacotes tecnológicos simplistas e artificializadores do ambiente.

Têm-se consciência desta situação, pois evidenciando uma inadequação dos profissionais de ATER hoje, a PNATER enfatiza a necessidade de estabelecimento de um “amplo processo de formação/capacitação dos extensionistas para a transição” (BRASIL, 2004). Essa é uma questão-chave, segundo o documento, para a superação de antigos conceitos e práticas e para o estabelecimento das novas regras e metodologias compatíveis com as novas competências que passam a ser exigidas dos técnicos.

Acreditando na necessidade e pertinência dessas proposições, a preocupação desta investigação está em discutir a operacionalização das diretrizes que vem sendo propostas em prática, uma vez que a reestruturação das ações proposta pela PNATER não é uma decisão de caráter meramente metodológico, exigindo uma radical mudança conceitual (MOTA, 2006; CAPORAL e COSTABEBER, 2004a), de modo a não se tornar mais um mecanismo de controle e dominação ou apenas um “discurso pouco prático”. Enquanto o desafio dos extensionistas é a adoção de um modelo de intervenção que inclua o reconhecimento da diversidade social, técnica, política, organizativa e institucional como produto de uma interação dialógica entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, as dificuldades na implementação desses procedimentos extrapolam os desafios da simples capacitação técnica.

Nossa hipótese está baseada na capacidade da formação/capacitação integrada ao processo de desenvolvimento contribuir na construção de sujeitos reflexivos capazes de atuar com qualidade. Partindo da idéia de que os conflitos e tensões são problemas estruturantes das práticas dos agentes, “cuja dinâmica é *a priori*, indefinível, tente-se que os desdobramentos são inerentes e inesperados e adquirem múltiplas formas de reapropriação de objetivos e intenções” (NEVES, 2005). Assim, ao discutir as mudanças de orientação conceituais e institucionais que

atualmente passaram a orientar o estabelecimento das novas bases para a ação extensionista, busca-se chegar à compreensão das relações que são construídas a partir dos significados atribuídos aos recursos e aos temas que são dela expressivos.

Portanto, a pressuposição desta investigação é que a superação das relações anteriormente estabelecidas não surge apenas por causa da simples reorientação governamental. Além disso, a aceitação e/ou incorporação dos novos métodos que vem sendo propostos, a construção das novas relações entre extensionistas e agricultores, partem de um aprofundamento crítico a cerca dos próprios conceitos, valores e comportamentos que definem a ATER. A compreensão de que a ATER é algo socialmente construído, coloca a dimensão educacional da ATER em destaque, o que passa a requer a identificação de como ocorre e de como se configura essa educação nas propostas de ação dos técnicos, enquanto uma mudança efetiva. A dimensão educativa da ATER, de mera transferência de tecnologias para um processo gerador de diversidades, exige que se envolva várias dimensões, que passam a ser primordiais para fundamentar proposições, com vistas à promoção de uma nova base ética e moral que balize as interações entre os atores sociais.

1.2. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender o processo no qual a PNATER vem sendo implementada no município de Itaituba, localizado na região da Rodovia Transamazônica. A justificativa para esta iniciativa decorre da visualização do papel educativo da ATER frente aos desafios que esta região enfrenta desde sua abertura. Nosso propósito é evidenciar o papel do extensionista rural como agente de desenvolvimento rural conforme indicado pela PNATER. Desse modo especificamente pretende-se:

- i. Recuperar o histórico de instalação e desenvolvimento das instituições de ATER no município de Itaituba.
- ii. Identificar as atividades didático-pedagógicas que atualmente vêm sendo executadas pelos extensionistas para orientação técnica dos agricultores e comunidades trabalhadas;

- iii. Identificar se e de que forma estas ações se aproximam ou se afastam das proposições educativas explícitas na PNATER;
- iv. Identificar a apreensão da proposta educacional nos discursos dos técnicos extensionistas,
- v. Identificar as proposições educativas que os extensionistas rurais introduzem em suas práticas;
- vi. Elaborar alternativas de ação de intervenção que visem à inserção da dimensão educativa conforme explícito na PNATER na prática extensionista.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

Conforme discute o documento da PNATER, a alternativa de ações de intervenção que visam à inserção da dimensão educacional construtivista na prática extensionista apresenta como conceitos básicos a participação - configurada nas metodologias de pesquisa e extensão participativas - e a valorização dos conhecimentos locais – ponto de partida da construção de saberes apropriados ao manejo sustentável dos recursos locais. Portanto o referencial conceitual aqui apresentado está centrado na revisão das contribuições teóricas que contemplam as várias concepções da ação extensionista enquanto prática educativa, desde a intervenção puramente difusionista/desenvolvimentista, que restringe esta dimensão à transferência de tecnologias, até aquelas abordagens cuja linha discursiva intenta romper com os métodos convencionais e aponta para propostas inovadoras que percebem os sistemas de conhecimento e de informação como atividade ou construção social. Nesta linha podem ser os estudos de Jean Piaget e Paulo Freire os que em muito contribuem para a compreensão de uma abordagem inovadora para a extensão rural e para a própria crítica à concepção pedagógica tradicional.

Leme (2005) esclarece que existe, atualmente, uma enorme gama de estudos sobre a extensão rural enquanto prática educativa no Brasil. A maioria destes trabalhos tem, predominantemente, discutido o valor da extensão para a modernização ou desenvolvimento da agricultura, sem preocupação em realizar um debate teórico, seja de natureza social, política ou pedagógica, desta prática. A preocupação neste estudo é, assim, contribuir para preencher esta lacuna,

aprofundando em considerações de caráter metodológico, a partir da reflexão sobre os caminhos percorridos pela extensão rural até chegar à sua configuração atual.

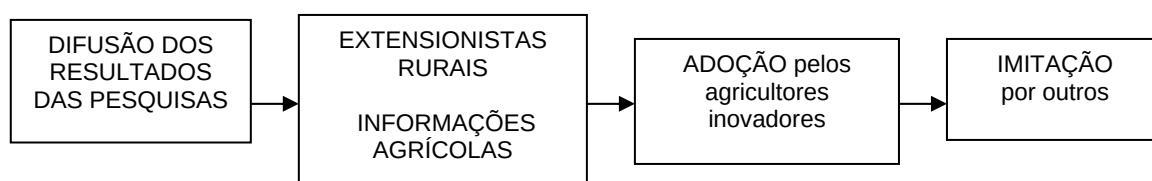
A introdução do modelo de extensão rural no Brasil data da década de 1940, quando se deu, entre outras ações, a criação de organizações que viabilizassem a transferência de tecnologia. Essas organizações, sob a égide da ajuda dos países desenvolvidos aos países pobres, contribuíram para a disseminação de um ideário importado e pouco adaptado às características distintas e heterogêneas das nações mais pobres. Sua principal referência foi o paradigma produtivista monocultor que imperou na abordagem da pesquisa e da extensão rural, com foco na inovação e no incremento da produção (CHAMALA *apud* DINIZ, 2007).

Conforme Mota (2006) a proposta de extensão trazida para o Brasil nessa época fundamentava-se no pressuposto de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para conseguirem aumentar a produção de fibras e alimentos. A atividade extensionista consistia em angariar recursos através do crédito bancário e orientar o agricultor segundo padrões técnico-científicos para que aplicasse eficientemente esses recursos.

A metodologia da extensão rural, construída dentro de um enfoque behaviorista onde a idéia de que o agricultor poderia ser condicionado a partir de estímulos, readaptando-se às inovações trazidas pela modernização do seu ambiente de trabalho, era predominante e controlava todas as ações dos técnicos e também as soluções introduzidas. De acordo com estas idéias a extensão rural seria o elo de ligação entre as populações rurais e o conhecimento técnico-científico produzido pelas universidades e estações de pesquisa. Assim, originalmente o propósito básico da extensão era transmitir conhecimentos ao povo rural e ao mesmo tempo levar os problemas desse povo às fontes de pesquisa (FONSECA, 1985).

O principal ponto de apoio para a construção e adequação deste modelo foi o difusionismo, cuja principal construção foi o estudo de Everett Rogers chamado "*Diffusion of Innovations*", o qual, tomado como referência para a prática extensionista, indicava a adoção de uma abordagem linear onde se previa que os conhecimentos sobre agricultura deviam partir dos centros de pesquisa e alcançar primeiramente aqueles agricultores que mais facilmente aceitassem os pacotes tecnológicos propostos, chamados de inovadores. Esses agricultores eram encarados como potenciais exemplos que conseqüentemente seriam seguidos por

aqueles mais resistentes, que foram chamados de retardatários. Neste processo, segundo Leme (2005:39), “a dinâmica da extensão rural consistia em convencer os sistemas sociais “atrasados” que as mudanças desejáveis seriam atingidas por um processo de inovação dos conhecimentos alcançados pela difusão de novas idéias cientificamente produzidas”. Destinando-se aos agricultores um caminho só de ida, vinculava-se um sentido claro de superioridade, de dominação com que o técnico enfrentava o agricultor inserido em uma estrutura até então tradicional.



Fonte: Adaptado de FEITOZA (2003).

Figura 1 – Modelo linear de difusão de tecnologias.

Conforme Fonseca (1985) a raiz de toda essa proposta está na combinação da teoria Difusionista desenvolvida por sociólogos e antropólogos nas colônias inglesas no século XIX com a Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons⁴ onde o desenvolvimento seria:

Uma questão diretamente relacionada ao dinamismo adotado pelo processo de inovação, que se realiza através da difusão de conhecimentos que ocasionam alternância de caráter a nível psicológico (hábitos e atitudes), introduzindo no modo de pensar das pessoas a convicção de que para os sistemas sociais em atraso (subdesenvolvidos) as mudanças são desejáveis. (FONSECA, 1985:45).

Fonseca (1985) ainda lembra que nesta perspectiva, o desenvolvimento é entendido como uma passagem da sociedade tradicional (onde predominam padrões de conservadorismo, de afetividade, particularismo, compadrio, soluções

⁴ Sociólogo norte-americano. Para Johnson (1997) o principal interesse de Parsons era o de compreender o problema da ordem – isto é, o que mantém os sistemas sociais coesos. No conjunto de sua obra “tentou criar um modelo geral da vida social que explicasse a natureza dos sistemas sociais e os padrões de interação através dos quais indivíduos deles participam. Seu enfoque principal consistia em ver os sistemas sociais como existindo independentemente (...) e como tendo necessidades próprias, que deviam ser atendidas para que os sistemas funcionassem. Por sua parte, indivíduos são socializados e incorporados ao sistema e, internalizando valores e normas fundamentais, comportam-se de maneira que atendem às necessidades do sistema e perpetuam sua existência”. (JOHNSON, 1997: 275-276).

tradicionais e anti-rationais para os problemas comuns) para uma sociedade do tipo moderna (onde predominam padrões de lucro, neutralidade afetiva, universalismo, especialização e soluções técnico-científicas para os problemas comuns). A partir dos convênios com as agências extensionistas americanas, os governos locais assumiram na íntegra este ideário e organizou-se todo um aparato institucional de ATER voltado não apenas para estender conhecimentos aplicáveis à agricultura e à pecuária, mas principalmente preocupado com a efetivação de um projeto comunitário-educativo centrado na ambição de ser um instrumento para a solução dos problemas sociais rurais. “A partir destes objetivos o fator educacional tornou-se então um instrumento importantíssimo na travessia do caminho escolhido. Ele era o como fazer”. (FONSECA, 1985: 49).

Conforme a análise de Fonseca (1985) este como fazer estava fundamentado por uma ação sobre o plano psicológico.

(...) não apenas o caráter pedagógico (transmissão de conhecimentos técnicos e mudanças de atitude pela adoção dos mesmos), mas também o caráter político da atividade extensionista, cuja viabilidade vincula-se à possibilidade de se firmar enquanto um instrumento para fazer cumprir objetivos sócio-econômicos concretos (melhoria de nível de vida atrelada a um aumento de produtividade, da propriedade e do trabalho agrícola), **objetivos esses definidos em razão de uma concepção maior, não apenas de desenvolvimento rural, mas também de um tipo de sociedade a se atingir.** (FONSECA, 1985:51, grifo nosso).

Enquanto projeto educativo para as zonas rurais, a partir de sua proposta teórica, a aprendizagem buscada pela extensão rural era a aprendizagem de um tipo ideal de sociedade (a sociedade liberal), mais aberta e capaz de um desenvolvimento maior e mais rápido, ou ainda, a construção de uma sociedade moderna em detrimento da sociedade tradicional.

A forma utilizada para a transmissão dos conteúdos técnico-científicos foi o uso intensivo de recursos audiovisuais para a difusão das mensagens, não eliminando, conforme Bordenave *apud* Fonseca (1985) “a possibilidade de que os fabricantes de projetores, câmaras, impressoras e equipamentos similares pudessem ter sido aqueles que nos bastidores provocaram este entusiasmo” e a utilização exagerada dos “*mass media*” junto aos agricultores. Caracterizados nos documentos de divulgação oficiais como simples e práticos, a utilização de recursos didáticos audiovisuais como flanelógrafos, cartazes, folhetos, programas de rádio, projeção de filmes e fotografias era justificado pelo aparato institucional devido o

baixo nível cultural do homem do campo e à urgência de “levar até ele” as informações, persuadindo-o a adotar as práticas agrícolas advindas do aparato científico.

A ação educativa da extensão rural tinha como base material a família rural, onde se trabalhava individualmente sobre cada um dos componentes familiares – o chefe da família, a dona de casa e os filhos. O agricultor, chefe da família e considerado o principal responsável pela produção agrícola na propriedade era atendido geralmente por um técnico das Ciências Agrárias (agrônomo ou técnico agrícola) voltado para a disseminação de técnicas de produção e conservação do solo. De forma complementar para atender a esposa atuava uma mulher capacitada para atuar no campo da Economia Doméstica, difundindo conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, abastecimento de água, apoio às atividades domésticas como costura, cuidados com as crianças, confecção de móveis, etc. Com a juventude rural existiu também um trabalho muito forte que buscava levar orientações educativas, cívicas, morais e culturais e que se deu através da criação de grupos como o Clube Agrícola, que era direcionado aos alunos das escolas públicas rurais e como o Clube 4-S, cujos “S” queriam dizer: Saber-Sentir-Saúde-Servir e tinham como propósito principal a socialização e o desenvolvimento de atividades de agricultura, pecuária e educação para a saúde; a partir de uma grande preocupação com a disciplina e o controle dos jovens rurais durante seu processo de formação (DA SILVA, 2008; MELO, 2000).

A transmissão de conhecimentos em todas estas frentes partia de um trabalho de persuasão e convencimento e ganhava ênfase através de campanhas comunitárias onde as famílias eram coletivamente mobilizadas para conhecerem e assimilarem os conhecimentos técnicos, de produção ou de saúde e higiene, tidos como válidos. A prática educativa resumia-se neste ponto à vulgarização de experiências já dadas como válidas. Em nenhum momento havia a preocupação com o conhecimento que estas pessoas ou comunidades traziam. Ao contrário, a família rural de antemão e generalizadamente recebia a pecha de “carente”. Carente de alimentos (desnutrida), carente de informações (ignorante), carente de saúde (doente), carente de contatos com o exterior (isolada), carente de laços sociais sólidos ou avessa à solidariedade social (anônima). (CALAZANS *apud* FONSECA, 1985).

Algumas avaliações internas neste período destacaram que as experiências até então desenvolvidas não estavam tendo os resultados esperados. O avanço na discussão do aprimoramento do trabalho educativo que era realizado, entretanto isto ocorreu apenas em nível de discurso, pois já no final dos anos 1950, a concepção de diálogo entre extensionistas e família agrícola cedeu lugar às preocupações com o crédito orientado. Do ponto de vista do discurso, as ações da extensão rural passaram a adquirir, a partir deste momento, o significado de potencial difusoras de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira, em termos de modernização. Até essa época existiam instituições de extensão nos estados do Sudeste, Sul e algumas cidades do Nordeste.

Quanto à proposta educativa, a educação passa a ser fundamentalmente voltada para a produção, ou seja, educação para a produção e o consumo. Para apoiar o desenvolvimento do país em termos de modernização tecnológica. Para tanto, busca-se um maior impacto econômico da atuação da extensão rural, redefinindo seu público, se era o agricultor mais carente, agora dirige-se ao grande produtor, encarado como mercado, como potencial comprador de mercadorias. Deste modo começava-se a excluir o pequeno agricultor e através da elaboração de esquemas de crédito mais sofisticados e volumosos, modifica-se o padrão de difusão. Assim a extensão rural tomou corpo junto aos médios e grandes produtores.

Antes preocupada com a viabilização da melhoria de qualidade de vida das famílias mais empobrecidas no meio rural, na década de 1960 volta seu foco claramente para o aumento da produtividade dos produtores mais capitalizados e integrados ao mercado. Para estes últimos as orientações seriam em termos de assistência técnica para uso dos meios de produção (máquinas e insumos), enquanto os que hoje são denominados agricultores familiares, cerca de 80% das unidades produtivas, passaram a ser conduzidos por seus sindicatos e cooperativas para que obtivessem melhores preços pelos seus produtos, acesso ao crédito facilitado e à organização política.

Politicamente o Estado brasileiro apresentava a necessidade de incorporação de novas áreas à produção e ao mercado, com a justificativa de promover a resolução de problemas econômicos. À ação extensionista neste contexto, coube veicular este discurso, colando o desenvolvimento da agricultura a uma compreensão empresarial do empreendimento agrícola, o que não se deu sem a geração de novos conflitos sociais e problemas econômicos. Neste período,

conhecido como “modernização”, a disseminação de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita (mecanização agrícola) permitiram o aumento da fronteira agrícola e a disseminação de culturas em que o país passou a ser recordista de produtividade (como a soja, o milho e o algodão, entre outros), atingindo recordes de exportação. Conforme Callou (2007) a crise dos incentivos fiscais e a crise do “milagre econômico brasileiro” a partir de 1973 consolidam a fusão do extensionismo original, “educativo” e “humanista” com a idéia da difusão de tecnologias modernas, numa relação íntima do aparato extensionista com a própria dinâmica do capitalismo brasileiro.

Enquanto “ajuda técnica e financeira” a extensão rural lançou mão também da articulação de lideranças locais tradicionais e comunitárias (identificadas por métodos sociométricos⁵) e dos trabalhos de desenvolvimento de comunidades (visualizadas como contextos socialmente homogêneos, isto é, sem conflitos de interesses internos), entre outras estratégias. As estratégias de comunicação predominantes nesta fase, além do contato pessoal entre extensionista e agricultor, foram as reuniões, excursões, treinamentos, unidades de demonstrações, campanhas e programas de rádio, cuja variação e intensidade se desenvolveram à medida que o sistema de extensão rural se expandiu pelo país (CALLOU, 2007).

O trabalho educativo agora passa a enfatizar os aspectos administrativos do empreendimento rural, prevendo uma capacitação que prepare as famílias rurais para que estas se libertem e possam viver “independentes de ajudas governamentais”, assegurando um planejamento integral e racional das atividades da família rural, melhorando suas condições de vida. A metodologia denominada “adequada” para o alcance dos objetivos propostos foi fundamentada em idéias e estratégias retiradas dos estudos de dinâmicas de grupos, onde se previa a seleção e treinamento de lideranças adaptadas ao trabalho da ACAR que seriam preparadas

⁵ Para Coelho (2005) o modo de ação orientado para o trabalho com lideranças apresentava distorções devido à estrutura quase sempre autoritária e vertical de poder no meio rural brasileiro, “a sociometria apenas identificava figuras de poder, pessoas de influência, chefes quase sempre ligados entre si ou com os grupos dominantes locais. Tais figuras de poder não atuam por meio da ação dos grupos, mas exercem sua influência, de forma individual, sobre seus membros. Os grupos, por sua vez, não são vistos como uma matriz e, por isso, não podem ter influência sobre seus líderes, tampouco são capazes de mudá-los, quando assim convier ao grupo. Essas figuras de poder são estratégicas quando os propósitos da intervenção são o controle e a dominação do grupo, com vistas a um processo de desenvolvimento que não questiona a subordinação dos cidadãos. A educação que ocorre também neste processo de desenvolvimento não se faz no sentido da autonomia dos cidadãos, ou seja, como diria Paulo Freire (1996), a pedagogia da autonomia é um projeto político para um tipo de desenvolvimento social”. (COELHO, 2005:125).

para fazer a ponte entre este órgão e o meio rural retransmitindo os ensinamentos que recebessem via assistência individual, para seus grupos. Esses líderes eram escolhidos através da aplicação de testes sociométricos aplicados nas comunidades.

A partir dos anos 60 o fluxo de investimentos americanos começa a diminuir para dar lugar aos investimentos estatais, levando à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, o que, aliado à mudança política ocorrida no país em 1964 e o período do “milagre brasileiro” (1969-1973) encaminham a extensão rural para a sua primeira grande mudança estrutural.

Em 1974 o Estado, buscando acelerar o processo de modernização da agricultura, assume-se enquanto única fonte de suporte financeiro e institucional e cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) levando, a partir de 1975, segundo Brose (2004) à segunda grande mudança no sistema de extensão rural brasileiro, que através de uma completa estatização, passa a atuar através de empresas públicas que ganham o título de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Focalizado no aumento de produção e na especialização produtiva a partir do ideário da Revolução Verde, neste período as preocupações permanecem centradas mais no aspecto assistência técnica e na difusão de inovações do que na extensão rural propriamente dita, relegando a dimensão educacional a um segundo plano e alavancando a introdução massiva de técnicas, insumos e maquinário importados não condizentes com as realidades encontradas no meio rural brasileiro.

Até então uma atividade de abrangência e orçamento reduzidos (VIVAN, 2004), a extensão rural estatal se institucionaliza de fato e passa a integrar um sistema público voltado para um fim claro, que foi a modernização do campo. Segundo Dias (2007) foi neste momento que ocorreu a afirmação da extensão rural enquanto profissão, prática e serviço público educativo, tornando coerente e institucional um perfil profissional de “agente moldado para o controle e para a intervenção instrumental sobre a natureza e a sociedade”, que é adotado de norte a sul do país na formação dos estudantes das ciências agrárias.

Entretanto é sobre este período em particular que repousam as maiores críticas. Na articulação do sistema econômico e através do trabalho educativo realizado pela extensão rural, o agricultor familiar, além de sofrer a expropriação do seu trabalho e de sua produção, sofreu principalmente a expropriação do seu saber.

Em nenhum momento isto era claro e realizado de forma direta. Ao contrário, apoiado no crédito agrícola e nos programas educacionais de transmissão dos conhecimentos técnicos que enfatizavam a modificação das mentalidades, contribuiu-se silenciosamente para a subjugação do trabalho do agricultor ao capital (permitindo assim a confirmação e a expansão das relações de exploração capitalista no campo) e a subordinação da sociedade agrária à sociedade urbana e industrial (FONSECA, 1985).

Para uma série de autores o intenso processo modernizador da agricultura brasileira acarretou além dos impactos sociais e culturais, ainda impactos ambientais graves. Caporal e Costabeber (2004a) analisam que a intensificação no uso de insumos químico-mecânicos acelerou a degradação dos solos, a contaminação do meio ambiente e a agressão aos recursos naturais, com reflexos diretos na qualidade de vida não só das populações rurais como também das populações urbanas, que passaram a adquirir produtos com altos níveis de contaminantes. Entre outras, são estas críticas que impulsionam a revisão de todo este histórico, apontando para um novo modelo para a extensão rural.

A inadequação desse modelo importado e de sua fragilidade, principalmente em relação à realidade heterogênea da América Latina, levaram depois de meados da década de 1970 a questionamentos importantes e ao florescimento de novas correntes ou enfoques de desenvolvimento mais abrangentes. Aos poucos, um novo contexto se delineia e as análises passam a incorporar a problemática sócio-cultural-ambiental como parâmetro. Os graves problemas ambientais ganharam notoriedade e o avanço do processo de globalização das economias aprofundou as críticas ao extensionismo convencional e seu modelo produtivista de agricultura. Esse contexto fortalece o desafio da prática de uma agricultura menos agressiva ambiental e socialmente e que incluísse as populações mais pobres, dando-lhes não apenas condições de renda e trabalho, mas de recuperar os danos anteriormente causados ao meio ambiente.

Para além dos aspectos ambientais, Duarte e Siliprandi (2006) afirmam que apesar dos aspectos ligados à coordenação e financiamento tenham sido importantes para a revisão deste histórico, a crise no sistema também começou a ser fortemente alimentada por pressões que questionavam principalmente a metodologia e os objetivos dos seus sistemas de intervenção, classificados como

autoritários e ineficientes. E este é o quadro, segundo Vivan (2004) sob o qual se começou a projetar mudanças importantes para este serviço.

Com o avanço dos processos de globalização nas décadas de 1980 e 1990, além de mudanças radicais na esfera política, aliado a um contexto de maior democratização e crescimento dos movimentos sociais, passa a emergir como resposta à crise da extensão rural brasileira uma multiplicidade de experiências de ONGs (principalmente as ligadas à REDE-PTA⁶), empresas prestadoras de serviços, organizações vinculadas a movimentos de agricultores, que, sem qualquer tipo de coordenação pública, passam a atuar no meio rural basicamente junto à agricultura familiar. Esta nova realidade tanto passou a influenciar a extensão rural pública quanto passou a estabelecer outros canais de financiamento de suas atividades, culminando com a geração de uma nova proposta para o desenvolvimento rural brasileiro.

A concepção da extensão rural enquanto transmissora de saberes, embora continuasse como um paradigma importante para um grande número de pesquisadores e acadêmicos, aos poucos começou a ser abalada. Apesar de não significarem, principalmente para as agências estatais de ATER um rompimento com o passado assistencialista, difusionista e produtivista, inegavelmente a pluralidade de concepções alternativas provocou mudanças localizadas e uma lenta e gradual aproximação entre os serviços públicos de extensão e as organizações de movimentos sociais.

Importante foi também a consagração do conceito de desenvolvimento rural sustentável que se deu logo após a ECO-92. Essa foi uma popularizada Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. A partir daí o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de temas importantes como o interesse pelas dimensões sociais das estratégias de desenvolvimento e a consequente revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas. Ganha força também a idéia de que a educação e o treinamento passem a ser encarados como instrumentos da construção de uma consciência ambiental e da capacitação de quadros para o desenvolvimento

⁶ No início dos anos 90, algumas entidades do Espírito Santo e do estado de São Paulo se juntaram para discutir e apoiar o trabalho com Sistemas Agroflorestais (SAFs) na Mata Atlântica, formando uma rede de projetos em agricultura alternativa, a REDE-PTA.

sustentável, visando o fortalecimento das instituições e a melhoria das capacidades nacionais de coleta, processamento e análise dos dados relevantes para a gestão da sustentabilidade. Para os países em desenvolvimento reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção de novas modalidades de desenvolvimento.

A partir da transferência da competência relativa a ATER do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Decreto 4.739, de 13/06/2003) e da criação do Departamento de ATER na Secretaria de Agricultura Familiar do MDA (DATER/SAF) no começo dos anos 2000 é que os novos horizontes que nos propomos a aprofundar passaram a ser delineados para a extensão rural, fomentando a reformulação dos seus parâmetros de atuação a partir de novos conceitos. Depois de 13 anos onde imperou uma espécie de vácuo institucional que afetou de maneira traumática a ATER pública e reduziu a capacidade de atendimento de suas instituições, prejudicando de várias formas a assistência direta aos produtores e comunidades rurais, uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER passa a convocar entidades e agentes de extensão rural para que participem de um processo de renovação que dê conta de reverter o quadro de exclusão e desgaste ambiental provocado pelos modelos anteriores, assegurando, além disso, uma participação efetiva das populações até então marginalizadas no controle sobre esta política pública.

A PNATER indica que os processos de intervenção devem buscar ir além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem o reconhecimento da diversidade social, técnica, política, organizativa, institucional como um produto de uma interação dialógica entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos. A atuação do técnico se baseia na interface da valorização de uma nova base ética e moral entre os atores sociais.

O documento da PNATER estabelece orientações metodológicas para o sistema de ATER, onde as ações passam a buscar um caráter educativo com ênfase na pedagogia da prática de Paulo Freire, o que se traduz:

Pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. (BRASIL, 2004:11)

A PNATER chama atenção ainda para que as instituições, os agentes de ATER, o ensino e a pesquisa privilegiem atividades de pesquisa-ação participativas, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos agricultores e as novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos que tenham a participação como premissa.

Evidenciando a inadequação do quadro técnico disponível, o documento da PNATER enfatiza a necessidade de estabelecimento de um “amplo processo de formação/capacitação dos extensionistas para a transição” (BRASIL, 2004), questão-chave segundo o documento para a superação de antigos conceitos e práticas e para o estabelecimento das novas regras e metodologias compatíveis com as novas competências que passam a ser exigidas dos técnicos. Caporal e Costabeber (2004a) chamam a atenção para a exigência de construção de um “novo profissionalismo” para a ação extensionista.

A dicotomia entre formação tecnológica e formação humanista é discutida por diversos autores (COELHO, 2005; FEITOZA, 2003; DIAS, 2007) que indicam a urgência de um enfoque sistêmico ancorado pelo comprometimento com as consequências das mudanças sociais ou políticas que as práticas tecnicistas podem provocar no campo. Nesta direção aponta o estudo de Muniz (1998) quando insiste que a revisão dos seus fundamentos e a construção de um novo quadro analítico seria indispensável para o futuro da extensão rural. Ele esclarece que a atuação extensionista marcadamente técnica, baseada nos princípios da quantidade e no imediatismo dos resultados, que desconsiderava a diversidade ambiental e as populações locais, não pode, frente aos desafios no presente, manter-se sob os “mesmos princípios e pressupostos identificados pela extensão agrícola”.

Muniz (1999) entende que os desafios atuais gerados pelas profundas e rápidas transformações na área social e de ciência e tecnologia impõem à extensão rural uma ruptura com os padrões tradicionais, deixando a extensão rural de ser vista apenas como área de solução de problemas técnicos práticos para assumir seu papel como área problema, onde entre outras questões, a inserção do extensionista passa a ocorrer em um contexto mais abrangente, que prioriza o conhecimento local e a experiência vivida dos produtores rurais. A própria conscientização de que não é um agente neutro e livre de valores pode contribuir para o avanço de todos estes questionamentos e a proposição de alternativas para a ATER.

Para interpretar as práticas de intervenção dos extensionistas, Alencar (1990) aprofunda uma importante diferenciação a partir dos conceitos de “abordagem convencional” e “educação participativa”, o que se dá através dos significados que tais abordagens atribuem à unidade social para a ação e dos papéis a serem desempenhados pelos extensionistas e pelos agricultores. Enquanto que para a abordagem convencional as estratégias de intervenção são lineares e de modo geral direcionadas para aqueles agricultores mais capitalizados e “aptos” a absorver as novas técnicas, numa abordagem participativa “a educação é vista como um processo onde ela em si é o objeto e não o meio para atingir outros objetivos” (ALENCAR, 1990:28). Nessa proposta a unidade social para a ação do extensionista passa a ser uma comunidade heterogênea composta por diversos grupos de interesses, com diferentes problemas e acesso diferenciado a benefícios e às instâncias de poder. Fica evidente a não neutralidade do seu trabalho enquanto agente de mudança que trabalha em nome do Estado. A seguir é apresentado um quadro que confronta estas duas formas de intervenção:

Tabela 1 – Comparação entre a forma de intervenção convencional e a forma participativa.

INTERVENÇÃO	UNIDADE SOCIAL PARA A AÇÃO	PAPEL DO AGENTE EXTERNO	PAPEL DOS AGRICULTORES
CONVENCIONAL	Comunidade não-diferenciada	TUTORIAL (Identifica os problemas e suas causas e estabelece os meios para solucioná-los)	PASSIVO (Executa as ações prescritas pelo agente externo)
PARTICIPATIVA	Grupos com interesses comuns	EDUCACIONAL (Identifica grupo com interesses comuns, promove a organização inicial desse grupo e orienta na identificação dos problemas)	ATIVO (Identifica os problemas e suas causas, estabelece os meios para soluçona-los e avalia as ações executadas buscando novos rumos quando necessário)

Fonte: ALENCAR (1990).

Atualmente a articulação de uma via de mudança social não pode mais ser concebida apenas enquanto um projeto linear do técnico para os agricultores visando

apenas aspectos materiais. E a proposta precisa de um projeto global que preveja a criação de possibilidades de ampliação de potencialidades individuais e coletivas.

A partir da perspectiva participativa é que a educação tem sido proclamada como área-chave, não apenas para preparar os indivíduos para lidar com as inovações, mas também e principalmente, para facilitar a promoção da inclusão social e o acesso aos direitos e à cidadania. Nesse sentido, GOHN (2001) observa que na nova conjuntura de avanço tecnológico e globalização de informações e serviços, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social, conceito de educação tem sido ampliado, ganhando centralidade nos discursos e políticas atuais a partir de sua categorização na modalidade não-formal.

Amâncio (2007) discute a proposição de que o cotidiano da vida nas áreas rurais possibilita a recriação de valores sobre o que é a educação. Dessa forma é importante refletir sobre o que seja essa educação, uma vez que a grande maioria dos atores sociais residentes nestas áreas está desprovida do acesso à educação formal, aquela que se configura pelo acesso à escola formal e seus conteúdos. Ao contrário, a educação não-formal acontece em outros e variados espaços da vida social, com diferentes componentes, metodologias e formas de ação, sendo exercida normalmente por sindicatos, ONGs, empresas, secretarias de governo, etc. Deste modo, compreender a educação em comunidades rurais passa necessariamente pela compreensão das propostas e políticas públicas de desenvolvimento para este setor.

Desta forma, o espaço não-formal das relações educativas toma grande proporção ao se tratar de comunidades rurais, pois estes espaços são os espaços que refletem a voz destas comunidades seja nas reuniões formais como associações, cooperativas, sindicatos, igrejas, entre outros. Nestes espaços a expressão da oralidade através do diálogo confere outra concepção de alfabetização, pois nestes espaços ocorrem os exercícios constantes de aprendizado de diferentes linguagens e significados das palavras. (AMÂNCIO, 2007:05).

É no bojo dessa proposta que uma concepção conservadora e tradicional de extensão rural esbarra atualmente. Seus princípios mais fundamentais são colocados em xeque por uma crítica que propõe novas competências não apenas técnicas, mas cognitivas e políticas para os atores que realizam intervenções no espaço rural. Leme (2005) indica o desenvolvimento do pensamento em relação a este assunto no sentido de que o centro do objeto estudado passou do agrônomo

para o agricultor, e chama a atenção para que esta passagem necessariamente precisa buscar na educação uma nova fundamentação teórica.

O campo da educação é bastante vasto, implicando deste modo uma grande diversidade de práticas educativas que expressam intenções e ações derivadas de interesses sociais em conflito na sociedade em que vivemos Libâneo (2008). De maneira geral, conforme diz Saviani (2007), as diferentes concepções de educação podem ser agrupadas em duas grandes tendências opostas, de um lado as que agrupam concepções pedagógicas que priorizam a teoria sobre a prática, subordinando esta àquela e preocupando-se com as teorias do ensino, como as diversas modalidades de pedagogia tradicional, tanto as situadas na vertente religiosa quanto na leiga. E de outro lado uma segunda tendência que se compõe daquelas concepções que subordinam a teoria à prática, voltadas predominantemente para as teorias da aprendizagem, que é o caso das diferentes modalidades da pedagogia nova ou renovada. Ou seja, para o primeiro grupo o problema principal da educação reside na questão “como ensinar”, para o segundo grupo o problema fundamental se traduz pelo questionamento “como se aprende”. De um lado predomina a figura do professor como elemento central do ato educativo e de outro o aluno, no nosso caso, respectivamente o agricultor e o agrônomo.

Em termos históricos o domínio da primeira tendência se estende desde a pedagogia de Platão e da pedagogia Cristã, passando pela pedagogia humanista e da natureza, pela pedagogia idealista (Looke, Kant, Fichte e Hegel), pelo humanismo racionalista pós Revolução Francesa e o modelo de educação funcionalista nomeado por Émile Durkheim até o final do século XIX. Sempre pautadas pela centralidade da instrução enquanto formação intelectual, o ensino neste momento permaneceu centrado na figura do professor, cuja tarefa seria a de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade segundo uma gradação lógica, cabendo aos alunos apenas assimilar estes conteúdos que lhes eram transmitidos.

Já a segunda tendência abarca uma corrente renovadora e aparece no século XX disputando com as correntes tradicionais a influência sobre as atividades educativas. Seu precursor principal foi Rousseau, passando por Pestalozzi, Froebel, Kierkegaard, Nietzsche e Bergson e chegando ao movimento da pedagogia nova, às pedagogias não diretivas e ao construtivismo. Ao compreender o educando como

“ser *prático*” e buscar compreender como se dá a construção do conhecimento, nesta corrente.

O eixo do trabalho pedagógico desloca-se, portanto, da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos de aprendizagem, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, da quantidade para a qualidade. (SAVIANI, 2007:2).

Como é a prática que determina a teoria, não existem regras e diretrizes fixas generalizáveis, mas sim a valorização da iniciativa dos educandos e a promoção de seus interesses e do seu contexto particular. Na atividade educativa, educador e educando devem participar das atividades em condições de igualdade, deixando o professor de dirigir os processos de aprendizagem. Dewey, filósofo e pedagogo americano contemporâneo a Durkheim, sobre este ponto afirmou que o professor devia ser aluno e o aluno professor e que, tanto o que dá quanto o que recebe a instrução, quanto menos tiver consciência de seu papel, melhor.

Para alguns críticos dessa corrente este deslocamento da figura do professor para a do aluno gera uma redução do processo educativo, produzindo uma cultura escolar mais simplificada e que tem consequências graves no próprio modelo da profissão docente, que passa a ser refém dos objetivos dos alunos, por exemplo. Mas mesmo diante das contestações críticas que esta tendência vem enfrentando desde então, conseguiu assegurar seu predomínio. Sob a forma do movimento da Escola Nova⁷ estabeleceu o primado dos fundamentos psicológicos da educação sobre os fundamentos filosóficos e didáticos que orientavam até então os métodos de ensino (SAVIANI, 2007).

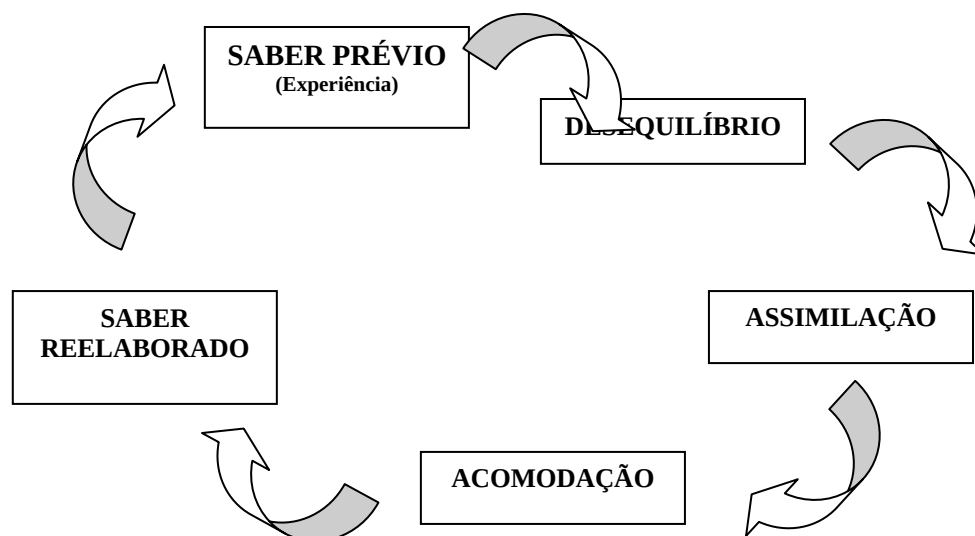
Derivado das teorias da epistemologia genética de Jean Piaget e da pesquisa sócio-histórica na qual Vygotsky é um de seus nomes mais expressivos, o construtivismo é, provavelmente a corrente pedagógica mais difundida na atualidade. Fundado no século passado, a Epistemologia Genética, preocupa-se em

⁷ Escola Nova foi o movimento histórico e cultural europeu de vertente liberal e antiautoritária que em seu tempo assumiu uma concepção reformista e uma atitude transformadora dos processos escolares. No Brasil este movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova, onde intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Cecília Meireles defendiam a universalização da escola pública, laica e gratuita. A atuação destes pioneiros se estendeu pelas décadas seguintes sob fortes críticas dos defensores do ensino privado e religioso, mas suas idéias e práticas influenciaram uma nova geração de educadores como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

como o ser humano amplia, ao longo da vida, seus conhecimentos (capacidade de pensar, sentir e agir sobre si mesmo, os outros, a natureza e a sociedade). Piaget introduziu as bases da idéia de conhecimento enquanto construção, expressando que o movimento de interação entre sujeito e objeto é algo contínuo, onde o sujeito age sobre o objeto assimilando-o, e essa ação assimiladora transforma o objeto. A gênese do pensamento, na perspectiva piagetiana demonstra que o saber novo não é construído sob o vazio, sempre há um nível de conhecimento sobre o qual se pode aprimorar.

Para Piaget (1972) vários fatores podem impulsionar a aquisição de novos conhecimentos, mas é quando o indivíduo se encontra numa situação em que seu saber prévio se torna insuficiente por causa de transformações internas ou externas, que acontece o momento mais importante, o desequilíbrio, que é o que dá a energia do impulso para a motivação rumo a aprendizagem de padrões novos. Passada esta etapa e aceito o desequilíbrio como motor, é confrontado com saberes que se dirigem à integração (assimilação) dos conhecimentos novos. Simultaneamente, nesta junção de conhecimentos, os esquemas antigos passam por um processo de reelaboração (alteração, manutenção ou descarte) que termina pela acomodação de conhecimentos e seu conseqüente equilíbrio, no que Piaget chamou de conhecimento significativo, ou seja, aquele conhecimento utilizável.

Esses processos não são algo estático, mas contínuos. Por isso, é importante chamar a atenção do leitor para que a matriz elaborada por Piaget, que tem a forma de espiral, o que contrasta com o modelo linear do behaviorismo de Rogers e propagado pelo difusionismo. Em seguida apresentamos uma figura onde podemos visualizar os principais conceitos trabalhados por Piaget, e também uma configuração espacial para a proposta deste teórico.



Fonte: Adaptado de RUAS *et al.* (2006).

Figura 2 – Espiral do conhecimento segundo Piaget.

Como se vê, aliado à compreensão do ato de conhecer como processo de construção determinada pelas ações mútuas entre os indivíduos em sua interação com os outros e com o ambiente, o construtivismo valoriza a compreensão de que no ato educativo não ocorre apenas assimilação de novos conhecimentos, mas transformação daqueles conhecimentos já incorporados, numa alteração constante dos esquemas de pensamento, habilidades, significados e valores (COELHO, 2005). Se nada a rigor está pronto, acabado, o conhecimento, deste modo, não é algo que possa ser dado como algo pronto, terminado, como previsto pela teoria difusionista. É justamente esta a contribuição da teoria de Piaget, mostrar que os sujeitos realizam um movimento que é constante e que não é algo solitário, mas um trabalho realizado na relação com os outros. Nesse aspecto essa teoria pode ser chamada de construtivismo interacionista. “É à medida que o sujeito interage (e, portanto age e sofre ação do objeto) que vai produzindo sua capacidade de conhecer e vai produzindo também o próprio conhecimento.” (RUAS *et al.*, 2006:27).

Aplicada à prática pedagógica do extensionista a teoria piagetiana contribui no questionamento sobre as motivações que tanto os técnicos quanto os agricultores têm (ou não) para construir novos conhecimentos. Outra questão importante refere-se à valorização dos saberes prévios dos agricultores que, conforme se vê, não podem ser simplesmente ignorados ou taxados como inválidos como pregava o difusionismo, mas podem ser conscientes e, de modo responsável,

desequilibrados sem desvalorizá-los, pois são etapas importantes para a construção de novos patamares de saberes.

O extensionista, atuando numa visão piagetiana, tem um papel diferenciado e mais exigente do ponto de vista da sua postura como educador. É preciso reconhecer que o processo de produção do conhecimento (cognitivo) se dá no campo pessoal e particular do indivíduo e, ao mesmo tempo, no campo social, pois se estabelece nas relações do sujeito com o meio. Como mediador do processo de produção do conhecimento, o extensionista precisa adotar, em sua prática cotidiana, uma postura investigativa, estimulando a adoção dessa mesma postura também pelos atores sociais. Isso possibilitará a sua atuação como facilitador do processo educativo, uma vez que as observações realizadas servirão como base para a problematização da realidade e organização das idéias, com o grupo envolvido. A capacidade de observação vai sendo aprimorada à medida que as informações obtidas forem apropriadas pelos observadores num constante processo de reflexão e ação. (RUAS *et al.*, 2006:29)

Para Sousa (1986) a ação educativa do extensionista junto ao produtor pode ser compreendida através dessa abordagem construtivista na medida em que o processo de intervenção entre esses sujeitos requer uma atualização constante de conhecimentos e práticas que não ocorre no vazio nem acontece desvinculada das interações sociais. Para esta autora:

As interações sociais e seus produtos não se reduzem a apenas “trocas” entre dois sujeitos – extensionista x produtor. Há um sem número de fatos e elementos que interferem nestas interações e, conseqüentemente, seus produtos, incluindo as próprias construções das estruturas mentais. (SOUSA, 1986:235).

Neste caso, trabalhar com os agricultores familiares para que se organizem exige a busca por formas alternativas de ação que dizem respeito à própria natureza e aos seus resultados concretos e práticos dessa ação. Assim, o extensionista precisa conhecer o significado e a relevância social e econômica, bem como suas formas alternativas de organização, para que partindo das ações dos próprios agricultores e da estrutura de seus “esquemas de ação” consiga animá-los na sua organização. Dessa forma, acredita-se que essas ações levarão os agricultores a internalizar novas categorias de pensamento, ampliando “suas próprias possibilidades de conhecer o funcionamento dos sistemas de relações envolvidas nas diversas formas de organizações como cooperativas, sindicatos e outras mais” (SOUSA, 1986:236).

Os pontos de vista dos extensionistas e dos agricultores não são iguais, pois se dão sob marcos perceptivos diferentes, por isso, os primeiros têm que ter clareza dos conhecimentos de que os últimos possuem.

O que pode parecer perfeitamente óbvio, claro, lógico e racional para o extensionista pode ter significado absolutamente diferente no sistema das relações lógicas (ou estrutura de pensamento) do agricultor. Neste caso, não se tem dados de “erro”, mas de pontos de vista diferentes, de marcos perceptivos diversificados, de diferenças nas estruturas mentais previamente adquiridas, o que nem sempre tem sido considerado como elemento importante nas situações concretas das relações sociais entre extensionista e produtor rural. (SOUSA, 1986:236).

Paulo Freire contribui com essa discussão ao trazer para o debate a intencionalidade da educação e, conseqüentemente, a noção de que não existe neutralidade na atividade educativa. No livro *Extensão ou Comunicação*, publicado pela primeira vez em 1971, este autor propõe um modo de ação diferente e critica fortemente toda a construção desenvolvimentista/difusionista, chamando a atenção para os problemas causados pela atuação do agrônomo na transferência dos conhecimentos em relação aos agricultores chilenos. A pedagogia da *práxis*, ou da prática, como define este autor, está fundamentada na idéia do sujeito (tanto agricultor quanto extensionista) enquanto ser histórico e inacabado que constrói e reconstrói cotidianamente seus saberes na prática comunitária. Nesta concepção o saber local e os métodos originados das experiências individuais ou coletivas valem pouco perto do conhecimento técnico e científico que o extensionista tem por difundir (FEITOZA, 2003), por que:

Não serão raras as ocasiões em que o problema real para nós não o é para os camponeses e vice versa. Não serão raras as ocasiões em que os camponeses revelam conhecimentos empíricos apreciáveis em torno de questões fundamentais de técnicas agrícolas. (FREIRE, 1992:87).

Coelho (2005) segue o caminho apontado por Paulo Freire ao destacar que o processo de mediação exercido pelo extensionista, dependendo das formas metodológicas de ação que são utilizadas, pode ter dois sentidos: um de apoio ao questionamento, aumentando as competências discursivas, e outro de manutenção de formas de dominação e exclusão social, ativando efeitos perversos, e a promoção ou acirramento de conflitos internos e externos aos contextos ou grupos sociais. Para a autora, “as intervenções são apostas históricas, razão por que temos de ser metódicos ao questionar o que fazemos, pois lidamos com a vida das pessoas”, e ainda: “quando se abre mão da sistematicidade, da preocupação metódica, a orientação técnica cai no difusionismo tecnicista já tão criticado” (COELHO, 2005:81).

Devido às complexidades que envolve, o trabalho do extensionista deve ter como ponto de partida uma análise profunda do cotidiano dos agricultores e do contexto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais, até mesmo religiosas envolvidas. Assentado sob uma atitude de observação e respeito a essas condições poderá ter como ponto de chegada a capacidade de encaminhar os agricultores a ressignificar conhecimentos, aprimorando-os rumo à resolução de seus conflitos. Para Freire (1992) para a efetividade de seu trabalho, o agrônomo precisa conhecer a visão que este agricultor tem do mundo na sua totalidade, a visão do seu mundo mais próximo e principalmente as várias relações desses mundos:

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. (FREIRE, 1992, p. 24).

A prática educativa que percebe os agricultores como agentes passivos e receptores de tecnologias e conhecimentos, parte de uma noção do conhecimento como algo que vem de fora, algo que o agricultor não possui e que deve lhe ser trazido pelo extensionista, via discursos persuasivos e adoção de técnicas muitas vezes não compatíveis com as realidades social e/ou ambiental de suas propriedades. Para Freire (1982) isso não é educação, mas puro adestramento. Para este autor a prática educativa em uma perspectiva progressista vai além do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas. Pelo contrário, ensinar é criar possibilidades para a produção ou a construção de conhecimentos, donde podemos afirmar que educador e educando, ou extensionista e agricultor não podem se reduzir à condição de objetos um do outro (FREIRE, 1996).

Ressaltando que uma comunicação alienadora reduz as capacidades de ação comunicativa entre as pessoas, a discussão de Habermas (1987) em “Teoria da Ação Comunicativa” deve ser ressaltada na medida em que este autor procura reabilitar o “mundo da vida” tendo como objetivo central a idéia de que a racionalidade humana é mais ampla que a razão moderna e pode ser reconstruída através de um processo de aprendizagem coletiva, que é o que pode construir uma nova racionalidade. Tanto Habermas quanto Freire indicam que o parâmetro da ação deve ser a realidade concreta dos sujeitos e que seu fim é a recuperação do tecido social de modo a promover o controle da sociedade civil organizada sobre os espaços de poder, a emancipação, ou seja, uma possibilidade de uma participação

livre e ativa dos sujeitos. A dialogicidade entre teoria e prática deve ser não só social na relação educador/educando, mas também científica, entre a racionalidade da ciência e a prática, entre as várias práticas e as várias ciências. Para que haja este diálogo, em sua pedagogia, Freire propõe que se faça uso de uma metodologia que parta de temas geradores escolhidos pelos próprios educandos, pois a partir do mundo concreto os signos adquirem um maior sentido tanto para o agricultor quanto para o próprio extensionista.

O mundo humano é um mundo de relações, onde o signo lingüístico é uma das formas de relação, a comunicação. Desta forma, não há sujeito passivo na comunicação dialógica. A comunicação entre os sujeitos é realizada por expressões verbais que "deveriam" ser percebidas por ambos, por significados que deveriam ser comuns. Se não há acordo no diálogo, através do ato comunicativo, não há compreensão, não há percepção. (LEME, 2005:90).

Os conteúdos ou as técnicas trabalhadas não podem ser escolhidas por um dos pólos isoladamente. No caso do agrônomo ou de sua equipe, não é válido que realizem um planejamento de ações distanciados da estrutura em que esta ação se dará. Freire ainda chama a atenção de que não importa mesmo que esta equipe esteja a par dos problemas mais urgentes que o agricultor precisa resolver, pois teima em incorrer numa invasão cultural, além do que esta prática limita a criatividade natural da lida com o mundo concreto. Para o autor, o processo de educar não dá ao educador o direito de impor sua opção de mundo, quando age assim, não realiza educação autêntica, mas manipulação, "coisificação" do educando. Em Comunicação e Extensão, Paulo Freire traz um exemplo:

No momento em que um assistente social se reconhece como "o agente da mudança", dificilmente perceberá esta obviedade: que, se seu exemplo é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele. (FREIRE, 1992:44)

Esta dialogicidade, entretanto, não é algo fácil de estabelecer, por pertencerem a condições socioculturais diferentes, as crenças empíricas do agricultor, na maioria das vezes se chocam com os significados e temas técnico-científicos expressos pelos extensionistas, que, por sua vez, e acreditando na superioridade de suas intenções, promovem o que Freire chama de invasão cultural, ou antialogicidade (LEME, 2005). Para Freire (1996) "ensinar exige saber escutar" e "o desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto

antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados”. (FREIRE, 1996:139).

Freire aprofunda esta questão em *Pedagogia da Autonomia*, livro de 1996, onde chama a atenção para que se aprende a falar com os educandos escutando-os. É importante evitar falar impositivamente e saber escutar pacientemente e criticamente o outro para poder “falar **com ele**, mesmo que, em certas condições, precise de falar **a ele**” (grifo do autor). (FREIRE, 2002:127).

Ademais da operacionalização das novas propostas de ação, deve-se considerar que os métodos não são neutros, já que correspondem a contextos sociais e ideológicos bem definidos políticos e historicamente, de modo que podem ser utilizados para levar a uma genuína capacidade de construção e organização, assim como podem ser utilizados apenas para satisfazer objetivos externos tratando da simples incorporação de adjetivos que pouco ou nada mudam a prática cotidiana. Conforme Leme (2005) não é possível estender, com a extensão rural, conhecimentos salvadores que transformarão ou substituirão completamente os envolvidos nesta prática, pois os conhecimentos são construídos em função de condicionamentos histórico-sociais construídos dentro do próprio ambiente da produção.

Freire (1994) refere-se à questão da conscientização como condição para a resolução deste conflito. Para o autor, na dinâmica da dialogicidade serão gerados conflitos que só serão superados pela conscientização de si em relação aos outros e ao mundo. O sujeito, seja extensionista ou agricultor não tem como se libertar se não possui a visão total do contexto, ou seja, é a visão orgânica que pode dar as condições para os sujeitos diferenciarem a educação que visa a dominação e a educação que promove a humanização. A primeira para a domesticação e a segunda para a libertação (LEME, 2005).

Ao invés do diálogo problematizador que não se limita ao domínio do conhecimento instrumental, têm-se perpetuado a pura “assistencialização técnica” que se dá através de uma narrativa predominantemente verbalista, o que constitui uma espécie de assistencialismo educativo. A metodologia principal para esta ação tem sido a modalidade da palestra, onde o técnico é a figura central e o agricultor é a platéia.

Mudar este quadro é uma decisão, sobretudo, política, onde a participação do técnico no sistema de relações agricultor-natureza deixa de estar reduzida a um

estar diante, ou estar sobre, ou estar para os camponeses, para ser um estar com eles, como sujeitos também da mudança. O mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das idéias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história é o que envolve e condiciona a forma de atuação do técnico, por isso ele não podendo se eximir dessa implicação, inevitavelmente sai marcado pelos resultados da sua própria ação.

Com relação a uma orientação para a ação extensionista as idéias de Pedro Demo (1991, 2001) contribuem para o aprofundamento dos desafios atuais frente à questão da participação da sociedade civil no campo das políticas públicas estando em consonância com as de Freire e Piaget, na medida em que este autor trabalha com a questão da participação enquanto conquista processual, algo que está em permanente construção e reconstrução e que cotidianamente precisa ser reafirmada. Esta participação refere-se a uma apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Não é algo a ser dado ou consentido (DEMO, 2001), sua concretização passa pela organização coletiva e pelo domínio e compreensão dos participantes dos processos onde estão inseridos.

Além de chamar a atenção para a questão da paridade nos processos de organização de grupos, onde deve ser assegurada a legitimidade e representatividade dos atores envolvidos (mulheres, jovens, idosos, etc.), o avanço deste autor está em sua proposta de uma didática do “aprender a aprender”, cujo ponto de partida é a utilização de uma metodologia crítica ancorada numa atitude investigativa frente ao mundo. Através da pesquisa os sujeitos, tanto os técnicos quanto os agricultores têm a possibilidade de continuamente estarem trocando experiências e aprofundando-se no conhecimento de suas realidades empíricas para daí redefinirem seus rumos e estratégias de ação.

Ao contrário da pesquisa convencional onde o pesquisador deve manter sua subjetividade distanciada da realidade estudada, não se misturando com o objeto estudado sob pena de macular os resultados e o ideal de cientificidade, caracterizado por princípios como o da objetividade e da neutralidade, neste tipo de pesquisa é indicado ao pesquisador implicar-se ao máximo, de modo a não trabalhar sobre os outros, mas com os outros sujeitos-atores da pesquisa de modo gerar conhecimento em um processo de educação coletiva.

Pesquisa é processo que deve aparecer em todo o trajeto educativo, como princípio educativo que é, na base de qualquer proposta emancipatória. Se educar é sobretudo motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisa é parte intrínseca. (DEMO, 1991:36-37)

Pedro Demo ainda refere-se à pesquisa como uma capacidade de questionamento onde não se deve admitir resultados definitivos, o que se justifica pela sua função de agente de construção e não simples transmissão de conhecimentos. Até então exclusividade de uma população privilegiada, imersa no universo acadêmico a atitude pesquisativa proposta por Demo indica o rompimento de muitas barreiras. Acostumado a uma posição de liderança, o técnico sob estes novos parâmetros passa a ter um papel interativo e reflexivo. O modelo mais próximo disso é a espiral de Piaget e não a linha de Rogers.

Como visto até aqui, para os serviços de extensão rural, conforme inicialmente idealizados para os países em desenvolvimento como o Brasil, faz pouco sentido o difusionismo puro. Não que o modelo de Rogers deva ser completamente ignorado, pelo contrário, é importante chamar atenção para que as vezes é preciso e importante fazer difusão de informações técnicas, como questões de higiene ou vacinação, por exemplo. O cuidado que deve ser tomado, como vimos, é para o modo como isso se dá.

Está se falando de uma transição que não é simples ou rápida, principalmente em contextos como o da Transamazônica, mas neste referencial buscou-se chamar a atenção para a tendência de que os serviços de ATER tornem-se cada vez mais críticos e democráticos, fundamentando-se em uma concepção construtivista do conhecimento que se alinha à percepção da ação extensionista enquanto atividade dialógica. O que na prática trata-se de uma intervenção baseada em orientações dadas pela pesquisa-participativa que insere o agricultor no processo de construção do conhecimento, valorizando seus saberes ao invés de ignorá-los ou considerá-los inferiores.

3. METODOLOGIA

A referência empírica deste estudo são as instituições governamentais de ATER em atividade na região da Transamazônica, no município de Itaituba, localizado no oeste do Estado do Pará. A população deste estudo é constituída dos dirigentes e extensionistas que conduzem os projetos destas instituições de ATER. Formam este grupo a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRA). As duas primeiras instituições apresentam como objetivos a promoção da assistência técnica mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações, contando com escritório local em Itaituba.

A SEMAGRA atua de forma diferenciada. Atualmente não prestando este serviço aos produtores familiares devido ao quadro reduzido de técnicos e carência de material e veículos. No momento, está apenas oferecendo assessoria a Projetos da Escola Estadual de Educação Tecnológica do Pará (EETEPA)⁸, como Viveiro de Mudanças e Unidade de Processamento de Óleos de Copaíba e Andiroba, entre outros. Também é responsável pelo fornecimento de serviços de mecanização agrícola e acesso a programas governamentais⁹, além de servir como intermediária para a

⁸ A EETEPA é a única unidade de ensino existente na região com a finalidade de capacitação profissionalizante na área de agroindústria, produção animal e vegetal e meio ambiente. Possui infra-estrutura de ponta incluindo vários laboratórios para as diferentes especialidades, mas, no entanto, atualmente está carente de profissionais capacitados que possam utilizar os laboratórios de forma a contribuir para o desenvolvimento de pesquisas para a região (GESTAR, 2008).

⁹ Por exemplo, construção de Barracões Comunitários e Casa de Beneficiamento de Farinha em algumas comunidades.

cessão de técnicos aos órgãos governamentais (CEPLAC e SAGRI¹⁰) e outras instituições sociais, como é o caso do STTR¹¹. Embora existam outros atores que também compõem os espaços de implementação e gestão das políticas públicas de ATER, como as representações sociais dos trabalhadores rurais e as entidades não governamentais de assessoria e apoio aos agricultores familiares, esta pesquisa está centrada nas entidades públicas, objeto principal da PNATER. É sobre essas organizações que recai o maior número de preocupações a respeito dos desafios institucionais que este serviço público enfrenta na transição para a construção de um novo modelo de serviço educativo.

Não apenas para o caso da ATER, mas também para inúmeras outras áreas, as possibilidades de avaliação tem sido objeto de pesquisa desde a década de 1990. A avaliação pode assumir vários significados, e nesse contexto, enquanto técnica e estratégia investigativa é um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa, onde seu sentido principal tem sido o de fortalecer um movimento de transformação em prol da cidadania e dos direitos humanos. Tecnicamente esse processo geralmente tem sido realizado com um conjunto abrangente de procedimentos sistemáticos que visam analisar desde as estruturas e processos dos programas, até as ações e os procedimentos que provocam. Ao tratar a avaliação como um processo e uma construção que envolve os mais diferentes atores, vem se tornando habituais a inclusão de mais de uma forma de abordagem. Por isso há necessidade de levar em conta a participação e as percepções dos sujeitos envolvidos na criação e na implementação dos programas sociais, considerando as relações e as representações como parte fundamental dos êxitos e limites das ações que são propostas.

Como se está tratando de um conjunto de categorias de análise mutuamente relacionadas, parte-se da idéia de que a atividade extensionista necessita de uma visão global que não apenas capta os dados estatísticos ou históricos da região em estudo, mas que se permita também a compreensão das relações sociais e políticas entre os vários atores estudados (INTINI, 2004). Dessa forma este estudo se fundamenta na teorização do contexto e do conteúdo da PNATER, aliada à observação e análise da dinâmica dos atores sociais envolvidos no processo e suas

¹⁰ Secretaria de Agricultura do Estado do Pará.

¹¹ Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba.

representações, tanto em relação à implementação de ações balizadas pelo novo pensamento sobre a ATER, como no interior do próprio processo de avaliação.

Partindo das constatações acima, a primeira etapa da pesquisa visou reconhecer o estado geral do problema em relação ao qual ocorreria a avaliação. Com base neste estudo exploratório, com vistas em aprofundar o conhecimento do nosso objeto de pesquisa, fez-se um levantamento de novos dados secundários para compilar e analisar estudos já realizados. Assim, foi feita: análise de informações sociais, demográficas, econômicas e produtivas, através de dados oficiais e trabalhos acadêmicos referentes ao contexto em questão.

Em seguida foram realizadas visitas a vários órgãos (EMATER, CEPLAC, SAGRI e SEMAGRA) para a realização de conversas informais¹² que tinham por objetivo averiguar a disponibilidade de informações, projetos, potencialidades e problemas existentes e encaminhar possíveis novos contatos. Logo em seguida foram realizadas entrevistas semi-estruturadas¹³ com o gerente regional e a técnica administrativa da SAGRI que implicou na aquisição de material documental e aprofundamento de informações relativas aos procedimentos para implementação das políticas de ATER na região e no Município.

Foi realizada também uma visita ao STTR e algumas conversas informais com o dirigente do Fórum dos Movimentos Sociais¹⁴, buscando-se compreender melhor o contexto da agricultura familiar no município e o acesso a ATER pela agricultura familiar. Com essa seleção de entrevistados acredita-se ter obtido certa consistência das informações coletadas, pois se pôde alcançar os discursos de diversos atores envolvidos na problemática da implementação e gestão das políticas de ATER, como o poder público, os movimentos sociais rurais e as instituições de ATER propriamente ditas.

Deste modo, a abordagem metodológica utilizada neste estudo seguiu os fundamentos da observação participante, onde se buscou a inserção gradual da pesquisadora nas instituições de modo a torná-la bem familiarizada com as pessoas que estavam sendo estudadas. Na medida do possível em um clima amigável, isso

¹² Para evitar qualquer desconforto por parte dos entrevistados, estas conversas não foram gravadas nem ocorreu tomada de notas, apenas posteriormente é que procedemos a um relato escrito das questões tratadas e pontos relevantes que foram levantados.

¹³ A opção pelo modo semi-estruturado deriva da sua flexibilidade, pois se acredita que deste modo os informantes disponham-se de maneira mais tranqüila a definir os conceitos que buscamos captar.

¹⁴ Fórum que integra sindicatos de trabalhadores rurais e associações populares rurais e urbanas e tem área de atuação na BR-163 e na Rodovia Transamazônica, o que abrange os municípios de Aveiro, Castelo dos Sonhos, Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis, Placas e Trairão.

foi facilitado, entre outras razões, pela inserção desta pesquisadora no município ter ocorrido devido a um familiar ser funcionário do IBAMA, instituição também governamental sobre a qual parte um interesse por parte dos pesquisados em fazer comparações estruturais (como disponibilidade de pessoal, computadores, internet, etc.). Além dessa ligação facilitar também a nossa inserção em atividades onde geralmente os atores das outras instituições estiveram presentes.

Devido à grande receptividade, ao reduzido número de técnicos e ao fácil acesso às informações e material fotográfico solicitado, foram realizadas apenas três visitas à CEPLAC, enquanto à EMATER foram realizadas 15 visitas. Sobre esta instituição se investiu maior esforço de pesquisa e análise em função de diversos fatores, como o fato de ser quem tem maior área de atuação, maior número de agricultores atendidos e maior número de técnicos. Neste último órgão, apesar da imediata receptividade dos profissionais, o acesso a alguns dados e documentos solicitados, também devido à aparente desorganização do material, se deu de forma lenta e algumas vezes imprecisa. A idéia trabalhada por SELTZ, WRIGHTSMAN e COOK (1987) de que na observação participante a medida tempo influencia no acesso a informações mais completas e menos distorcidas, se aplica neste caso, pois foi perceptível que quanto mais o entrosamento aumentava, mais claras se tornavam as informações fornecidas.

Nesta etapa a utilização de um diário de campo onde eram imediata e sistematicamente registradas todas as percepções e sentimentos, desde a receptividade dos atores até as dificuldades e impedimentos encontrados na consecução das propostas, foi importante, permitindo ampliar a problematização. A dificuldade de se estar lidando com representações preestabelecidas ao objeto de estudo, além da pesquisadora ser um ator externo às instituições, poderia induzir os informantes a distorcerem suas opiniões. Por isso, fez-se necessário focar a atenção na captação da dinâmica de relações entre pares e na relação com a população. A identificação das contradições cotidianas entre discurso e prática permitiram compreender as relações de dominação e de poder que estavam em jogo e refinar as representações e símbolos sobre os quais era necessário dar atenção. Essas observações, posteriormente fundamentaram a construção do roteiro de entrevista a ser feita com os técnicos.

Em uma segunda etapa da pesquisa foram utilizadas três diferentes técnicas que se complementaram, a saber: História oral, Pesquisa documental e Entrevistas semi-estruturadas.

A justificativa para a utilização da História oral foi a necessidade de efetuar uma recuperação histórica dos processos vividos pelas instituições, juntamente com a existência, em ambas instituições, de técnicos antigos que presenciaram a criação do serviço de ATER na região e no município e que estavam prestes a se aposentar. O ponto de partida foi a apropriação das experiências vividas, dando o sentido histórico e contextual aos fatos relatados, com o intuito de valorizar as memórias e recordações. Esses relatos poderão contribuir para uma contextualização da cultura extensionista no município e região, funcionando também como uma ponte entre a teoria e a prática nesta pesquisa. Não foi elaborado roteiro fechado de entrevista, deixando o espaço aberto para que os entrevistados se sentissem livres para apontar aspectos históricos que consideravam relevantes. Na reconstituição histórica a ser realizada pela pesquisa exigiu que fossem feitas perguntas que permitissem detalhar as informações que iam sendo fornecidas. Com esse procedimento pôde-se captar os temas mais recorrentes e sobre os quais os entrevistados demonstravam mais interesse em discorrer.

Contribuíram para a elaboração da narrativa histórica, além dos técnicos das instituições, funcionário da SEMAGRA, antigo funcionário da ACAR-Pará e também um agricultor pecuarista residente no município desde a década de 1970 e que participou intensamente de todos os processos que envolveram a abertura da rodovia Transamazônica e criação da ATER no município. Esses depoimentos acrescentaram fatos importantes e visões distintas.

Como a parte da manhã (entre oito horas e meio dia) nas instituições é dedicada ao atendimento externo, com grande afluxo de agricultores ou outras pessoas aos escritórios, este horário foi posto para a observação direta. O cotidiano dos técnicos dentro das instituições revelou alguns tipos de atendimentos a agricultores que procuravam os escritórios locais naquele período. NA EMATER, quando os técnicos da área econômica estavam ocupados, o diálogo direcionava-se às duas técnicas da área social e aos técnicos administrativos. Esse diálogo foi o que viabilizou o trabalho de resgate histórico, pois eram estes os funcionários mais antigos, geralmente com vinte ou mais anos de casa. Nesse sentido, contribuiu também o relato escrito de um extensionista no qual ele buscou fazer um resumo do

histórico da extensão na região, relatando fatos relevantes. Dados secundários também foram levantados a partir de documentos oficiais e publicações das entidades.

Contudo os resultados desse levantamento nas instituições em muito diferiram neste levantamento, uma vez que na CEPLAC percebeu-se uma maior organização do material e menor burocracia para acessá-los. Já na EMATER ficou perceptível certa resistência de alguns funcionários em apresentar algumas informações, o que era justificado por eles pela inexistência ou desorganização dos arquivos. Quando as conversas eram individuais, percebia-se uma maior disposição em fornecer informações e relatar problemas e dificuldades do trabalho na instituição. Em vários momentos foi chamada a atenção por parte dos entrevistados de que algumas daquelas informações eram apenas desabafo e nada oficial, não devendo ser utilizadas para os fins de análise deste trabalho, o que foi respeitado. O propósito desta etapa também foi o de compreender os procedimentos administrativos e o próprio funcionamento dos escritórios locais.

As técnicas anteriormente citadas permitiram uma aproximação com as entidades e familiarização com as rotinas e atores, consolidando uma atitude de confiança entre as partes. Tudo indica que isso favoreceu uma integração no cotidiano dos entrevistados, embora tenha-se a consciência de que uma integração completa não foi possível devido ao curto espaço de tempo em que a pesquisa ocorreu. Além disso outras variáveis podem ter limitado essa aproximação, como o receio em expor desvios e problemas institucionais que os entrevistados preferiam que permanecessem ocultos.

Foi com base nestas etapas que o objeto desse trabalho foi se refinando. Essa aproximação cautelosa permitiu o estabelecimento de questões geradoras que fundamentaram a construção do roteiro de entrevista semi-estruturado aplicado aos técnicos¹⁵. Para realização das entrevistas com os técnicos optou-se pelo período da tarde, quando o clima do escritório era bem tranquilo, completamente diferente do período da manhã. Para evitar barulhos ou cortes, além de proporcionar uma maior interação entre entrevistador e entrevistado, as entrevistas ocorriam na praça em frente ao escritório, sendo que apenas uma aconteceu dentro da sala de trabalho e com os outros técnicos por perto. Dos seis técnicos da EMATER foram entrevistados

¹⁵ Ver APÊNDICE “A”.

cinco, sendo duas mulheres da área social e três (duas mulheres e um homem) da área econômica. Não foi possível entrevistar um dos técnicos da área econômica devido a este estar de férias. A CEPLAC conta atualmente com apenas dois técnicos para o serviço de campo, ambos foram entrevistados. No total foram gravadas 6 horas e 35 minutos de entrevistas, que foram transcritas na íntegra a fim de que todas as citações dos entrevistados neste trabalho reproduzissem as informações obtidas durante as entrevistas. Esta fase da pesquisa foi concluída de forma satisfatória e de acordo com o cronograma.

Ainda como complemento para as informações obtidas, os técnicos das duas instituições abriram um extenso acervo de imagens das ações desenvolvidas e outras atividades em campo, das quais foram escolhidas, conforme acordo entre as partes, as mais representativas para ilustrar o produto final desta pesquisa.

O período de estudo a campo foi compreendido entre Fevereiro e Março de 2008, embora a proximidade gerada pela pesquisa tenha permitido o retorno esporádico às instituições entre outras ações para troca de material e conversas informais, que apesar de não terem o objetivo expresso de complementar informações da pesquisa, de várias formas contribuíram para esta finalidade.

No escritório da EMATER, alguns agricultores, através de conversas informais foram estimulados a relatarem suas histórias de vida e discorrerem sobre a atuação dos técnicos em suas propriedades e ou comunidades. Foi realizada também visita a duas propriedades (voltadas ao desenvolvimento de atividades agroecológicas). Ambas ainda não haviam recebido visita de nenhuma das instituições de ATER. Este rico material não foi utilizado para os fins de análise desta pesquisa por não ter ocorrido uma coleta sistemática e por não termos alcançado um número representativo de depoimentos. Entretanto, estes dados recolhidos apontam na direção do interesse, por parte deste público, de estudos posteriores sobre a percepção dos agricultores acerca dos serviços de ATER no município e do alcance das novas metodologias de trabalho.

Importante também chamar atenção para os limites da avaliação proposta. Enquanto processo fundamentador para tomadas de decisão e construção das proposições de intervenção, assume-se como limitante o tempo que impediu uma maior interatividade e efetiva participação dos técnicos nas escolhas feitas, assim como nas possibilidades de utilização de outras técnicas. Outra questão refere-se ao fato de que se estava trabalhando sobre um espaço que tem uma dinâmica própria

no qual os técnicos estão permanentemente envolvidos com suas tarefas e atividades cotidianas, pouco se motivando para o envolvimento em atividades extras.

Quanto à restituição, em vários momentos, entretanto, esses técnicos e também as outras pessoas que foram entrevistadas se mostraram interessados na socialização comunitária deste trabalho. Por isso conforme combinado entre as partes, foram realizados até o fechamento deste trabalho três seminários para devolução e socialização dos resultados da pesquisa que originou este trabalho. Do primeiro, realizado no auditório da SEMMA¹⁶ participaram os técnicos das instituições envolvidas, de outras instituições, como IBAMA e da própria SEMMA e outras pessoas da comunidade, como estudantes. Partindo de uma solicitação desses estudantes que estiveram presentes, o segundo momento de socialização aconteceu no formato de palestra para alunos do curso de Meio Ambiente da EETEPA. O terceiro momento de socialização dos resultados da pesquisa, a pedido de técnicos das instituições pesquisadas e outras pessoas que não puderam participar das apresentações anteriores, aconteceu no auditório da EETEPA durante o último módulo do Programa de Formação Técnica sobre as Alternativas ao Uso do Fogo no Processo de Desenvolvimento Sustentável, do qual participam diversos representantes de instituições de extensão, pesquisa, ongs, sindicatos e outros grupos sociais de diversos municípios da região da BR-163 e da rodovia Transamazônica.

Sempre saudado como material importante para divulgar as ações da ATER na região e perpetuar sua história, este trabalho tem, segundo as falas dos sujeitos que se manifestaram nos diversos momentos, o potencial de contribuir para abrir um canal de diálogo com diversos setores sociais a respeito dos desafios para a implementação de políticas públicas na região, evidenciando a necessidade de busca de soluções conjuntas para problemas que não são de uma instituição em particular, mas da maioria delas.

¹⁶ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração do município de Itaituba.

4. A EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO PARÁ E O CONTEXTO DE SEU DESENVOLVIMENTO NA TRANSAMAZÔNICA

Neste capítulo nosso objetivo é discutir os dados coletados por meio das observações e entrevistas realizadas com os extensionistas que prestam assistência técnica através das instituições públicas do município de Itaituba, confrontados pela análise documental da PNATER. Em consonância com os objetivos específicos propostos - recuperar o histórico de instalação e desenvolvimento das instituições de ATER no município de Itaituba; identificar as atividades didático-pedagógicas que vem sendo executadas pelos extensionistas para orientação técnica dos agricultores e comunidades trabalhadas; identificar se e de que forma estas ações se aproximam ou se afastam das proposições educativas explícitas na PNATER; identificar a apreensão da proposta educacional a partir da análise dos discursos dos técnicos extensionistas; identificar as proposições educativas que os extensionistas rurais introduzem em suas práticas - elaboramos alternativas de ações de intervenção contemplando a discussão sobre a inserção da dimensão educacional na prática extensionista.

4.1. Um pouco da história da Transamazônica

Assim como aconteceu em outras regiões, a ATER no estado do Pará reflete as dinâmicas econômicas, políticas e ambientais anunciadas pela ideologia desenvolvimentista que marcou a história brasileira a partir dos anos 1960. Integrado

desde 1966 por critérios políticos e administrativos à Amazônia Legal, o estado do Pará, devido a sua extraordinária riqueza mineral e florestal sempre causou grande cobiça¹⁷ e por isso historicamente tem motivado uma permanente preocupação do Governo Federal com o risco de ocupação estrangeira dessa região. Desde a década de 1920 com o impulso dado pelo ciclo de exploração do látex, o crescimento da economia regional e a montagem de um aparato burocrático-administrativo favoreceram a criação de um processo de integração da região Norte ao Estado Nacional.

O governo militar do General Emílio Garrastazu Médici determinou na década de 1960 a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), a Manaus-Porto Velho (BR-319), e a Perimetral Norte, que deveria ligar Macapá à Manaus e cujas obras foram paralisadas no governo seguinte, para nunca mais serem reiniciadas. Essas rodovias seriam construídas dentro de uma concepção exploratória cuja idéia principal era a de “urbanizar” a Amazônia¹⁸ via racionalização e modernização de seu sistema produtivo. Dentro da mesma estratégia, o presidente Médici determinou ainda a pavimentação das Rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Pará-Maranhão (BR-316), o que aconteceu em tempo recorde (RIBEIRO, 2008).

No que se refere à Transamazônica, ela foi construída na direção leste-oeste, partindo do Estado do Maranhão, no sentido do oeste da Amazônia, atravessando os Estados do Tocantins, Pará e Amazonas, aonde cruza com a Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). É uma rodovia com quase 3 mil quilômetros de extensão e que foi classificada pelo próprio Governo Médici como sendo uma rodovia de integração e de colonização, em razão de ter sido concebida também para facilitar aos nordestinos fugidos da seca acesso fácil à Amazônia, onde seriam assentados pelo INCRA, em lotes devidamente demarcados e titulados, que se localizavam em suas margens (RIBEIRO, 2008).

A despeito de tirar a região Amazônica do isolamento em que vivia, integrando-a ao restante do país, além de facilitar a migração da população rumo ao

¹⁷ Desde a época da colonização do Brasil a Amazônia sofreu sucessivas ameaças de invasão por parte de holandeses, franceses e ingleses que vinham à região em busca de materiais primas e riquezas.

¹⁸ Segundo ARBEX JR. (2005:36) um aforismo emblemático utilizado pelos militares no período de ocupação da Amazônia foi: “Uma terra sem homens (região-Norte) para homens sem terra (região Nordeste)”. Para os ideólogos do regime a construção dos eixos viários serviriam para aplacar os conflitos agrários da região Nordeste, que se tornavam agudos por causa dos constantes períodos de seca, além de oferecer oportunidades para aqueles que quisessem cultivar a terra e enfrentar o desafio da nova fronteira para “fazer a vida”.

Norte, a abertura das rodovias gerou também grandes modificações tanto do ambiente natural quanto do próprio modo de vida dos povos que habitavam a floresta¹⁹. Seguindo os preceitos da Revolução Verde e fundamentadas por um total descaso para com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento de atividades agrícolas adaptadas às especificidades das regiões tropicais, o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares acarretou uma rápida e profunda transformação da estrutura produtiva de todo o Estado. Associada à crescente devastação da floresta, como as áreas destinadas à colonização ao longo das rodovias abertas já eram ocupadas por grupos indígenas ou extrativistas, em grande medida as formas tradicionais de agricultura foram sendo superadas ocasionando a complexificação dos sistemas de produção e a geração de muitos conflitos de terras (ARBEX JR., 2005).

Conforme Arbex Jr. (2005) uma vez que não existia o vazio populacional que foi propalado pelos militares, o povo amazônico, a despeito de ser desconhecido, foi totalmente ignorado, chegando na maioria das vezes a ser considerado povo inculto e incapaz para o trabalho. O saldo atual da abertura das rodovias e da colonização forçada, além do maior desmatamento da história da humanidade foi a marginalização ou o simples desaparecimento de toda uma cultura ribeirinha que ao longo de muitos séculos de convivência, havia desenvolvido práticas produtivas sintonizadas com as necessidades da floresta.

A década de 1970 é considerada o auge deste processo, pois enfatizando os aspectos geopolíticos do processo de ocupação da Amazônia²⁰, o regime militar passou a investir pesadamente na instalação de grandes projetos agropecuários e de extração mineral na região Transamazônica. Nessa época, além das rodovias principais²¹, foram abertas inúmeras novas estradas e vicinais distanciadas

¹⁹ As políticas governamentais de caráter integrador-homogeneizador, sem considerar as especificidades da complexa teia de relações etno-sócio-culturais da Amazônia, enfatizavam que as questões-conflitos agrários de outras regiões poderiam ser resolvidos via “transferência de excedentes populacionais” para os “vazios” amazônicos. (FEITOZA, 2003:41). Segundo IOKOI *apud*. Silva (2002) a chegada do estranho inclusive aproximou índios e seringueiros, que até aquele momento eram inimigos e rivais na floresta. Os seringueiros criaram a estratégia dos empates de derrubadas, organizando mulheres e crianças para abraçar a área de seringa que seria atingida pela moto-serra.

²⁰ O slogan do governo militar nessa época era: “Integrar para não entregar”, refletindo a preocupação na ocupação forçada do território Amazônico.

²¹ “Ao longo dos anos 70, a ditadura implantou o Projeto Radam (Radares para a Amazônia) e construiu a infraestrutura viária (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus, Manaus-Rio Branco, Perimetral Norte), ferroviária (Carajás-Itaqui) e energética (usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel). (...) As rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre tornaram-se eixos vetores de ligação entre a área mais

aproximadamente 5 km umas das outras e com extensão geralmente variando de 6 a 12 quilômetros que facilitaram a implantação de um sistema planejado para colonização dessa região. No estado do Pará a rodovia Transamazônica constitui-se o principal eixo ordenador do Programa de Integração Nacional²², onde as cidades de Altamira, Marabá e Itaituba foram objeto de planejamentos especiais para instalação de áreas de assentamentos, chamadas na época de Projetos Integrados de Colonização (PIC).

Em consonância com o ordenamento proposto pelo Regime Militar o INCRA assumiu a responsabilidade pela implantação da infra-estrutura física e da administração dos Projetos Integrados de Colonização, realizando a titulação dos beneficiários (naquela época denominados de parceiros) e promovendo, geralmente de forma indireta, a assistência técnica, o ensino, a saúde e previdência social, a habitação rural, o armazenamento e a comercialização da produção. (SILVA, 2008; RIBEIRO, 2008).

Concebidos pelo Programa de Integração Nacional, os Projetos Integrados de Colonização foram repartidos em lotes com aproximadamente 100 ha. cada, sendo distribuídos aos trabalhadores sem terra vindos principalmente dos estados do Nordeste e do Sul do país²³. Além do título da terra os colonos que se dispuseram a ocupar as “terras sem homens da Transamazônica” a promessa do Governo Federal era que ao serem assentados, além de receberem seu lote com uma casa pronta com água e sanitário, devidamente construída pelo INCRA, recebiam um salário por dois anos seguidos, que era o tempo necessário à derrubada da mata, limpeza do terreno, plantio e colheita da primeira safra. No início do projeto havia áreas individuais e coletivas e a monocultura de arroz era exigência do INCRA, que impedia o plantio de outras culturas dentro dos lotes cedidos.

O PIC Itaituba, iniciado em 1971, tinha área de 356.500 hectares e recebeu 3.500 colonos, dos quais 19% eram do Sul. Os colonos beneficiários do PIC

industrializada e economicamente desenvolvida (o Centro-Sul) e a “grande fronteira de recursos do país” (a Amazônia).” (ARBEX JR. 2005:35-36).

²² O principal foco do Plano de Integração Nacional - PIN - criado através do Decreto-Lei nº. 1.106, em junho de 1970 foi a integração da região amazônica ao restante do país através do desenvolvimento do Programa de Colonização e Reforma Agrária dirigida na Amazônia, que trouxe trabalhadores sem terra de diversos pontos brasileiros, em especial do Nordeste, para povoar a região.

²³ Seguindo o estereótipo de que os nordestinos eram iletrados, preguiçosos e voltados à caça em vez da agricultura, mas com grande capacidade de superar dificuldades, o INCRA procurava estabelecer que os PICs recebessem, junto com os colonos nordestinos, uma porcentagem de sulistas que teriam o papel de servir de exemplo a esses colonos, introduzindo as tecnologias de produção apropriadas. (SILVA, 2008).

recebiam, além do título de propriedade, financiado em excelentes condições, apoio para a construção de uma casa padronizada, para as primeiras derrubadas e ajuda de custo no primeiro ano agrícola (SABLAYROLLES e ROCHA, 2003).

No trecho situado entre Altamira e Itaituba foram planejadas ainda agrovilas, que eram pequenos núcleos residenciais com cerca de cinquenta a sessenta famílias cada. Cada agrovila contava com um lote comunitário destinado aos serviços de uma escola de ensino fundamental, uma igreja ecumênica, um posto médico e em alguns casos, um armazém para produtos agrícolas. Também fazia parte do Programa a construção de agrópolis, que eram núcleos de tamanho médio, com aproximadamente vinte agrovilas cujas polarizações se davam em torno de um núcleo de serviços urbanos como serviços bancários, correios, telefones, escolas de 2º Grau, hospital, etc.

Na verdade, foram implantadas várias agrovilas, mas apenas uma agrópolis (a Brasil Novo, no Km 46 do trecho Altamira-Itaituba). O Projeto Integrado de Colonização previa ainda a construção de Rurópolis, que era um conjunto de agrópolis que formava uma cidade com maiores recursos em serviços. Na prática, às proximidades do cruzamento da Transamazônica com a Rodovia Santarém-Cuiabá foi construída apenas uma rurópolis, a Presidente Médici, que se constitui exatamente na atual sede do município de Rurópolis, localizado a aproximadamente 180 quilômetros a leste de Itaituba. Foram construídos também silos para armazenagem da grandiosa safra de grãos colhida na região, que, aliás, surpreendeu os técnicos do setor, graças ao excelente clima e solo riquíssimo, principalmente no trecho compreendido entre Altamira e Itaituba onde a ocorrência das manchas de terra roxa é uma constante.

Durante a colonização no trecho Altamira-Itaituba foram assentadas 5.000 das 100.00 famílias previstas. Com a paralisação do projeto de colonização em Itaituba já em 1974 sem ter alcançado as metas previstas pelo Governo Federal, e devido ao avanço de especuladores e grandes empresários vindos majoritariamente de São Paulo e do Paraná, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990 aconteceram uma série de conflitos de terras e a ocupação por famílias sem-terra das áreas inicialmente destinadas à colonização.

Devido à descoberta de um arcabouço geológico rico²⁴ nesta região, o abandono dos projetos de colonização iniciados pelos governos militares também favoreceu a ida de um contingente muito grande²⁵ de agricultores para as áreas de garimpo e o conseqüente abandono das áreas de colonização que passaram a ser ocupadas por grandes proprietários.

Deste modo, a atividade garimpeira, que teve seu apogeu na década de oitenta²⁶ foi grande responsável pelo crescimento demográfico e econômico do município. O que, no entanto, também favoreceu um crescimento desorganizado da cidade, com um significativo aumento da pobreza em áreas periféricas, bem como a degradação ambiental causada pelo mercúrio. Outro agravante para a decadência da ocupação produtiva foi que a infra-estrutura pública de saúde, educação e as estradas vicinais, com falta de recursos para sua manutenção, entraram em processo de deterioração, deixando comunidades praticamente isoladas no meio da floresta.

Conforme Ribeiro (2008) depois de passados 10 anos da inauguração da BR-230, a população da Transamazônica, sentindo-se abandonada pelo Governo Federal movimentou-se no sentido de transformar as agrópolis em cidades-sedes de municípios que seriam desmembrados dos gigantes e tradicionais municípios do Pará. Assim, do Rio Araguaia a Marabá foram criados três novos municípios; de Marabá a Altamira, quatro; de Altamira a Itaituba, cinco; e de Itaituba até a divisa com o estado do Amazonas foi criado um município. Quanto à área urbana, mais um entrave ao desenvolvimento econômico da região foi o abastecimento de energia, que até fins dos anos 90 representava um problema crônico para a cidade. Só no ano de 2001 a cidade de Itaituba passou a ser atendida pelo Projeto Tramoeste, o qual que leva energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí para diversas cidades no oeste paraense. Hoje, passados 30 anos da sua inauguração, a região da

²⁴ Há estudos mencionando outros recursos minerais como estanho, diamante, turmalina, topázio, ametista e outras gemas, gipsita e calcário (MINISTÉRIO..., 2006). Hoje o município pertence à Reserva Garimpeira do Tapajós, onde se encontra o maior número de garimpos e garimpeiros de ouro do país, abrangendo um área de mais de 100 mil Km².

²⁵ Em 1990 a produção de ouro em Itaituba empregava cerca de 30 mil pessoas.

²⁶ Quando juntamente com Jacareacanga, o município de Itaituba produziu cerca de 50% do ouro brasileiro. Nesse período, estima-se que tenham sido exploradas da região mais de 500 toneladas de ouro. Em virtude do garimpo, o Aeroporto de Itaituba foi considerado o 3º mais movimentado do mundo, com cerca de 80.000 pousos e decolagens/ano (média de 400/dia). Segundo relatos, era comum, inclusive, a ocorrência de acidentes que foram eternizados por meio de diversas fotos e pinturas na época. Em 24 de janeiro de 2008, devido ao pouco movimento (aproximadamente 7.500 pousos e decolagens/ano), foi desativada a Torre de Controle de Tráfego Aéreo, passando a navegação aérea, a partir dessa data a ser controlada via rádio.

Transamazônica tem uma população, apenas dentro do território paraense, de aproximadamente 1 milhão de habitantes, distribuída pelos atuais 18 municípios que a integram, dos quais 12 são sede de Comarca Judiciária e sede de zona eleitoral.

Como vimos, a história do município de Itaituba está diretamente vinculada à ocupação da região Amazônica. E ainda hoje a sua população aumenta devido a migração espontânea motivada pela propaganda anterior de grandes ofertas de terra. Atualmente, entretanto, as opções de trabalho têm se diversificado. Itaituba recebe destaque, hoje, por estar situada na conexão da BR-163 com a BR-230, e possuir porto fluvial, o que lhe assegura a condição de principal entroncamento de toda a região da Transamazônica. Apoiado no extrativismo vegetal e mineral, atualmente o município tem como atividade econômica principal o setor primário, sendo um dos 10 maiores do Estado do Pará. Com a maior parte de seu território coberto pela densa floresta equatorial, Itaituba se confronta hoje com o avanço das madeiras e a consolidação da frente da pecuária, se credenciando para ser um grande centro exportador de soja através da previsão de construção das instalações portuárias do Grupo Maggi. (MINISTÉRIO..., 2006). Juntamente a isso Itaituba apresenta grande potencial ecoturístico, onde estão incluídos atrativos de exuberante beleza, como as belas praias e ilhas ao longo do Rio Tapajós, e um grande número de Unidades de Conservação como o Parque Nacional da Amazônia.

Para melhor compreender os relatos dos extensionistas fez-se uma reconstituição histórica da criação e expansão do serviço de assistência técnica e extensão rural na região da Transamazônica e mais especificamente no município de Itaituba. Buscou-se traçar esse panorama, o mais completo possível, para fundamentar nossas discussões posteriores.

4.2. Afirmação e decadência da ATER na Transamazônica

Como visto no item anterior, uma das características mais marcantes da década de 1970 na região da Transamazônica foi a forte e crescente intervenção governamental. Isso se deu com a presença de várias instituições governamentais como a EMATER, a CEPLAC, o Banco do Brasil e outras que atuavam ancoradas em maciços investimentos de crédito para os agricultores migrantes que lá se

estabeleceram. Essa década configurou-se uma fase áurea desses órgãos na região. Importante lembrar que as populações tradicionais (ribeirinhos, indígenas) na região não fizeram parte desses planos, permanecendo excluídos desses processos e conseqüentemente sem acesso a qualquer tipo de assistência técnica, uma vez que esta estava voltada predominantemente para os migrantes que aqui se estabeleciam.

Quanto à extensão rural no estado do Pará sua história remete a 1965, quando foi criada a ACAR-Pará através de um esforço da Secretaria de Produção do Estado, na capital Belém, sob o comando de dois agrônomos paraenses que anteriormente trabalhavam como extensionistas na ACAR-Minas. Segundo trabalho de resgate histórico realizado por Melo (2000) já estava presente em suas definições originais a idéia de serviço educativo, onde a finalidade era contribuir para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do meio rural do estado do Pará, mediante o planejamento e a execução das atividades de extensão e Crédito Rural Educativo. Além dos primeiros extensionistas, que eram engenheiros agrônomos recém formados pela Escola de Agronomia da Amazônia, prevendo-se um trabalho sócio-econômico, foram selecionadas professoras, pois:

A idéia era realizar um trabalho de natureza essencialmente educativo, que visasse despertar, encorajar e ampliar as habilidades dos agricultores e, de suas famílias para melhorarem seus padrões de bem-estar, a partir das condições em que viviam, com seus próprios meios e sem agressão ao meio ambiente (MELO, 2000).

Acreditava-se que dentre as condições necessárias ao desenvolvimento estariam aquelas relacionadas com as mudanças no comportamento humano, em todos os níveis sociais, e com as condições de vida das populações. Ou seja, havia a crença de que o componente tecnológico e o componente sócio-cultural deveriam interagir para levar ao desenvolvimento esperado (MELO, 2000). Diante deste enfoque e considerando os significativos problemas sociais da região Norte, todo este aparato rapidamente se alastrou para um grande número de cidades do interior do estado. Em relação à proposta para a extensão rural e o desenvolvimento rural neste contexto, vale destacar a fala de um dos entrevistados, que ao contrário da proposta da ACAR-Pará descrita na citação acima, deixa claro o intuito de exploração e devastação da floresta que fundamentava os primeiros trabalhos de extensão na região:

Quando a extensão rural começou aqui na região da Transamazônica havia muitos programas que apoiavam a devastação. Naquele tempo eu vim porque eu fiquei enamorado pela região. Primeiro pelo gigantismo, pela pujança da região, árvores gigantescas, que eu via aquelas máquinas encostando e tombando. E por trás disso havia todo um ancoradouro, todo um trabalho preparado para desenvolver isso daqui. Nós recebíamos muitos incentivos para vir pra cá, pra começar o salário era muito melhor do que quem ficava em Belém (grifo nosso). (Extensionista A)

Nos primeiros anos da década de 1970 a ACAR-Pará, já instalada em Belém e comandada por profissionais advindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, fez a primeira chamada para técnicos, agrônomos, zootecnistas e veterinários para trabalhar tanto no entorno de Belém, chamada de Área de Consolidação, quanto no interior do Estado, chamada de Área de Transamazônica. Ainda em 1972 foram montados os primeiros escritórios ao longo da rodovia, onde além de um extenso quadro de técnicos, um amplo aparato institucional amparava os trabalhos de ATER. É preciso lembrar, que se estava no meio da floresta, abrindo uma nova fronteira, entretanto a partir de relatos, percebe-se que o aparato da extensão era amplo e estava sustentado sob investimentos realmente grandes:

Eu cheguei na região em 1972, nesta época a ACAR estava começando a desenvolver os trabalhos, era tudo rudimentar, não tinha nenhuma máquina, nenhum arado, era tudo no facão e no machado, no braço mesmo. A cada 70 quilômetros tinha um escritório bem equipado, com carro, os carros eram traçados, naquela época nós tínhamos jipe. (...) Pra você ter uma idéia naquela época a gente tinha 7 escritórios num trecho de 180 quilômetros. **Porque se pensava que a informação tem que ser objetiva, ela tem que ser rápida, para que realmente você possa tomar uma decisão e interferir no processo de produção.** Seja pra corrigir uma doença, seja pra combater uma praga, por isso os escritórios eram perto (grifo nosso). (Extensionista A)

O trabalho de organização rural envolvia a formação de grupos e criação de associações dentro do modelo de Desenvolvimento de Comunidades (DC). O DC foi concebido a partir de componentes de extrema importância, a participação popular e a articulação entre sociedade civil e poder público. Mas na sua configuração prática esses dois componentes, inseridos num contexto de integração nacional, privilegiavam a colaboração, a cooptação e o ajuste às diretrizes traçadas pelo Estado em programas que privilegiavam puramente os aspectos quantitativos do desenvolvimento. Referindo-se à qualidade do trabalho de ATER que foi iniciado com a implantação dos Projetos Integrados de Colonização, temos os seguintes relatos:

No início dos Projetos de Colonização o escritório tinha muitos técnicos, mais ou menos 17 da área econômica e a mesma quantidade de

técnicos da área social. O trabalho era feito em duplas, e era muito trabalho, mais campo, era bem prático, nós passávamos os dias rodando as propriedades, medindo cova, ensinando fazer estaca, mostrando como se faz. (Extensionista A)

Na época a ACAR tinha um quadro de funcionários satisfatório de funcionários para atender as famílias, em uma média de 19 técnicos de campo; as estradas em boas condições de trafegabilidade, carros adequados à região e um escritório regional para coordenar os trabalhos de assistência técnica no município. (Extensionista B)

A interação com as famílias permitia fazer um trabalho mais global. Em todos os trabalhos todos estavam envolvidos, quando tinha atividade da área social, se os outros técnicos não iam, sabiam detalhadamente o que seria feito e os resultados, havia muita interação. (Extensionista C)

Nos anos 1970 tradicionalmente eram desenvolvidas culturas pela agricultura familiar que ocupavam pequenas áreas e estavam baseados na produção de culturas agrícolas de ciclo curto, como milho, feijão, mandioca e principalmente o arroz, que era o carro chefe. A partir de meados da década de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) pelo Governo Federal, o sistema ACAR foi transformado em sistema EMATER, o que, na Transamazônica, segundo relatos dos extensionistas não representou grande mudança.

Nesta época a assistência técnica estava direcionada às famílias colonizadas pelo INCRA no trecho Itaituba-Rurópolis e vicinais (ver foto 1 – Anexo C). Em toda esta faixa foram encontrados solos de alta e média fertilidade, o que favoreceu os cultivos que eram propostos, principalmente o cacau. O cacau foi incentivado através da CEPLAC, através do programa PROCACAU, que propôs créditos de implantação subsidiados.

Pra você ter uma idéia nós colocamos tanto cacau aqui na região, como a região hoje saindo de Rurópolis pra Medicilândia hoje é o maior maciço de cacau nosso, em torno de 30, 35 mil hectares é aí. E quando os agricultores foram pagar 8, 10 anos depois, com a dívida trancada, praticamente pagaram com algumas sacas de cacau, não mais do que 5 sacas, o produto foi valorizado, a dívida praticamente não corrigia, era incentivo do governo, um subsídio maciço do governo afim de colocar essa região como uma região não problemática e que fosse capaz de desenvolver. (Extensionista A)

A implantação de cacau, pimenta-do-reino e café em menor proporção, culturas que entraram em produção ainda no início da década de 80, de acordo com os extensionistas, trouxeram para toda a região uma forte acumulação econômica e uma grande euforia com os preços excepcionalmente altos alcançados pelos produtos. A fase áurea dos investimentos na região, entretanto teve vida curta,

findando ainda nos anos 1980 e início dos anos 1990 com a subsequente crise do modelo modernizante deflagrada pela preponderância mundial de políticas de cunho neoliberal que pressionaram os governos nacionais a desmontarem suas “máquinas estatais”, incluindo aí a extensão rural. Os resultados dessa “Operação Desmonte”²⁷ mudou completamente a configuração dos serviços prestados, é isso que se observa nos seguintes comentários:

A última contratação foi em 1986. Em 1986 eu estava com 30 anos, hoje eu estou com 50 e poucos, caminhando pra completar um período de aposentadoria que está a caminho e eu não vejo como uma empresa dar continuidade se não aproveitar a experiência das pessoas. (Extensionista A).

Até poucos anos atrás o número de técnicos de campo chegou a reduzir para uma equipe de três técnicos, e é claro que com isso o trabalho de extensão foi prejudicado tanto na quantidade quanto na qualidade, em consequência da diminuição do número de técnicos e o aumento do número de famílias rurais no município. (Extensionista B).

A assistência técnica que era feita de uma forma sistemática passou a ser mais esporádica e restrita aos produtores que eram financiados pelo banco. (Extensionista B).

Uma forte retração nos investimentos públicos direcionados à região levou o Governo Federal a abandonar os projetos de colonização iniciados no período anterior.

Os tempos áureos de Transamazônica e Santarém-Cuiabá estão justamente em função do capital empregado no projeto. Se tinha é porque existia o recurso, foram 10 anos de recurso a rojão mesmo, dinheiro pra todo lado. Existia a estrutura, existia o bom salário, existia o crédito sem burocracia alguma, existia a estrutura de armazenamento. Era um projeto que estava sendo iniciado, nós tínhamos as estradas em perfeitas condições, nós tínhamos os mercados abertos (Belém, Macapá e Manaus). **Tudo era favorável, nada era contra, após a conclusão do processo começa o retrocesso, declínio da estrutura, do salário. Aí a própria estrutura de cada produtor já está num estágio avançado de degradação, a legislação começa a mudar, agora se pensa que a Amazônia foi um erro** (grifo nosso). (Entrevistado J)

A dramática retração do apoio técnico, administrativo, financeiro e político da esfera federal à extensão rural agravou-se a partir de 1990 com a extinção pelo governo Fernando Collor de Mello da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o que levou a que a maioria dos técnicos buscasse transferência para outros órgãos atuantes na região ou abandonasse o serviço, deixando um vácuo na atuação da extensão rural nesta região.

²⁷ Intensificação da redução da máquina administrativa que caracterizou o final do governo José Sarney (1985-1990).

De 50 a 70 por cento da verba que mantinha o órgão vinha do governo federal e quando a EMBRATER foi extinta isso foi cortado, impedindo o trabalho de ser feito. A EMATER sobreviveu por causa dos funcionários que ficaram. Mas como o salário achatou, os funcionários ficaram desmotivados, muitos deixando o órgão e se transferindo para outros. Nós sofremos com isso. Só ficou mesmo quem não tinha outra opção por causa da idade ou da falta de formação. (Extensionista C)

O sistema de extensão rural desenvolvido, quando se faz uma análise a partir de 1972, quando surge a EMATER aqui na região nos projetos de assentamento, há uma diferença muito grande, primeiro a política geral do governo federal, ela deixa de existir e aí o Estado passa a ter uma responsabilidade e aí se torna mais complicado, haja vista que tem que assumir toda a questão financeira. Por exemplo, durante os 18 anos e meio que eu trabalhei na EMATER eu pude perceber todo esse declínio do sistema de extensão rural. O Estado passou a assumir praticamente a questão funcional e poucos recursos em termos de aplicação para atender o produtor da forma como deveria. (Entrevistado J)

Na visão dos extensionistas a principal causa apontada para a crise é o descaso do governo, que passa a não mais se interessar pelo desenvolvimento da região devido às inúmeras dificuldades que foram encontradas, como o “desamor ao trabalho” dos agricultores que aqui se encontravam e as próprias causas naturais como redução da fertilidade natural dos solos e a dificuldade da manutenção das estradas, que com o tempo tornaram-se intrafegáveis, dificultando tanto o acesso dos técnicos quanto o próprio transporte da produção²⁸. Outra questão apontada é que devido aos problemas crescentes com os cultivos, a dificuldade de deslocamento e a grande atração que os centros urbanos exerciam sobre os colonos, as zonas rurais foram sendo esvaziadas.

As causas podemos atribuir ao descaso por parte de governos anteriores tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, que não se preocuparam em criar políticas agrícolas próprias para a região, não acompanhando o crescimento da população rural. (Extensionista B)

O campo não se renovou, os filhos dos colonos vieram pra cidade pra estudar e não voltaram mais, os velhos como não conseguiam manter a terra sem a mão de obra da família, venderam os lotes barato e vieram pra cidade também. (Extensionista C)

Com relação aos lotes ao longo da Transamazônica, após a faixa inicial e com melhores acessos, as áreas mais distantes e ainda precariamente exploradas foram ocupadas espontaneamente por agricultores que venderam seus lotes para grandes empresários ou por aqueles que foram chegando depois e “compraram lotes dos primeiros, ou ocuparam terras mais distantes do eixo da rodovia, sendo

²⁸ Abertas e esquecidas hoje aproximadamente 210 quilômetros de estradas se encontram em condições de tráfego regular ou ruim. (TORRES, 2005).

posseiros, ou mais comumente, compraram o direito de posse de grileiros” (CASTELLANET *apud* ROCHA et al., 2005:239), se encontrando a quase totalidade sem o documento oficial de posse de suas terras.

Torres (2005) referindo-se aos processos de grilagem de terras nos municípios paraenses discute o enfraquecimento dos colonos. Pela situação de desamparo extremo a que ficaram relegados são levados à venda de seus lotes, sendo que em muitos casos passam a ser ameaçados por empresários que, capitalizados pelo garimpo ou pelo comércio, passam a investir na compra de terras. No anexo “A” como exemplo desta situação é possível visualizar o mapa de uma comunidade localizada no Km 7, às margens da Transamazônica, que é ilustrativo ao mostrar nitidamente que os lotes mais bem localizados (nas margens da Rodovia) atualmente são pasto ou pertencem a comerciantes da região. Além disso, este mapa mostra outras dificuldades encontradas pelos extensionistas, como tamanho reduzido das propriedades, proximidade com o lixão municipal e o próprio avanço de propriedades maiores sobre as áreas dos pequenos.

À semelhança dos outros municípios paraenses, em Itaituba, intrinsecamente ligados à indústria madeireira, políticos locais concentram imensas áreas que atualmente se encontram em processo de franco crescimento, avançando sobre as terras dos pequenos colonos.

Hoje a gente vê que a área rural mais próxima da cidade foi toda ocupada por grandes fazendas, a agricultura familiar aqui no município ficou com as piores áreas, praticamente isolada por causa das estradas precárias e sem o acesso à assistência técnica por falta de documentação do INCRA e do licenciamento ambiental do IBAMA que está totalmente parado. Sem isso o município não pode arrumar as estradas e a EMATER não pode assistir esse pequeno agricultor. (Entrevistado N)

Deste modo vimos que a retirada do aparato institucional e burocrático que sustentava a colonização na Transamazônica, juntamente com a chegada de uma cultura predatória para a região impulsionaram a geração de conflitos graves que se antes afetavam as populações tradicionais e indígenas que aqui se encontravam antes da década de 1970, atualmente afetam também os próprios migrantes que foram atraídos pelo processo de colonização. Essa exacerbação de conflitos, entretanto não é de todo negativa, pois impulsiona a tomada de atitude pelos sujeitos mais atingidos, que passam a se mobilizar e propor alternativas para seus

problemas, acabando por impulsionar uma nova configuração para as políticas públicas para a região.

Com a redução significativa da atividade de assistência técnica na década de 1990, os movimentos sociais regionais passaram a mobilizar-se e fizeram do acesso ao crédito sua principal reivindicação, o que permitiu em 1994 o surgimento das primeiras dotações do governo federal para crédito agrícola denominadas Fundo Constitucional do Norte (FNO), que ocasionaram a introdução de novas culturas na região como caju e outras frutíferas (SILVA; CARMO, 2007). A necessidade de criação das associações de produtores e o acesso, ainda tímido a recursos deram um novo impulso à região, cujas mudanças foram sendo inevitavelmente incorporadas no trabalho dos órgãos de ATER principalmente da EMATER.

Como ser associado era requisito para acessar crédito, esta foi a época em que a EMATER mais trabalhou, foi quando ocorreu um boom de criação de associações de agricultores na região. Os extensionistas trabalhavam demais com cursos ensinando a criar as associações. Hoje vejo que poucas tem um papel efetivo, ainda continuam servindo só para acessar os créditos. Mas nós fomos responsáveis pela criação de quase todas as associações da região. (Extensionista C)

E as associações elas surgem da necessidade não do próprio agricultor, que seria uma forma de organização para fortalecimento e conquistar novos espaços, elas surgem do crédito rural, do programa FNO na época criado, que pelas dificuldades do desenvolvimento da região os produtores não estavam tendo acesso, poucos tiveram esse acesso, então a partir das mobilizações como o Grito da Terra, os movimentos sociais que ocorreram, levaram a essas conquistas, dois anos após. A partir de 94 o produtor aqui da região passou a ter um acesso maior, surgem aí as associações com uma intensidade maior e então nós tivemos ali um ponto de inflexão para esta diferença, deixou-se de trabalhar a individualidade, em termos de cada família e passa-se a atender a comunidade como um todo através da associação. (Entrevistado J)

A sustentabilidade dessas associações ela praticamente não ocorreu porque após o agricultor ter acesso ao crédito, praticamente ele já se excluía do processo de organização, o que ele queria era ter acesso ao crédito. Então a finalidade da associação praticamente não existia. Com isso não organiza a produção, não se têm fortalecimento dessa estrutura de organização social nas comunidades e continua a fragilidade em termos da própria negociação. (Entrevistado J)

Porém, como frisa Batista (2008) a experiência do Fundo Constitucional do Norte demonstrou a insuficiência do serviço de extensão rural, que não conseguindo acompanhar os projetos implementados, impulsionaram seu fracasso. Ao invés de resolver os problemas que estavam sendo gerados, de certo modo a crise foi agravada pelo conseqüente endividamento dos produtores neste período do Fundo Constitucional do Norte. Os principais motivos apontados por este autor são: a

inexperiência da maioria dos produtores com as novas culturas, a não participação deles na elaboração dos projetos de crédito e a deficiência de apoio técnico em “quantidade e qualidade”. Onde o empobrecimento do campo e o êxodo rural foram as principais conseqüências desta crise técnica-econômica, conduzindo a uma crise social e uma mudança de valores de grandes proporções que se prolonga até os dias atuais. (SILVA e CARMO, 2008).

Graças ao apoio de programas de crédito de investimento Fundo Constitucional do Norte Especial, nesta época houve um grande incentivo à pecuarização desta região, fazendo com que o gado se tornasse o principal produto da região, cujo preço, ao contrário das outras culturas, permanecia estável no mercado. O impacto da pecuária foi uma crescente tendência à acumulação de terra, à aceleração da implantação de pastos e à estagnação da implantação de cultivos perenes (CASTELLANET *apud* SABLAYROLLES e ROCHA, 2003). No entanto os baixos investimentos em mão-de-obra e a vantagem de assegurar a posse da terra fizeram com que a manutenção de pastagens passasse a ser encarada pelos agricultores como a forma de mais baixo custo de demonstrar produtividade para o INCRA e obter o título definitivo de posse das terras, o que passou a ser cobiçado pelos colonos que permaneceram em seus lotes (IPAM, 2007) e incentivado pela assistência técnica.

Além da consolidação da pecuária, devido à grande oferta de áreas ainda não exploradas, o legado do modelo de colonização na região Transamazônica, conforme Aguiar *et al.* (2007) é um sistema de agricultura itinerante, que consiste na prática de corte e queima da vegetação, seguido do plantio das culturas agrícolas. Sem acesso à assistência e às técnicas adaptadas à região, logo que os solos começam a apresentar deficiências, reduzindo a produção, as áreas de plantio são abandonadas e novas áreas são abertas. Esta problemática é extensa e não se encerra por aí, outra questão que ficou evidente em alguns relatos foi a dos novos ciclos econômicos que a região passou, a exploração mineral²⁹ e madeireira³⁰ é uma realidade que atrai ainda hoje muitos agricultores, que deixam suas terras para se aventurar por outras veredas.

²⁹ Estimativas dão conta que a população garimpeira atual é de 380 mil pessoas, sendo que 80% delas se encontra na Amazônia e metade disso no estado do Pará.

³⁰ 70% da destruição sofrida pela floresta nos últimos anos ocorreu no MT e PA, sendo que 25 % da produção madeireira está localizada às margens da BR 163, principalmente nos municípios de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, localizados a leste de Itaituba.

Ser agricultor não é fácil, não é pra qualquer um e além do que, as terras daqui da região estão muito cansadas, então é muito mais fácil deixar a agricultura e ir para o garimpo, onde o dinheiro é certo. (Extensionista B)

Muitas propriedades são tocadas apenas pelas esposas, o garimpo ainda é muito forte na região e como a terra está muito cansada, os homens partem pra outra. (Extensionista C)

Como o garimpo aqui é muito forte, é comum os agricultores deixarem na terra a mulher e os filhos e partirem atrás do ouro. (Entrevistado J)

Uma solução para reverter esta problemática e manter o agricultor na terra começou ainda em 1996 com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que atualmente tem sido apontado em algumas pesquisas (BATISTA, 2008; SILVA e ARNS, 2002; DIAS, 2007) como a tábua de salvação para a extensão rural pública e incentivo para sua reaproximação com a agricultura familiar. Este processo, no entanto tem sido encarado por estes mesmos autores como problemático, pois ao permanecer voltado para o crédito, a ATER em si perdeu espaço. Os estudos desenvolvidos por Batista (2008) na região da Transamazônica, município de Marabá demonstram que ao vincular o serviço de ATER às normas das instituições financeiras, muitas vezes o trabalho dos técnicos passa a se restringir somente à elaboração dos projetos de crédito e verificação da utilização do recurso, o que demonstra uma distorção de seus objetivos.

4.3. Alternativas para a crise e construção de uma nova política para a extensão rural.

O vácuo proporcionado pela ATER pública a partir da década de 90 impulsionou uma grande diversificação na região Norte dos agentes que provém os serviços de ATER, principalmente as ONGs que passaram a contar com apoio financeiro de fundos governamentais internacionais e de fundações privadas nacionais. De acordo com PINTO *apud*. Batista (2008) que pesquisou a situação da ATER na região de Marabá – PA, no contexto do fortalecimento dos movimentos sociais e das ONGs hoje:

(...) vivemos um momento de descentralização da extensão rural desencadeado por três motivos principais: 1) o fracasso do modelo governamental de ATER em vigor desde os anos 1950 que, no Pará, pode ser visualizado em seu órgão oficial, a EMATER; 2) o contexto das políticas e; 3) mudanças no sentido de uma relação de “parceria” com a sociedade civil, possível através do fortalecimento dos movimentos sociais e ONGs, através de sua luta para participarem mais nos processos políticos no país. (PINTO *apud*. BATISTA, 2008).

Diante das políticas públicas executadas pelas instituições governamentais diversos grupos procuraram desempenhar um papel questionador e propositivo, sendo importantes disseminadoras de propostas políticas alternativas para enfrentar a problemática socioambiental que atinge a população da região. Para GESTAR (2008) a disponibilidade de uma grande infra-estrutura e de recursos humanos têm colocado as ONGs na frente da maior parte das discussões referentes ao desenvolvimento sustentável na região de Itaituba.

A atuação das organizações religiosas³¹ também tem sido decisiva para o fortalecimento dos movimentos sociais, pois a partir da mobilização de pequenas comunidades eclesiais de base que aos poucos foram se agregando e partiram para a luta política no meio sindical, nasceu o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e a partir disso, a região da Transamazônica conheceu grandes episódios de mobilização com protestos, caravanas que marcharam rumo a Belém e Brasília, confrontos com a polícia e intensas negociações da pauta de reivindicações locais com políticos e órgãos dos governos estadual e federal, fazendo avançar uma proposta diferenciada para a região.

O ato público em Brasília no ano de 1992, quando 300 pessoas da região lideradas pelo MPST escreveram com seus corpos no gramado do Congresso “A Transamazônica não pode esperar”, tirou de certo modo a rodovia do esquecimento, favorecendo a liberação de recursos para recuperar a estrada e ampliar os serviços de saúde e educação. A partir desta época, com a ampla participação dos produtores familiares da região, a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), de Altamira, com o objetivo de consolidar um modelo de desenvolvimento para o sudoeste do Pará que considerasse a dimensão humana, social, cultural,

³¹ Conforme GESTAR (2008) dentro do contexto histórico das organizações sociais desta região a Igreja Católica ao enfatizar em especial a passagem do êxodo que trata da busca de um povo excluído e solitário por uma terra prometida pelo desejo Divino fortaleceu a energia moral dos segmentos sociais que se sentiam abandonados diante dos programas governamentais e a estrutura sindical nos anos 1980 e 1990.

econômica e ambiental elaborou o Projeto Cutia onde eram contestados os métodos de implantação das obras de infra-estrutura na região da rodovia Transamazônica, principalmente a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e a pavimentação da própria rodovia Transamazônica. (INSTITUTO..., 2008).

Em 2001, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) realizou discussões e consultas a fim de elaborar um diagnóstico sobre os principais problemas socioambientais de Itaituba e outros municípios do sudoeste paraense. Este estudo mobilizou diversos atores com a intenção de prever possíveis cenários para a gestão territorial, subsidiando um futuro debate sobre planejamento regional. Até que já em 2002 essas mobilizações convergiram na criação do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e Rodovia Transamazônica, inicialmente formado por quatro organizações da sociedade civil (IPAM, FVPP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Baixo-Amazonas - FETAGRI e Prelazia de Itaituba). (INSTITUTO..., 2008).

Atualmente o Fórum envolve todos os sindicatos de trabalhadores rurais e parte das associações rurais, movimentos de mulheres e jovens com o objetivo de buscar a discussão conjunta e participativa dos grupos sociais para o fortalecimento da produção familiar diante dos outros setores produtivos, garantindo que suas demandas sejam incluídas nas políticas públicas de desenvolvimento voltadas para esta região. GESTAR (2008) chama a atenção para que a preocupação com a sustentabilidade produtiva é o que caracteriza este grupo e o diferencia de outras instâncias sociais, o que se configura na prática principalmente através do apoio e incentivo às alternativas de produção que gerem renda sem degradar o meio ambiente.

Entre outras, uma ação importante para a renovação dos conceitos relativos ao desenvolvimento sustentável na região tem sido o Programa de Formação Técnica sobre as Alternativas ao Uso do Fogo no Processo de Desenvolvimento Sustentável coordenado por esta instituição e financiado pela Cooperação Italiana e Ministério do Meio Ambiente (MMA), onde aproximadamente 100 agricultores e representantes de diversas instituições (CEPLAC, entre elas) têm se reunido durante três dias por mês nas cidades de Itaituba, Santarém e Marabá para participar de capacitações no total de 10 módulos sobre diversos temas; o que tem se configurado numa potencial

possibilidade de aperfeiçoamento das estratégias de interlocução e fortalecimento dos vínculos entre variadas instituições e grupos da sociedade civil.

Grande parte das ações propostas para o desenvolvimento rural sustentável com foco na igualdade ambiental e de vida das populações rurais na região está apoiado no programa GESTAR - Programa de Gestão Ambiental Rural resultado de um acordo de cooperação entre a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e a FAO, articulado com o Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163.

Torres Figueiredo e Miguel (2007) destacam que os desgastes e as conseqüências sociais e ambientais desastrosos deixados pelos eventos de expropriação das populações de suas terras, assim como o crescente reconhecimento de que as populações tradicionais e indígenas se utilizam de maneira mais sustentável dos recursos naturais, culminaram em mudanças nas políticas públicas “ao menos em teoria e em alguns casos”, que têm feito avançar processos onde se valorizam o saber nativo como fonte de técnicas de conservação e as formas de lhes resguardar o direito à propriedade intelectual de suas práticas econômico-produtivas.

Esta afirmação vem de encontro à preocupação expressa por alguns técnicos em relação à extensão rural atualmente, pois é notório o impacto causado pelo avanço da fronteira agrícola e em muitos casos do próprio abandono da atividade agrícola. Assim, afirmam perceber possibilidades de avanço e de permanências:

Dessa experiência todinha que nós vivemos com a extensão aqui na região eu não tenho dúvida que alguma coisa ficou de bom, por exemplo, o cacau é uma realidade e é uma *commodite* realmente que dá dinheiro. O agricultor que está na atividade de cacau está bem remunerado. Por outro lado foi em função dessa riqueza que permitiu acelerar o processo de devastação. Olha, quem não tinha nada, de repente passou a ter uma cultura, que praticamente remunerava tudo. Ninguém plantava mais arroz, e começou a sobrar dinheiro e as pessoas se enveredaram por algum sonho de ser fazendeiro e aí começou então a criar gado, e aumentando, e derrubando, e criando mais gado, e aumentando a fronteira, e expandindo. Tudo dentro de uma visão, de uma dinâmica que era compatível pra aquele momento, não o momento que a gente vive hoje. (Extensionista A)

Derivado deste contexto vem sendo buscado um novo direcionamento no que diz respeito ao respeito às diversidades regionais, ao desenvolvimento sustentável e ao apoio à agricultura familiar. A proposta do governo paraense para a região da Transamazônica tem sido a de aumentar a geração de emprego e renda através do

incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas da pecuária leiteira, fruticultura, grãos, mandioca e a criação de pequenos animais, prioritariamente. (SAGRINFORMA, 2008), o que está amparado pelo Programa Territórios da Cidadania³² do Governo Federal que visa investir cerca de 1,2 bilhão de reais em ações fundiárias, de assistência técnica, saúde e educação em 57 municípios do estado do Pará. Dos cinco territórios rurais³³ escolhidos para receber os investimentos no estado do Pará, o território da Transamazônica é o que receberá maior montante de recursos, sendo destinados 397,2 milhões de reais, entre outras ações, para concessão de crédito à famílias assentadas e para o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROGATER.

Para o ano de 2008 o governo estadual, através da SAGRI, vem propondo mudar o atual quadro de ineficiência e desarticulação dos serviços de ATER públicos através da promoção de uma grande gama de debates e encontros, tendo sido realizado no mês de Março a I Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que buscou traçar as diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável para os próximos 15 anos na região norte. Esta conferência apontou como um de seus maiores desafios, além de alcançar uma maior participação política e a organização social da população paraense, o aperfeiçoamento da assistência técnica desenvolvida pelas entidades governamentais de ATER do estado (SAGRI, 2008).

A partir destas constatações faz-se necessário aprofundar-nos nas novas configurações que a ATER pública tem tomado no município estudado a fim de avaliar o impacto das novas propostas para suas ações, procedendo a uma análise detalhada conforme proposto nos objetivos deste estudo.

³² O Territórios da Cidadania, lançado em fevereiro deste ano pretende levar aos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil um conjunto de políticas públicas de 19 ministérios. Visando a superação da pobreza, a ampliação do acesso aos direitos sociais básicos e a geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de ações conjuntas entre governo federal, estadual e municipal.

³³ Baixo Amazonas, Marajó, Transamazônica, Sudeste e Nordeste.

5. COMO ESTÁ A ATER PÚBLICA NA TRANSAMAZÔNICA HOJE?

A EMATER é a instituição de ATER mais antiga da Região Norte (a ACAR-PA foi criada em 1965), estando presente na Região da Transamazônica desde 1970. Trata-se de uma autarquia da administração indireta do Estado, sendo ligada diretamente à Secretaria Especial de Produção. Hoje a EMATER-Pará encontra-se presente em todos os municípios do estado, com dez escritórios regionais, 130 escritórios locais, sendo que seis são recém-ativados, além de um escritório central e uma Unidade Didática Agroecológica no município de Bragança situado no nordeste paraense, cujo objetivo central tem sido o estudo, o aperfeiçoamento e a difusão de tecnologias agropecuárias compatíveis com a agricultura familiar (EMATER, 2008). Trabalha através de escritórios regionais que têm bastante autonomia (SILVA e CARMO, 2007). Sua missão é:

Planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, mediante processos educativos e participativos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável da agropecuária, da agroindústria, da agrofloresta e da melhoria sócio-econômica da sociedade paraense (EMATER, 2008).

No município de Itaituba tem presença com um corpo técnico de um engenheiro agrônomo, uma médica veterinária, uma zootecnista, um técnico em agropecuária e duas técnicas da área social com formação respectiva em magistério e letras.

A CEPLAC foi criada no estado da Bahia em 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, estando sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Iniciou suas atividades na região da

Transamazônica em 1982. É uma instituição pública federal ligada ao Ministério da Agricultura (MAPA). Atualmente, está presente em 35 municípios paraenses. Frente os desafios de um novo cenário em nível nacional e mundial a CEPLAC está redirecionando a sua missão a fim de enfrentar os novos desafios. Sua prioridade tem sido a recuperação da economia regional (com ênfase para o combate às doenças dos cacauais), a promoção da diversificação vertical e horizontal da atividade agropecuária (através do apoio à implantação de agroindústrias e o plantio e/ou expansão de novos cultivos) e a implementação de ações voltadas para a conservação ambiental, visando o desenvolvimento de atividades agroeconômicas sustentáveis e a preservação de fragmentos florestais (MAPA, 2008). No município de Itaituba tem presença com um corpo técnico bastante reduzido de apenas dois técnicos com formação em agropecuária. O quadro a seguir descreve a estrutura destas instituições e suas principais características:

Tabela 2 – Características principais e estruturas das instituições.

INSTITUIÇÃO	FORMAS DE FINANCIAMENTO DA ATER	ESTRUTURA FÍSICA	VEÍCULOS		EQUIPE TÉCNICA	
			Carro	Moto	Nível Médio	Nível Superior
EMATER	- Recursos próprios - Projetos de Crédito - Convênio com o INCRA (ATES) - PROATER - Convênio/Parceria com a Prefeitura - MDA	Prédio Sede Alugado	2*	1	2	4
CEPLAC	- Recursos próprios - Projetos de Crédito - Convênio/Parceria com a Prefeitura - MAPA	Prédio Sede Próprio	1**	0	2***	0

* Um Fiat Uno Antigo e uma Caminhonete Ranger Ano 2008.

** Toyota Bandeirante Ano 95.

*** Um técnico é cedido pela Prefeitura para a instituição.

A análise deste quadro é ilustrativa da situação de carência que ambas as instituições enfrentam atualmente, com poucos profissionais e condições materiais em alguns casos inadequada, como falta de veículos. No entanto as carências são visualizadas de formas diferentes para cada instituição.

No período mais recente, principalmente a EMATER, vem passando por mudanças impulsionadas pelo advento da divulgação da nova proposta de política para a ATER que somada ao grande volume de recursos³⁴ disponibilizados através do crédito rural e de convênios com o MDA, tem impulsionado uma série de investimentos e ações de capacitação através do incentivo à participação pelos técnicos de encontros em nível nacional, estadual, regional e mesmo local onde se têm discutido sobre a questão de uma nova configuração para a ATER. Os relatos dos extensionistas dessa instituição demonstram algumas melhorias recentes, como:

A EMATER está se estruturando. A EMATER não está muito desatualizada. Tanto para os agricultores quanto para os técnicos estão todos se atualizando. A autoestima de todos aumentou muito nos últimos anos. (Extensionista B)

Hoje eu posso dizer que a EMATER está renascendo aqui na região, por causa do convênio com o MDA vem dinheiro para as atividades, além de estarem sendo oferecidas muitas oportunidades de capacitação. Ficamos uns 10 anos sem ter nenhum tipo de reciclagem. Atualmente é uma atividade atrás da outra. (Extensionista C)

Ao contrário da EMATER, os técnicos da CEPLAC ainda não têm tido acesso a melhorias das condições estruturais no escritório local, que entre outras falhas, não tem acesso à internet. Outro agravante, segundo os relatos é a falta de verba para combustível. Principalmente nesta instituição os extensionistas ainda permanecem em suspenso, descrentes da proposta de retomada do processo de extensão pública. Segundo relato, um dos complicantes para a CEPLAC tem sido a sua vinculação ao MAPA, ministério que aponta para objetivos diferentes dos do MDA.

³⁴ No estado do Pará para o ano de 2007, por meio da SAF/MDA foram liberados R\$ 4,8 milhões para os programas de ATER (EMATER, 2007). No caso da EMATER-Pará, no ano de 2007 foram liberados pelo Governo do Estado recursos da ordem de R\$ 3 milhões e 300 mil para o reaparelhamento de sua capacidade de atendimento, com aquisição de veículos, mobília, equipamentos, reforma e aquisição de imóveis, contratação de novos quadros de extensionistas e investimento em treinamento.

Nós temos um ministro que acha que a extensão é uma coisa cara, que o produtor não precisa e que o pequeno produtor, esse da agricultura familiar, ele pensa, na visão dele (o ministro), que ele (o agricultor) tem condição de bancar o seu trabalho, de bancar a sua assistência, quando ele precisar de uma orientação técnica ele procura e contrata, quando ele precisar de uma tecnologia moderna ele vai aos laboratórios da Embrapa, ele vai atrás, ele vai como tem em Minas, na EPAMIG e vai buscar aonde tem que ele recebe a resposta. De certa forma já estão mostrando que esse processo que foi criado lá por volta de 1945 ele já não serve mais, assim como o tempo evoluiu, **eles acham que a extensão cumpriu um papel que hoje não precisa mais ter esse pensamento, essa utilidade** (grifo nosso). (Extensionista A)

Eu acredito que a extensão aqui na região está em processo de regressão. Pelo pouco apoio que o governo tem dado. (Extensionista A)

Em se tratando de uma instituição que tem como missão promover a diversificação vertical e horizontal da atividade agropecuária, com o apoio à implantação de agroindústrias e o plantio e/ou expansão de novos cultivos, além da implementação de ações voltadas para a conservação ambiental visando o desenvolvimento de atividades agroeconômicas sustentáveis (MAPA, 2008), frente ao reduzido quadro de profissionais e as carências estruturais que enfrenta, fica evidente um descompasso.

Hoje é diferente, nós temos muito mais leitura, muito mais ensinamentos sobre o que deve ser o trabalho da extensão rural, mas praticamente não é feito mais, **a mobilidade que a gente tinha comparativamente com hoje não é nada**. A gente vivia no campo. As programações que a gente tinha 90% eram cumpridas, hoje é totalmente diferente, agora mesmo eu estava falando, meu Deus, o que será da CEPLAC nesse marasmo, nesse paradoxo que está aí que a gente fica sem saber o que fazer. Hoje está diluído a coisa, está acabando aos pouquinhos, eu não sei o que vai ser do serviço de extensão (grifo nosso). (Extensionista A)

Olha hoje nós não temos nenhum convênio que possa realmente alavancar alguma coisa, nós não temos convênio com o MDA, por incrível que pareça. Aí eu critico e faço uma crítica pesada aos colegas da EMATER, porque eles privilegiam muito a EMATER, e eu até concordo que tem que ser assim. Porque eu concordo? Porque eu não sou cego e sei que o serviço de extensão da EMATER está presente em todos os estados brasileiros e aqui no estado do Pará eles estão presentes em quase todos os municípios e a gente só está em 35, mas eu acredito, se fosse pra eu fazer, eu fazia como se fosse o merecimento de uma vaca leiteira: aquela que dá mais de 10 litros tem um melhor tratamento, aquela que dá menos tem um tratamento desigual, mas não simplesmente cortar o suprimento como cortam aí. Hoje em dia eles tem verba de sobra e pra nós ainda não chegou nada. E olha que temos um trabalho muito bom aí sendo feito com os SAFs. (Extensionista A)

Mesmo no caso da EMATER, instituição que vem se mostrando com melhor acesso ao processo de fortalecimento institucional fica visível que para o atendimento ao compromisso inspirado pela PNATER e assumido na política estadual de assegurar o acesso a serviços públicos gratuitos, de qualidade e em quantidade suficiente para fortalecer a agricultura familiar em bases sustentáveis ainda se tem um longo caminho para se trilhar.

Em se tratando de um município com extensão territorial com 62.041 Km² e que segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais conta atualmente com cerca de 10 mil propriedades onde se desenvolve a agricultura familiar, a análise do público atendido pelas instituições estudadas no ano de 2007, revela uma insuficiência do serviço de ATER, que não possui estrutura suficiente para atender todo o município. Como os dados são de que a EMATER atendeu neste ano cerca de 915 produtores e a CEPLAC atendeu 310, temos que o serviço de ATER público chega a apenas 12 por cento dos estabelecimentos do município estudado. Isso explica a existência de um grande número de outras instituições não governamentais que atuam no município, dado que merece ser mais bem explorado em estudos posteriores.

A carência de estrutura de recursos humanos neste ponto também é evidente: a relação entre o número de técnicos e famílias atendidas pelo serviço de extensão rural apresenta pouca diferença entre as duas instituições, sendo de um técnico para cada 158 famílias na EMATER, e 155 no caso da CEPLAC. Estes dados revelam esta relação ser muito alta, demonstrando que para a materialização da nova proposta torna-se indispensável o incremento na contratação de profissionais, que tem se mostrado muito aquém das demandas. O comentário do entrevistado “P” é ilustrativo dessa problemática, que acrescenta à nossa análise, a questão das especificidades geográficas, uma vez que esta região configura-se como uma fronteira relativamente nova e conseqüentemente ainda precariamente ocupada.

A principal dificuldade encontrada (para a realização dos trabalhos de ATER dentro do direcionamento da PNATER) está na questão da estruturação, seja do ponto de vista da contratação de recursos humanos seja do ponto de vista dos recursos financeiros, equipamentos, porque nós temos uma região muito grande, muito ampla, as unidades de produção são dispersas, então isso demanda muitos recursos. (...) Então há a necessidade de investimentos significativos tanto em recursos humanos quanto de equipamentos e estruturação da parte logística para atender as famílias quer estão na zona rural. (Entrevistado P)

5.1. Atividades didático-pedagógicas executadas pelos extensionistas para orientação técnica dos agricultores e comunidades trabalhadas

Na EMATER o principal instrumento didático utilizado para capacitar e informar as comunidades têm sido a realização de cursos. É com esta atividade que ocorrem os trabalhos que agregam o maior número de agricultores. Conforme relato dos extensionistas entrevistados sempre ocorreram cursos com temas voltados para a formação dos agricultores, sendo os principais: Defumados e Embutidos, Galinha Caipira, Associativismo e Beneficiamento do Leite, entre outros. Ultimamente houve uma diversificação e agregação de novos temas que passaram a introduzir assuntos relativos às demandas geradas pela PNATER, como Agroecologia, Ecoturismo, SAFs, Ecologia e Formação de Multiplicadores.

Com relação aos cursos que vem sendo oferecidos todos os extensionistas foram unânimes em apontá-los como de suma importância para o trabalho da instituição, sendo considerados uma forma rica de aproximação com os agricultores. A forma de seleção dos participantes geralmente parte de contatos com as associações e lideranças comunitárias. O número de participantes gira em torno de 20 a 30 sendo que destas algumas (duas ou três) vagas podem ser cedidas para alunos da Escola Estadual de Educação Tecnológica do Pará ou outras instituições quando há a demanda. Geralmente os cursos acontecem na zona urbana e têm duração variável podendo chegar até uma semana.

Para a maioria dos extensionistas estes cursos, entretanto tem apresentado problemas. A reclamação geral é que além de privilegiarem uma formação teórica, os temas não têm sido escolhidos localmente, o que leva a que “na maioria das vezes”, segundo relato da metade dos extensionistas, aconteçam cursos cujos temas despertam pouco interesse nos agricultores com os quais trabalha. Esta problemática pode ser visualizada nos seguintes comentários:

São muito poucos os agricultores que participam efetivamente dos cursos, o pessoal está sem motivação e mesmo quando fazem os cursos, quando voltamos lá, vemos que nenhuma modificação aconteceu. (Extensionista B)

Isso é resolvido lá no escritório central. Os temas dos cursos e das capacitações vêm prontos. Nosso trabalho é só executar as ações ou apoiar na organização dos eventos. (Extensionista C)

Eu sinto que eles não assimilam bem. Aqui na nossa região, a gente precisa fazer um curso bem prático, pra eles verem a coisa acontecer. A maioria é analfabeta, a gente tem que ter uma linguagem o mais simples possível, e às vezes eu acho que por isso eles se confundem, a gente fala uma coisa e eles podem estar entendendo outra. Se não estiver muito próximo da realidade deles eles não utilizam aquilo. Aqui pra nossa região faltam exemplos. (Extensionista E)

Apenas um extensionista não vê problemas com esta atividade, mostrando-se, ao contrário de seus colegas, satisfeito com relação à sua realização e aos temas trabalhados. Em sua fala, no entanto fica perceptível a reclamação de seus colegas com relação à escolha dos temas e a forma de seleção dos participantes:

Assim que a regional envia pra gente o tema e a data de início dos cursos a gente se desloca até as comunidades e faz o convite pessoalmente. A gente já tem certo conhecimento dos produtores e já sabe quem vai se interessar ou não. (...) Dependendo do tema a gente já sabe quem vai e quem não vai querer fazer aquele curso. (Extensionista D)

Outro problema pertinente foi levantado pelo extensionista “B” se refere às datas em que têm ocorrido estes cursos, que é geralmente durante a época de chuvas³⁵, o que segundo este extensionista tem dificultado a participação de um grande número de agricultores.

Acho que para o governo não ter que devolver dinheiro no fim do ano, eles liberam todos os cursos de uma vez. Essa época é ruim porque chove, não tem acesso, então o pessoal não comparece. E com razão, porque não tem estrada mesmo. (Extensionista B)

Questionados sobre o que é necessário ser feito para reverter este quadro e fazer com que esta atividade se dê de uma forma mais eficiente, a maioria dos técnicos chamou a atenção para a necessidade de um processo de acompanhamento das atividades que ocorra pós-curso. Demonstrando uma preocupação com a continuidade que é dada por estas ações, assim se referem:

³⁵ Período chamado de inverno na região, vai do mês de novembro até o mês de abril, quando grande parte de comunidades fica isolada por falta de estradas ou devido à cheia dos rios que alagam trechos destas, impedindo a passagem.

Alguma coisa deve ficar, mas pra nós é imperceptível. (Extensionista C).

Tem agricultores que se mostram muito dispostos, mas falta mão de obra, falta eles verem também que isso dá retorno. O que eu sinto que falta é o depois. Parece que não dá o prosseguimento que seria pra eles próprios. Ali na hora do curso todo mundo se interessa, mas depois que a gente vai embora, eles se desinteressam. Quando você vai às propriedades poucos estão fazendo. (...) Acho que isso é uma falha também da EMATER, até que ponto a gente têm que dar essa continuidade e até que ponto a gente tem que esperar que eles dêem. (Extensionista E)

A necessidade de uma avaliação das atividades ocorridas foi apontada por todos os entrevistados como ponto importante para melhorar estas ações, além da revisão dos temas que deveriam partir do interesse captado pelo escritório local. Neste ponto fica evidente que se tem consciência da importância de um processo contínuo de aprendizado, deixando-se de realizar atividades pontuais para partir para atividades coordenadas cujo foco seja efetivamente os anseios dos agricultores.

Questionados sobre as inovações recentemente introduzidas em suas atividades os extensionistas apontaram que ainda está em fase inicial a implantação de experimentos em propriedades rurais através da criação de unidades demonstrativas (UDs)³⁶ e unidades de observação (UOs)³⁷, cujo fundamento está na condução de unidades de teste e validação de técnicas ou em áreas de produtores visando comprovar a eficiência de técnicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Estas experiências foram inseridas a partir do convênio com o INCRA de fomentar atividades relacionadas à pesquisa participativa em assentamentos do município. Ainda em fase inicial, está sendo planejada a criação de cinco unidades cujos temas enfocam: Recuperação de áreas degradadas, Meliponicultura, Criação de pequenos animais, Recuperação de mananciais hídricos e Mandiocultura.

Com relação à escolha dos temas e ao modo como vem se desenvolvendo esta atividade, os extensionistas referiram-se à realização de um diagnóstico onde foram recolhidos temas de interesse a partir dos quais posteriormente se chegou a um consenso. Mesmo afirmando ter-se partido de uma ação de cunho participativo, os extensionistas relataram direcionar as atividades para aqueles temas nos quais

³⁶ Objetivo desta atividade é estruturar um ambiente dentro de uma propriedade que motive e permita a aprendizagem de técnicos e produtores sobre formas mais interessantes de produzir alguma cultura, criação ou realizar alguns procedimentos de longo prazo. (COELHO, 2005:135).

³⁷ Segundo Coelho (2005) dentro de uma proposta construtivista esta atividade permite que técnico e produtores observem se uma proposta é boa, ou não, e de que forma pode ser feita.

consideram possuir aptidão para desenvolver. O exemplo citado pelo extensionista “E” relativo a esta questão demonstra dificuldade na manutenção de uma postura participativa.

Esta é uma dificuldade que como extensionista hoje eu encontro, eu não sei quem é que tem que estimular quem, se eu vou com propostas e eles acham legais ou eles vêm com idéias e eu busco melhorar isto pra eles. Hoje eu me pergunto muito isso, na minha capacitação da EMATER eu questioneei sobre isso, mas as respostas são muito vagas, no fundo a gente acaba fazendo o que o produtor quer, e ele não quer nenhuma proposta diferente, dificilmente isso acontece. Meu receio é o seguinte, eu falar assim, por exemplo, essa questão que a gente quer fazer da meliponicultura, até que ponto eles vão se envolver e depois que estiver toda a estrutura montada eles falarem que isso foi a EMATER que quis, não foi a gente que queria. Até que ponto a gente tem o poder de transformar a situação dos agricultores. (Extensionista E)

Além desses, outros extensionistas identificaram vários problemas sociais que impedem o estabelecimento de uma postura participativa, entre eles o elevado nível de analfabetismo que afeta a maioria dos agricultores³⁸. Os extensionistas também foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade encontrada para a manutenção de uma postura mais próxima das comunidades e agricultores com os quais trabalha relaciona-se a ausência de infra-estrutura de qualidade das estradas, que impedem o acesso aos agricultores devido à precária condição em que a maioria atualmente se encontra, principalmente pela falta de manutenção destas pelos órgãos competentes (ver foto 2 – Anexo C).

Nossa maior dificuldade aqui é estrada. Muitas pessoas criticam a EMATER porque a gente não está chegando em algumas comunidades mais distantes. Hoje nós temos um carro novo, que chegou agora. Aí teve agricultor que veio dizer que agora a EMATER vai trabalhar, eu não concordo. O negócio é que aqui no município a maioria das comunidades não se chega nem com carro traçado. Se o município, se o Estado, se o Governo Federal fizer a parte dele e mantiver as estradas, aí dá pra gente ir, se não tem estrada, tem comunidade que só de helicóptero. (Extensionista D)

A maior dificuldade aqui são as estradas, os assentamentos foram criados em lugares de acesso bem difícil, todos longe, falta muita infra-estrutura. Aqui fica tudo muito longe. Os lotes são distantes entre eles. Pra fazer uma reunião é difícil reunir, tem gente que tem que andar 4, 10, 35 Km, e isso tudo de estradas ruins e à pé. Quando tem estrada, não dá pra você ir e voltar no mesmo dia, tem que ir e ficar, aí tem que ficar na casa do agricultor, dependendo da boa vontade deles. (Extensionista E)

³⁸ Projetos como EJA e PRONERA e uma Escola Agrícola Familiar que está em andamento no município, segundo relato captado no STTR não têm recebido o devido apoio do Governo Municipal, o que causa dificuldades estruturais e na firmação dos contratos, entre outros problemas. Desde o início de 2008 o PRONERA no município está parado por falta de pagamento dos professores.

Principalmente no período do inverno, as estradas, todas de terra, sofrem as conseqüências das chuvas fortes, o que quando não impedem, dificultam sobremaneira as visitas a campo. A dificuldade de escoamento da produção também é evidenciada, o que segundo os extensionistas tem desmotivado os agricultores, devido às constantes perdas de produção ocorridas.

No anexo “B” também pode-se visualizar esta problemática através de formulário de avaliação das condições de acesso às comunidades atendidas. Neste documento quase a totalidade das comunidades trabalhadas pela EMATER quando não é descrita como apresentando estradas em péssimas condições, precárias ou intrafegáveis, apresenta trechos com ladeiras perigosas e/ou pontes mal acabadas ou em condições precárias, impedindo o contato destas comunidades com os benefícios e as propostas de ação municipal, estadual ou federal de desenvolvimento rural. É deste modo que grande parte das comunidades e projetos de assentamento do município permanecem isoladas, fazendo com que os agricultores destas localidades não estejam sendo contemplados pela assistência técnica ou crédito.

Outro agravante para a falta de acesso a muitas comunidades na área de influência da Transamazônica é devido à existência de diversas Unidades de Conservação, cuja gestão está a cargo do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBIO), aonde permanecem um grande número de famílias de agricultores, tanto pelas invasões motivadas por interesses de exploração de recursos, quanto devido à implementação de projetos de assentamento (PDS)³⁹ irregulares pelo próprio INCRA e que atualmente estão suspensos ou já foram cancelados. Nestas comunidades, para conseguir renda os agricultores, mesmo aqueles residentes nos projetos de assentamento ou nas áreas do entorno de áreas de preservação têm contribuído para o avanço do desmatamento, apoiando os madeireiros que acabam exercendo o papel do Estado tanto na manutenção das estradas e pontes como na construção de escolas, apoio na construção de casas, e conseqüente geração de empregos.

³⁹ A modalidade de assentamento PDS — Projeto de Desenvolvimento Sustentável — vem sendo implementada pelo INCRA, desde 1999, na região Norte do país. No ano de 2007 o Ministério Público interditou 107 assentamentos criados entre 2005 e 2006 no oeste do estado. Entre outras irregularidades, verificou-se a sobreposição de áreas, com incidência sobre espaços destinados a populações tradicionais, Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e Unidades de Conservação de proteção integral, em que é vedada qualquer ocupação humana.

Cumprir destacar que a partir das dificuldades físicas que a região apresenta, tem sido dada prioridade para aquelas comunidades mais próximas da Transamazônica, cuja conservação das estradas, ainda que precária, apresenta-se melhor que suas vicinais. Outra forma de driblar esse empecilho e manter o acesso dos agricultores que residem nas regiões mais distantes às informações consideradas pertinentes, tem sido a utilização de programas de rádio, principalmente pela CEPLAC, cujo técnico mantém dois programas em duas rádios diferentes, uma no próprio município de Itaituba e outra no município de Rurópolis.

Nessas minhas andanças por aí, aqui na região quando a gente vai pro campo a gente não vai e volta no mesmo dia. A gente vai e dorme. Até porque os recursos são tão poucos e as estradas são tão ruins que se torna cansativo, então nós vamos e dormimos. Geralmente nós vamos lá na terça feira e ficamos, quarta, quinta e só na sexta feira é que a gente retorna e nesses dias, depois de concluído o trabalho, a gente vem pra casa do produtor, que nos apóia, abriga geralmente é num barracão, numa casa de farinha, a gente arma a rede lá e fica escutando. Eles têm o hábito de escutar a Rádio Nacional e a rádio daqui mesmo, que pega bem. Isso fez com que eu não desperdiçasse de jeito nenhum o rádio, eu acredito que o rádio ainda continua sendo o melhor veículo, porque a televisão você ainda carece de ter uma televisão, de comprar, o rádio não, qualquer pessoa tem um rádio, e qualquer radinho funciona bem, é uma informação que é barata e valoriza muito nosso trabalho. (Extensionista A)

No caso da CEPLAC outra atividade que chama a atenção pela forma como se dá são as excursões, que tem acontecido tanto dentro do próprio município, principalmente para troca de experiências entre os agricultores quanto excursões para outros municípios, onde os objetivos geralmente prevêm a inserção de atividades novas a partir de experiências bem sucedidas (ver foto 3 – Anexo C). Essa atividade é apontada pelos extensionistas que a realizam como extremamente rica em troca favorável de conhecimentos. Apesar de ser uma atividade que é incentivada pela instituição, conforme relato do extensionista “A” tem se dado dentro de uma situação financeira adversa que impede sua reprodução em maior escala e a integração de um maior número de agricultores.

Então a gente tem procurado fazer isso, são os treinamentos grupais com excursões, excursões essas que têm sido até mesmo bancadas pelos próprios agricultores. É nesse sentido que nós estamos trabalhando, fazendo com que o produtor até banque esse conhecimento. Coisa que o Estado deveria prestar, antigamente era assim. Eu não sei se está ficando tão escasso assim os recursos a ponto da instituição não ter como bancar esse tipo de coisa. (Extensionista A)

Na EMATER as extensionistas da área social têm realizado trabalhos voltados aos jovens e mulheres, atuando através de reuniões e Demonstração de Métodos onde enfocam temas relativos à alimentação, saúde e higiene (ver foto 4 – Anexo C).

Embora apontada como esporádica, uma outra ação importante, e a única em que foi perceptível o estabelecimento de uma parceria entre EMATER e CEPLAC tem sido a realização do Dia do Produtor ou Dias de Campo, onde juntamente com outras instituições, têm se buscado a divulgação de conhecimentos específicos, com relação a culturas específicas e ou soluções para problemas que são gerais. Essas atividades têm geralmente sido puxadas pela SAGRI e os técnicos das diversas instituições são chamados a participar porque conforme relato para cada um dos temas já são conhecidos quais profissionais ou quais instituições que poderão contribuir (ver foto 5 – Anexo C).

De todas as atividades citadas pelos extensionistas a ação mais representativa atualmente desenvolvida pelo escritório local e visivelmente, a que mais tem demandado dedicação dos entrevistados são aquelas relacionadas ao PRONAF, como elaboração dos projetos e vistorias para elaboração de laudos e levantamento de aplicação dos recursos. Esta situação tem gerado tanto por parte dos extensionistas quanto dos próprios agricultores uma forma diferenciada de compreender o trabalho de assistência técnica e extensão rural, além de condicionar grande parte das visitas a campo apenas às vistorias individuais de aplicação dos recursos.

Até quando nós entramos o serviço de extensão rural era um serviço bem bom, hoje nós já estamos assim ... (não sei por quê) acho que o pessoal está muito ligado a crédito. (Extensionista C)

Hoje o trabalho de extensão rural não está mais como deveria ser. Bem que nós ainda tentamos, mas o próprio produtor só vem interessado no crédito. (Extensionista C)

As minhas ações hoje estão voltadas para elaboração de projetos, a laudo e vistoria a campo. 90 % do meu trabalho é baseado em crédito rural, porque a gente atende a necessidade que os produtores pedem aqui no escritório e eles estão ainda voltados pro crédito. É uma coisa que a gente tem que mudar. (Extensionista E)

Difícilmente a gente é chamado pra fazer uma outra coisa, não vou dizer que não acontece, mas é raro. Às vezes chamam a gente pra uma reunião pra gente explicar associativismo, mas basicamente é pra gente conversar sobre crédito. Pra assistência eles não vem muito nos procurar, eles procuram outros lugares, mas não a EMATER pra querer tirar uma dúvida sobre a produção, por exemplo. (Extensionista E)

Como fica perceptível em todas as entrevistas, o agricultor é responsabilizado por esta configuração, estando a instituição apenas atendendo as demandas que lhe são apresentadas.

Bem que a gente tenta de todas as formas, mas estamos tendo essa dificuldade agora. Aham que a EMATER é só pra assistência ao crédito, elaborar os projetos, e quando está em desenvolvimento a Emater tem que dar assistência. A gente fica até um pouco preocupada. (Extensionista B)

Nenhum agricultor vem aqui pra pedir ajuda em cultivo, dizer que está com problema em alguma cultura, EMATER pra eles hoje é sinônimo de crédito. (Extensionista C)

Eles enxergam a EMATER como um local aonde eles vão pra fazer um projeto técnico pra tirar um dinheiro. Eventualmente alguns produtores vêm com algumas necessidades diferentes, um esclarecimento de alguma doença, alguma coisa sobre Imposto Rural, mas são poucos. (Extensionista E)

No caso da EMATER os projetos de crédito têm sido em sua maioria destinada à mandioca, meliponicultura e expansão e manutenção do rebanho de gado. Na CEPLAC, como é forte a crítica à expansão da pecuária na região, tem sido dado ênfase à expansão dos sistemas agroflorestais (SAFs).

Hoje pra você ter uma idéia a CEPLAC não faz mais financiamento pra criação de gado de jeito nenhum, hoje nós procuramos trazer o cacau nos sistemas agroflorestais, consorciando com açaí, com essências florestais daqui da região, como mogno, andiroba, copaíba, essas essências que possam agregar alguma coisa, como semente, óleo, e criação de pequenos animais, como carneiro, abelha, nada do que a gente fazia antes a gente faz hoje. (Extensionista A)

A partir deste direcionamento tem ocorrido, conforme relato dos extensionistas desta instituição, um avanço na discussão e introdução de atividades relacionadas à SAFs, com ênfase no fortalecimento de propriedades modelo que tem servido, segundo relato dos técnicos, como Unidades Demonstrativas para experimentações a longo prazo e suporte para visitas de outros agricultores com o intuito de divulgar e motivá-los a adotar as inovações agroecológicas (ver fotos 6 e 7 - Anexo C).

Outras atividades como participação na Feira Agropecuária e participação nos Conselhos Consultivos do PARNA (Parque Nacional da Amazônia) e FLONAS (Florestas Nacionais) coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) são ações que também têm ocorrido. Quando solicitada as instituições têm participado destas atividades, estando cada um dos extensionistas responsável pelo acompanhamento de cada uma destas atividades. Conforme os

extensionistas estas atividades despertam pouco interesse, pois já tem suas demandas.

5.2. Ações dos técnicos extensionistas e as proposições educativas explícitas na PNATER

Dos sete técnicos entrevistados, todos citaram que vem sendo feito um esforço por parte das instâncias superiores (escritórios regionais, secretaria de agricultura, etc.) para que passem a desenvolver atividades que promovam o protagonismo dos agricultores e a socialização comunitária dos conhecimentos, embasadas pela pesquisa-ação participativa, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas com esta finalidade. Todos também são unânimes ao afirmarem os possíveis benefícios que as novas metodologias podem trazer.

Não dá mais pra você fazer extensão do jeito que se fazia lá atrás, como o álbum seriado⁴⁰. Não dá mais pra fazer extensão como foi lá atrás, montado no lombo do burro. As coisas e as pessoas evoluíram. Se você não evoluir também o agricultor não te dá crédito. (Extensionista A)

Assim como eu estou lá pra ensinar, pra transmitir o que eu aprendi, eu procuro também aprender com eles. E eu espero que a gente trocando essas informações, a gente sempre saia ganhando, não em termos monetários, mas em termos de aprendizado, de conhecimento. (Extensionista D)

Acho importante o pessoal participar e estar envolvido, até porque pra eles entenderem e se sentirem parte do processo. Aí eles se sentiriam mais responsáveis pra colocar em prática os conteúdos que são trabalhados. Pra quando a gente sair não acontecer deles abandonarem ou não botarem em prática, como tem acontecido até agora. (Extensionista E)

⁴⁰ Um álbum seriado é uma série de cartazes utilizados para ensinar pequenos grupos sobre um assunto em particular. Cada idéia principal é mostrada em um cartaz, facilitando deste modo a exposição e assimilação das informações desejadas.

Questionados sobre a mudança de paradigma da atuação, entretanto estes mesmos técnicos não demonstram que alguma modificação mais efetiva esteja ocorrendo de fato, para dois técnicos pouco ou nada mudou. Vale destacar suas falas:

A filosofia do trabalho de extensão é a mesma de sempre, trabalhar para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, em especial as que são de baixa renda, que trabalham com a agricultura familiar. Não vejo mudança nenhuma, nosso trabalho é o mesmo de antes. **O que mudou é que agora trabalhamos com uma equipe bem menor** (grifo nosso). (Extensionista B)

No momento aqui em Itaituba ainda não temos utilizado essas novas metodologias, mas a política da EMATER é colocar isso tudo pra funcionar, não é nada rápido, a gente tem que construir isso aos poucos. (Extensionista E)

Essa dificuldade da implementação de fato de uma nova política para a ATER no município é interpretada por representante da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRA) como sendo causada por dois fatores principais, um relativo à própria discordância entre política federal, estadual e municipal e outra a que apesar de prever a contemplação das especificidades regionais, não se tem conseguido contemplar os vários atores que tem o dever de implementá-la.

A política da União, apesar de se dizer que sim, ela não é uma política regionalizada, ela é uma política nacional que é determinada sem ouvir o que a gente realmente quer. Nosso pequeno produtor aqui é pequeno mesmo, ele não tem a mínima estrutura pra entrar num processo de competição com ninguém, qualquer documento que seja solicitado para que ele participe de um processo licitatório ele não vai ter. Como as nossas organizações não vão ter condição de participar, então naturalmente eles já estão fora. Então os grandes grupos que vem de fora é que vão ocupar esses espaços. O pequeno fica de fora da política pública nacional. (Entrevistado J)

Não se tem um direcionamento mostrando qual o caminho que devemos tomar. As políticas não estão voltadas para o atendimento das nossas necessidades. **Não é só mais o que nós pensamos, é aquilo que o mercado internacional pensa, imagina, quer de nós. E nas negociações nós não temos força. Nem nós oeste nem nós Estado pra determinar o que nós queremos pra Amazônia. Nós temos um poder de negociação baixo** (grifo nosso). (Entrevistado J)

A nível de Estado começa-se a desenvolver uma política, mas ela ainda não está na prática. É uma política diferenciada, mas enquanto não se ver isso na prática, como é que esta política vai ser aplicada na prática, então fica difícil a gente dizer que isso é possível ou que este é o caminho apropriado. Mas existem propostas, eu só coloco que a política estadual está distante da municipal, por causa das questões de governo, é como se o Estado tivesse a política dele e o município com a política dele, então não há um interesse de unir as forças, fica mais na base da disputa mesmo. (Entrevistado J)

O representante da SAGRI já se refere às dificuldades enfrentadas para a implementação da PNATER como estando diretamente relacionadas tanto ao quadro técnico de que as instituições dispõem quanto à suas formas de trabalho:

A extensão precisa ainda ser melhorada não só na questão quantitativa dos técnicos quanto de forma qualitativa, precisa ter uma assistência que atenda de forma mais efetiva a realidade da produção rural. Até o próprio conceito de produção hoje a gente precisa rever porque se trabalhava muito a questão pecuária, a questão agrícola. Hoje a tendência é observar a propriedade como um todo, todo o potencial que a propriedade tem para que possa dinamizar um pouco mais a economia e integrar mais os potenciais econômicos que existem na propriedade rural. (Entrevistado P)

Hoje nós temos aprendido com as ONGs que têm um atendimento mais personalizado, mais específico que tem uma qualidade muito boa na questão da assistência. Em nível governamental a CEPLAC tem dado bons resultados até porque ela trabalha mais especificamente com o cacau, e a EMATER ela vem se aperfeiçoando, foram abertos novos concursos, está renovando seu quadro e está procurando novas formas de prestar a ATER, através de agentes multiplicadores, através de unidades demonstrativas que são pontos positivos dentro da ATER para a região. (Entrevistado P)

O representante da SAGRI já vê uma potencialidade na questão da interferência externa nas questões da preservação dos recursos naturais da Amazônia, uma vez que as imposições externas “forçam” uma adequação por parte dos extensionistas que “inspirados” pelas novas exigências, passam a rever seus padrões de ação, adequando-as aos novos padrões impostos pelo mercado.

Há uma predisposição a um novo modelo de ATER na região. Até porque existe um apelo mundial das pessoas buscando mais qualidade de vida, e a qualidade de vida passa fundamentalmente por essas abordagens mais naturais, mais agroecológicas, é uma dinâmica que está sendo posta não só pelo Estado, mas por força de uma solicitação que vem de fora do Estado. Toda novidade tem um pouco da resistência, mas os extensionistas têm se mostrado dispostos a construir um novo modelo de assistência, inclusive têm um apelo mais sócio-ambiental, as práticas agroecológicas. (Entrevistado P)

Um obstáculo relevante apontado pelos extensionistas tanto da EMATER quanto da CEPLAC, entretanto diz respeito à própria operacionalização das diretrizes e planos, ao “como fazer”, ou “quais metodologias utilizar”, evidenciando um conflito entre teoria e prática. Esta questão foi apontada pelo extensionista “E” como uma barreira importante para a efetividade das mudanças propostas.

A EMATER está um pouco desorganizada com isso ainda, é que pela instituição a gente não tem uma rota, eu sinto que pela Empresa existem umas diretrizes, mas na hora da ação direta fica vago. Os planejamentos são feitos bem direitinho, mas na hora da ação direta falta saber como é que faz isso mesmo. (Extensionista E)

Outros comentários também são ilustrativos desta questão, evidenciando que mesmo a questão teórica não tem sido contemplada em sua formação acadêmica, demonstrando que têm tido muitas dificuldades para colocar a participação em prática, reafirmando, sempre que possível que não têm se sentido capacitados para tal.

Agora o grande problema é a dificuldade que a gente tem pra fazer esse trabalho. Durante muitos anos, praticamente 30, 35 anos nós trabalhamos de um jeito, fomos capacitados para atuar daquela forma. Tudo isso tem um histórico da Revolução Verde que conduzia pra isso. (Extensionista A)

Toda a minha graduação foi encima de uma outra ideologia. A graduação dos cursos das agrárias prepara a gente muito bem pra parte técnica, nisto eu me sinto segura, não vi nada sobre participação ou agroecologia. Quem tem mais condição de trabalhar isso é o pessoal da parte social. (Extensionista E)

Acho difícil também trabalhar várias coisas, exigiria uma equipe maior e um produtor mais acessível. (...) Eu vejo que a parte técnica é interessante, mas o que é mais exigido da gente tem mais a ver com a sua responsabilidade, como criatividade, ser pró-ativo, empenhado, ser responsável, coisas que não são trabalhadas na faculdade. (Extensionista E)

Pra mim nem o técnico nem o agricultor estão sabendo ainda como devem se comportar. (Extensionista G)

Nos anos iniciais da EMATER conforme relato dos extensionistas mais antigos, dava-se muita ênfase no treinamento pré-serviço, que preparava o extensionista, geralmente recém-formado, para atuar de acordo com as orientações da instituição. Atualmente ainda há esforços neste sentido, mas de acordo com os extensionistas mais novos este treinamento vem apresentando muitas falhas. Primeiramente se referem ao fato de que a capacitação inicial ocorreu, geralmente, apenas um ano depois do ingresso na instituição, após já terem aprendido “na prática” e com a ajuda dos extensionistas mais antigos, o “que fazer”. Depois, mesmo quando tem participado destas atividades, não há uma preocupação com a formação, que não tem contemplado o aspecto global, integral. São ilustrativos desta questão os seguintes comentários:

A EMATER está fazendo a capacitação com o pessoal novo atrasada, eu fui fazer já tinha um ano e meio que estava no órgão. (...) São três módulos. O primeiro foi o preenchimento de um questionário, o segundo módulo foi uma capacitação presencial, onde a gente teve várias palestras (que deveria ser de 3 meses mas foi feito em 10 dias) e no terceiro módulo eu tenho que montar um Plano de Desenvolvimento de uma comunidade e depois executar esse plano, porque depois vai vir alguém me avaliar e eu não estou sabendo o que fazer. Não tenho uma orientação segura do que devo fazer. (Extensionista E)

Eu ainda não fiz a minha capacitação porque sou nova no órgão, só depois de um ano a um ano e meio é que eu vou fazer, mas eu passei o meu primeiro mês no escritório regional e eu não aprendi nada do que era para eu ter aprendido, eu fiquei o tempo todo na parte administrativa. Quem estava nos orientando não sabia o que era agroecologia, por exemplo. (Extensionista F)

Na EMATER apenas um extensionista com formação em agropecuária afirma sentir-se capacitado para atuar de forma participativa. A justificativa deste extensionista advém, segundo ele mesmo chama a atenção, para um aperfeiçoamento que adquiriu ao cursar pedagogia:

Hoje o principal diferencial do meu trabalho vem muito do curso de pedagogia que eu fiz depois do técnico. Eu aprendi uma coisa que eu sempre falo pros meus colegas, que é a questão do respeito, não só o respeito pessoal, mas saber respeitar as culturas, os costumes, que são totalmente diferentes dos nossos. No técnico não se trabalha isto. A gente está acostumado aqui na cidade, a gente foi pra faculdade, então a gente tem um campo de visão muito maior, mas ninguém é melhor que ninguém. E por incrível que pareça foi só através da pedagogia foi que eu aprendi. Então eu comecei a aplicar o que eu aprendi, a filosofia, a sociologia, no trabalho que eu desenvolvia com assistência técnica. Melhorou muito a parte técnica, até a forma de se comunicar. (Extensionista D)

5.3. Apreensão da proposta educativa a partir dos discursos dos técnicos extensionistas.

Nos primeiros contatos com os técnicos da EMATER, ao apresentar a intenção de se trabalhar com a questão da dimensão educativa da ATER, todos foram unânimes em falar que não conseguiria encontrar nada de educativo nas ações deles e que eu estaria procurando no lugar errado. Frente à nossa insistência, me indicavam estabelecer contato com as técnicas da área social, que no entendimento deles seriam as que realizariam algum tipo de serviço educativo, demonstrando se não desconhecimento, mas ingenuidade em suas falas:

Aqui na EMATER a gente não trabalha com educação não, você tem que procurar é a Secretaria de Educação. Sinceramente eu acho que não tem nada de educativo nas nossas ações hoje, mesmo de extensão tem muito pouco, o que nós fazemos aqui é assistência técnica. (Extensionista E)

De educação no nosso trabalho você vai encontrar muito pouco, só o trabalho do pessoal da área social. (Extensionista F)

Com o passar do tempo e um aprofundamento no convívio, as concepções de extensão enquanto atividade educativa foram tomando novas configurações, passando a ser mais elaboradas, entretanto, ainda afastadas do que propõe a PNATER.

De educativo talvez o que a gente tenha mais é a própria informação, até mesmo dentro do crédito, são leis, são portarias, são documentos que eles acabam se informando com a gente, porque eles não sabem. (Extensionista E)

No nosso trabalho a gente tem que ser até psicóloga às vezes, tem que ser professora também, ensinar a preencher os documentos, ir com o produtor no banco, aqui a gente faz um pouco de tudo. (Extensionista F)

No intuito de verificar se havia conhecimento teórico sobre a PNATER entre os extensionistas entrevistados, buscou-se identificar qual o entendimento deles sobre as metodologias participativas, pois elas são o eixo central da proposta educativa exposta tanto neste documento, quanto no documento da política estadual. Sobre este tema revelou-se, como nos comentários anteriores, pouco conhecimento teórico do que isto seria de fato, sendo que apenas um dos extensionistas conseguiu expressar, ainda que de forma truncada, o que estas metodologias implicam.

Assim como eu estou lá pra ensinar, pra transmitir o que eu aprendi, eu procuro também aprender com eles. E eu espero que a gente trocando essas informações, a gente sempre saia ganhando, não em termos monetários, mas em termos de aprendizado, de conhecimento. (Extensionista D)

Os demais extensionistas, mesmo quando expressavam algum entendimento do que seriam essas metodologias, apresentavam uma postura ainda carente de aprofundamento e que condiciona sua utilização a uma formação específica na área social.

Você fala de diagnóstico, né? Tive bem pouca formação pra isto. Na capacitação que a gente teve um outro grupo de colegas teve um curso voltado só pra diagnóstico, mas eu não tive. Eu acho super interessante, no meu caso tenho mais dificuldade por não ser dessa área, a gente tenta quebrar com o pessoal da área social, que entende um pouco mais, mas acho importante o pessoal participar e estar envolvido, até porque pra eles entenderem e se sentirem parte do processo. Aí eles se sentiriam mais responsáveis pra colocar em prática os conteúdos que são trabalhados. Pra quando a gente sair não acontecer deles abandonarem ou não botarem em prática. (Extensionista E)

Já li, não sei se é tão difícil, é que quando você reúne o pessoal do escritório cada um tem uma opinião. (...) Mas a EMATER vai ter que capacitar a gente pra isso sim. Como é que gente vai atuar? (...) Toda a minha graduação foi encima de uma outra ideologia. (Extensionista E)

Eu não tive formação pra isto, sei o que é porque eu sou curiosa e tenho pesquisado por conta própria, assim como você está me perguntando outra pessoa pode chegar e me perguntar, então, como eu estou representando a empresa, eu tenho obrigação de saber, mas pra falar a verdade não estou sabendo nem por onde começar o estudo. (Extensionista F)

Os comentários dos extensionistas revelam uma lacuna existente em sua formação acadêmica e em serviço, o que pode ser mais bem avaliado quando questionados a respeito do tipo de formação recebido através da disciplina extensão rural oferecida nos seus respectivos cursos de graduação. Todos os extensionistas da área de agrárias referem-se a esta disciplina como apresentando falhas neste tipo de tema, uma vez que têm sido oferecida no último ano, após um período de formação que já se estava encerrando e sobre o qual poucas mudanças de rumo, portanto podiam ser visualizadas. Os extensionistas foram unânimes em afirmar um tratamento exageradamente teórico e afastado das questões sociais que hoje se põem em seu cotidiano de trabalho.

A partir dos comentários que apresentamos acima outra questão a que gostaríamos de chamar a atenção é que ficou perceptível que os extensionistas ainda não tinham tido acesso ao documento da PNATER ou mesmo à política estadual, embora estas leituras sejam obrigatórias, uma vez que tratam dos parâmetros para sua atuação. Questionados sobre a estes documentos, nenhum dos órgãos (EMATER, CEPLAC, SAGRI ou SEMAGRA) indicou a sua existência em

seus arquivos. Apenas a SAGRI contava com material relacionado ao PROGATER. Na EMATER em vários momentos foi citado pelos extensionistas a existência de inúmeros materiais de referência para o novo modelo de atuação, embora estes materiais, segundo estes mesmos informantes estivessem acondicionados de maneira que dificultava sua consulta. Principalmente nesta instituição, ficou evidente a desorganização dos arquivos e certa tendência a manter os documentos guardados de modo a preservá-los. A justificativa para este fato é que a EMATER funciona em uma casa alugada e carece de espaço físico para acomodar todos seus arquivos. Por isso, permanecem encaixotados ou guardados em armários.

Os comentários e as justificativas para o desconhecimento dos referenciais teóricos que sustentam a extensão rural atualmente e que desde seus primórdios a relacionou a uma atividade de cunho educativo revelaram também uma lacuna importante que precisa ser preenchida, ainda mais neste momento onde se espera um aprofundamento intelectual maior dos extensionistas sobre seus campos de ação. Cumpre destacar que na EMATER houve pouca diferença de opinião entre extensionistas antigos e pessoal novo, estando ambos os grupos preocupados com uma atuação mais técnica e pouco comprometida ainda com a efetivação dos novos parâmetros de atuação.

A compreensão desse serviço educativo diferiu somente no caso do único extensionista, no grupo, com formação em pedagogia do grupo, que buscou denotar uma efetiva aproximação com o ideário freireano, apesar de que em alguns momentos fica claro que o papel central das ações ainda permanece sendo os próprios conhecimentos técnicos de que o extensionista dispõe e que em seu entendimento, o agricultor precisa adquirir.

Eu jogo bem aberto com o colono, eu converso, eu não uso termos técnicos, porque senão eles podem não entender, eu sempre procuro ouvir a opinião dele, como ele foi educado pra trabalhar. Como eles dizem, a nossa ciência é de um jeito a de vocês é de outro. O agricultor não é bobo, não dá mais pra chegar querendo impor nada, porque eles pensam, ah, rapaz novo, formou agora e chega querendo me ensinar o que eu já faço há muito tempo, o que eu aprendi com meu pai, com meu avô, então tem que chegar com bastante cuidado no agricultor. Primeiro tem que ouvir como é que eles fazem aí depois eu coloco a minha posição e a gente busca um meio termo. Eu estou lá pra levar o que eu aprendi. (Extensionista D)

Alguns técnicos ainda demonstram interesse em interferir na cultura e nos conhecimentos locais, pois consideram que sejam empecilhos para as melhorias que a ATER intenta promover. Desse modo consideram o agricultor objeto de suas ações, sujeitos que “devem aprender tudo, pois pouco ou nada sabem”. Ao negar-se ao diálogo e ao conhecimento da visão de mundo do agricultor, não é de se espantar que estes técnicos encontrem muitas resistências nos agricultores.

É uma coisa cultural essa preguiça de aprender coisas novas. O agricultor aqui é muito acomodado. (Extensionista B)

Os agricultores não perdem uma oportunidade de falar mal do órgão. Nós queremos levar a mudança pra eles e eles não querem mudar nada, querem continuar do jeito que são. (Extensionista C)

O produtor, quando você fala que dá mais trabalho, então eles não querem mais. Preferem continuar do jeito que estão do que fazer algum trabalho pra reutilizar alguma coisa. (Extensionista E)

No caso dos extensionistas da CEPLAC nota-se uma diferença na questão do entendimento que têm das metodologias participativas, e da própria concepção da atividade extensionista enquanto prática educativa, o que é justificado no caso de cada um por motivações diferentes. O extensionista “A” é o extensionista em ativa que está a mais tempo na região e conviveu com todo o ideário da Revolução Verde, mas refere-se a uma capacitação ocorrida há cinco anos atrás, quando esteve no Rio Grande do Sul acompanhando os trabalhos da EMATER-RS como um acontecimento que o revelou a possibilidade de uma atuação diferenciada e que o impulsionou a rever muitas concepções. O extensionista “G” é indígena e juntamente com a formação adquirida no curso técnico, considera que é a sua origem a responsável por atuar dentro de uma *práxis* diferenciada onde os saberes tradicionais são o ponto de partida para sua atuação.

Nossa cultura ensina que é muito importante ouvir, sem isso não é possível fazer nenhum trabalho. Sem ouvir o outro a gente não é capaz de aprender nem de ensinar. (Extensionista G)

Atualmente no município de Itaituba estima-se que tenha 2000 índios da etnia Munduruku⁴¹ divididos em 5 comunidades indígenas, das quais duas comunidade estão demarcadas - Praia do Mangue com 30 hectares e Praia do Índio com 28 hectares. É o extensionista “G” através de uma parceria da SEMAGRA com a

⁴¹ Os índios mundurukus habitam a região do vale do médio-alto Tapajós desde Itaituba até a Serra do Cachimbo, na divisa do estado do Pará com o Mato Grosso. De origem tupi, este é um grupo tribal remanescente que apesar de mais de um século e meio de contato com a sociedade colonizadora, tem mantido um parte considerável de sua cultura nativa.

Associação Indígena Pahyhy'p (lê-se “Paririp”), quem presta assistência a estas comunidades. Conforme seu relato, a FUNAI contratou recentemente um extensionista que atende aos munduruku do município vizinho de Jacareacanga⁴². Através de parcerias, como da Cáritas⁴³, estão em andamento cinco projetos: (i) Criação de galinhas na Aldeia Praia do Índio; (ii) Barracão Comunitário nas duas comunidades, “que é um resgate cultural, porque funciona como escola e local para as festas”; (iii) Casa do Artesanato na Praia do Índio, inaugurada recentemente; (iv) Artesanato com grupo de mulheres; e (v) Gaiola flutuante para criação de peixes, na Praia do Mangue, que no momento está desativada, segundo relato do extensionista “G” por causa de problemas técnicos.

No começo deu certo, mas nós não tínhamos um entendimento da coisa e então os alevinos foram atacados pelos predadores. Nesse caso faltou a consulta de um biólogo, passaram os alevinos pra gente, eles até chegaram bem, mas não teve uma consultoria pra ensinar a gente como cuidar, qual o período certo, como proteger eles dos inimigos naturais, por exemplo. Em uma semana nós perdemos 3 mil alevinos de Tambaqui. É um dinheiro que foi investido, mas que foi perdido. Na primeira remessa deu certo, mas na segunda aconteceu isso, nós perdemos 100 %. (Extensionista G)

Com relação ao desenvolvimento destas atividades, o extensionista “G” faz a seguinte avaliação:

Em relação a esse trabalho que eu faço eu estou sentindo que eu não estou conseguindo dar a atenção que é preciso. Nós não temos recurso pra trabalhar dentro dessas atividades, a prefeitura só contempla a gente na questão de arar a terra, mas quanto a aquisição de sementes e dos outros elementos pra gente dar continuidade a gente não tem. Tenho dificuldade também em trabalhar com as moças porque elas são muito tímidas e têm vergonha. Preciso de qualquer tipo de ajuda porque nossa situação lá não é boa não. (Extensionista G)

Questionado a respeito das particularidades da ATER indígena, e da diferença deste trabalho para o que desenvolve como técnico da CEPLAC comenta que na questão do trabalho nas comunidades indígenas, todas as ações são subordinadas à aprovação das lideranças, que através de uma consulta com a comunidade e da preocupação em manter a sustentabilidade da comunidade, decidem “quem vai trabalhar de horta, quem vai fazer o curso de apicultura, quem

⁴² Cerca de 6.000 mil índios divididos em nove pólos com 130 comunidades no total.

⁴³ A Cáritas é uma organização não governamental ligada à CNBB – Conferência dos Bispos do Brasil. Faz parte da Rede *Caritas Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social com sede em Roma e atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica.

vai fazer o curso de beneficiamento de farinha”, tudo que tiver passa pelas lideranças.

Tem muita diferença o trabalho lá e o trabalho na CEPLAC. O produtor familiar tem o seu objetivo, a sua meta, é claro que tem aqueles que só querem o recurso, mas a maioria quer progredir, quer melhorar a propriedade, e na comunidade indígena não, eles prestam mais atenção, o objetivo deles é sempre comunitário. Eles querem concertar a comunidade, eles fazem reunião, eles discutem muito. Os trabalhos são coletivos, porque aí trabalha todo mundo em conjunto. Não é algo obrigatório não, têm alguns que tem as suas roças individuais, mas depois toda a comunidade participa dos resultados. (...) Tem também diferença de comunidades pra comunidade. A Comunidade da Praia do Índio é diferente da Comunidade da Praia do Mangue. São duas lideranças diferentes. Quando precisa ter algum planejamento maior na área da saúde, na área da agricultura, eles se encontram, discutem, eles se juntam pra conseguir os recursos, mas cada comunidade é diferente da outra. (Extensionista G)

Através do compromisso firmado através do PROGATER, a EMATER tem buscado uma interação com as comunidades indígenas do município, o que está ainda em fase bastante inicial, tendo sido feitas até o momento duas visitas à Praia do Índio pelas técnicas da área social que diagnosticaram a possibilidade de estarem desenvolvendo Demonstração de Métodos sobre alimentação alternativa com um grupo de mulheres de lá. Importante chamar atenção que não houve ainda nenhuma capacitação nas instituições locais sobre este tipo de ATER. Está sendo programado pela SAGRI a realização de um seminário para discutir ATER indígena, ainda sem previsão de data para acontecer, mas no qual se pretende discutir as peculiaridades deste serviço e conhecer a situação das comunidades na região.

Os depoimentos e dados selecionados para compor este item buscaram demonstrar que frente a um mundo em mudança, o componente ético e humanista capaz de promover a agricultura sustentável dentro de uma perspectiva que dê conta da complexidade das ações humanas é ingrediente vital não apenas para a melhoria das condições dos agricultores, mas dos próprios extensionistas. O comentário do extensionista “A” é ilustrativo desta discussão, pois mostra a urgência de um modelo centrado nos indivíduos como atores sociais e não apenas como trabalhadores/produtores ou consumidores de bens e mercadorias. Este modelo depende da efetivação de uma forma partilhada de construção dos conhecimentos que se dá de forma espontânea e é isto o que valoriza e estimula a criatividade dos envolvidos nesta construção.

Pra nós é fundamental trabalhar valorizando o conhecimento que o agricultor traz porque sem isso nosso trabalho não tem sentido, o interessante de estar aqui na Amazônia é aprender a conviver com ela e ninguém melhor do que o agricultor pra mostrar isso pra gente. (Extensionista A)

5.4. Proposições educativas que os extensionistas rurais têm introduzido em suas práticas

Ao serem questionados acerca das proposições educativas que introduzem em suas práticas com os agricultores a maioria das ações apontadas como educativas pelos extensionistas foram diretamente relacionadas à questão da preservação.

O mundo todo está de olho no que estamos fazendo com a Floresta, então hoje é muito exigido que a gente consiga fazer o pessoal produzir sem aumentar a destruição que já está aí. (...) O homem tem que ser o explorador desse recurso, mas tem que estar em consonância com tudo isso aí. Se ele alterar alguma coisa, altera todo um sistema que está em seu redor. (Extensionista A)

Além da parte técnica, a parte de crédito, eu bato bastante com eles a questão do meio ambiente, a questão da preservação. ... Infelizmente nosso colono aqui, a realidade dele é diferente do colono do sul, lá o pessoal trabalha áreas menores, porém mais produtivas, porque eles têm a mecanização, eles têm as cooperativas, o mercado é ao lado. E a nossa realidade aqui é totalmente diferente. A gente precisa produzir, mas nossos colonos aqui precisam derrubar e queimar todo ano porque senão ele não consegue plantar a roça. **Então nós estamos conscientizando o nosso colono de que eles precisam fazer o aproveitamento daquela área.** O costume aqui para muitos aqui é derrubar, plantar mandioca e depois que colhe não planta mais nada. Hoje através das nossas palestras a gente passa pra eles de que tem que dar um aproveitamento pra essas áreas, senão derruba uma área para mandioca, outra área pra isto, outra área pra aquilo (grifo nosso). (Extensionista D)

O potencial da nossa região é muito grande e nós precisamos passar para o produtor isto. Sem os recursos que temos de sobra aqui vamos ser desvalorizados, e aí piora a situação deles. (Extensionista E)

O trabalho educativo da extensão eu acho que tem a ver com a preservação, estamos numa região muito rica e isso é cobrado da gente enquanto profissional. (Extensionista F)

Como ficou explícito nestes comentários há um incentivo explícito e uma preocupação com a “conscientização” dos agricultores com relação à preservação ambiental de modo a agregar este valor ao seu contexto de produção. A agroecologia é apontada por todos os extensionistas como um potencial grande para impulsionar este processo, tendo como facilitador o próprio contexto regional rico em recursos. O comentário do gerente regional da SAGRI é ilustrativo desta questão:

Hoje a gente discute um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com inclusão social e nós estamos discutindo isso num momento em que existem condições pra isto. Nós ainda temos a maior parte da mata nas propriedades, sobretudo nas pequenas propriedades, nós temos os recursos naturais disponíveis. Isso não é só uma facilidade como também uma potencialidade regional para a implementação dessa política (referindo-se à PNATER). (Entrevistado P)

Importante notar, entretanto, como chama nossa atenção o extensionista “A” para o histórico da região que aponta em outro sentido, revelando as dificuldades da tarefa a que as instituições de ATER estão submetidas.

O grande problema é a dificuldade que a gente tem pra fazer esse trabalho. Durante muitos anos, praticamente 30, 35 anos de investimento maciço em veneno, com uso pesado em veneno e as pessoas ainda pensam que só se resolve o problema de pragas e doenças com o uso sistemático, maciço, de veneno. Tudo isso tem um histórico da Revolução Verde que conduzia pra isso. Você tinha máquinas à financiar, pra descaroçar o solo todinho, desgrumar aquilo tudinho, ficando bem solto, favorecendo a erosão, você entrava com os corretivos, com os adubos, plantava-se a lavoura aí. E tudo isso financiado. Tinha-se todo um aporte por trás que favorecia isso. As indústrias produtoras de veneno davam prêmio pra quem vendesse mais veneno. Quando mais veneno você vendesse, mais veneno você jogasse nas culturas, no meio ambiente, melhor você era qualificado. Existe hoje uma dificuldade hoje no sentido de você reverter, mas eu entendo que esse processo tem que ser um pouco lento mesmo. Assim como foi, e com uma desvantagem. **Eu não vejo quem está ancorando esse processo agroecológico, eu não vejo nenhuma força pesada do governo fazendo investimento maciço como foi feito lá na Revolução Verde, que você financiava tratores, arados, carretas, grades, niveladores, colheitadeiras, você não tem isso hoje. Eu falo isso porque hoje quando eu faço um projetinho pra colocar umas caixinhas de abelha pra um produtor, há uma descrença muito grande se isso é viável, se isso é rentável, se isso vai surtir efeito para o produtor.** E a gente sabe que vai, porque o hábito é saudável e acaba realmente agregando valor. Eu não vou dizer que o cara com 10 caixas de abelhas ele possa viver. Mas se ele tiver 200 caixas o negócio dele começa a ser interessante (grifo nosso). (Extensionista A)

Outros entrevistados também se posicionam no sentido da necessária reconstrução de todo um estilo de produção diferente do que vem sendo proposto, acrescentando ainda a urgência de uma capacitação no sentido de prepará-los para atuar nesta problemática.

Hoje pra você ter uma idéia a CEPLAC não faz mais financiamento pra criação de gado de jeito nenhum, hoje nós procuramos trazer o cacau nos sistemas agroflorestais, consorciando com açaí, com essências florestais daqui da região, como mogno, andiroba, copaíba, essas

essências que possam agregar alguma coisa, como semente, óleo, e criação de pequenos animais, como carneiro, abelha, nada do que a gente fazia antes a gente faz hoje. (Extensionista A)

Agora nós estamos querendo introduzir a idéia da Agroecologia, esse sistema sem queimar. Então, pra quem está acostumado àquele dia a dia de fazer a sua roça, então é brota, derruba e queima. Só que aí pra mudar essa idéia vai ser lentamente. A queima da roça aqui na região é bem cultural, nós queremos ver o resultado imediato, e com a agroecologia não é imediato o resultado. (Extensionista G)

Quando questionados com relação às proposições educativas que vem introduzindo em suas práticas, na EMATER ficou evidente a permanência das atividades tradicionais, como visitas, reuniões com lideranças, demonstração de métodos e cursos, como já se discutiu anteriormente, atividades “pouco educativas” no sentido que a PNATER propõe, pois mantém o foco centrado na figura do extensionista e na transmissão de conhecimentos ditos relevantes aos agricultores. A inovação apontada foi a introdução das Unidades de Observação e Unidades Demonstrativas que intentam vir a se constituir pontos para troca de experiências entre os agricultores no futuro, visto estarem todas as cinco propostas ainda em fase inicial de implantação.

Na CEPLAC foi encontrado um diferencial, onde os extensionistas relataram uma busca crescente por atividades de cunho grupal, como excursões e formação de pequenos grupos de interesse onde são passados vídeos sobre temas de interesse. Interessante notar o comentário do extensionista “A” com relação ao número de agricultores desses grupos, veja:

Na minha capacitação ocorrida no Rio Grande do Sul para eu vi que as associações eram todas pequenas, de 6 pessoas no máximo. E quando eu era estudante ainda me falavam que quanto mais gente, a corrente era mais forte. No entanto não é bem assim. Eu observei lá e fiz a pergunta: Porque as associações aqui são pequenas? E eles responderam: porque nós descobrimos que dentro dos 40, 50 que tínhamos, na hora de convocar pros trabalhos somente cinco ou seis é que vinham. E se só cinco, seis que vinham então porque não trabalhar só com esses? Aqui em Itaituba ainda não tem essa mentalidade, o bom é o que é grande, o bom é o que dá pra manter o elo grande. Então através de uma compreensão particular, eu tenho preferido trabalhar com grupos pequenos, com os vizinhos e não com a comunidade ou a associação como um todo. Eu penso que o elo grande é aquele que se faz grande pela grandeza do pensamento das pessoas, pela participação efetiva, não pelo quantitativo. De que adianta você ter uma quantidade grande de pessoas e os pensamentos são tão discordantes que fica tudo mais difícil? (Extensionista A)

Na CEPLAC os extensionistas relataram estarem se utilizando também de dinâmicas de sensibilização onde há trocas de conhecimentos entre os agricultores, principalmente enfocando experiências exitosas em outros municípios ou a partir da

utilização de reportagens e outros meios de comunicação que possam vir a servir de exemplo para os agricultores.

Hoje você tem que ter para o produtor é demonstrações com experiências que foram e que são importantes. Tem que ver pra crer. Hoje, por exemplo, se você quer fazer uma demonstração numa região de que a abelha é interessante, de que ela vai aumentar o rendimento das suas colheitas, porque ela faz polinização, que ela vai produzir o mel, que o Japão tá pagando uma fábula por ele, e que este mercado ainda não está saturado, que tem todo um mercado mundial esperando de braços abertos o mel do pequeno produtor, você tem que trazer a coisa realmente pro campo da prática, do real. (Extensionista A)

Apesar de relatarem inúmeras experiências bem sucedidas, estes extensionistas chamam a atenção para que apesar de estarem seguindo uma orientação da instituição, recebem pouco ou nenhum incentivo para realizarem as atividades que propõem.

Então a gente tem procurado, dentro do possível, levar em propriedades que já tem, fazendo uso de demonstrações grupais, fazendo excursões, mas isso é uma coisa difícil. Eu tenho colocado isso tudinho na minha programação do ano e isso quase nunca sai do papel, porque a gente não tem recurso. Quando têm condição são os próprios agricultores que estão bancando essas atividades. (...) Eu tenho comprado do meu bolso DVDs da própria CPT lá de Viçosa. Eu tenho comprado e tenho levado pra eles, porque eu acho que a extensão ela tem que avançar. Então a gente tem colocado isso mais como um propósito da gente, porque a instituição não investe, mas de procurar, e até digo, como uma forma de não perder os laços com o serviço de extensão e não perder esse conhecimento, pra não ficar ultrapassado. **Mas a gente nota que está descompassado aquilo que a gente se propõe com aquilo que é proposto, com aquilo que nos é oferecido. Nós temos uma incumbência muito grande, uma porção de atividades, e praticamente não temos apoio nenhum** (grifo nosso). (Extensionista A)

Por exemplo, no início de 2007 partindo do interesse de um grupo de agricultores que se mostravam interessados em iniciar atividade de criação de peixes, foi organizada uma excursão para o município de Santarém a fim de conhecerem uma propriedade onde se realiza esta atividade de modo sustentável e integrado às especificidades regionais.

Não tem como a gente pegar e ver aqui na região um exemplo. Não tem como visitar uma área. Aí falaram fulano lá tem um tanque grande, e tal. Mas eu disse não quero esse tanque, eu quero é mostrar pra vocês uma criação de peixe de baixo impacto, debaixo de açai, sem praticamente você mexer em nada aqui na propriedade de vocês. Pra vocês não pegarem e detonarem a propriedade de vocês, represarem a água aqui e matar todas as árvores que vocês têm todo o açai, isso eu não quero. Aí eu perguntei pra cada um, você tem dinheiro pra pagar sua passagem pra Santarém? Tenho. Todos têm dinheiro pra pagar a passagem pra Santarém, tenho. Então cada um vai pagar sua passagem, eu vou pagar a minha e nós vamos a Santarém e lá a única coisa que a CEPLAC pode

oferecer é uma Kombi pra levar vocês aonde um cidadão cria peixe, na estrada de Santarém pro Aeroporto. Esse produtor foi até premiado na Alemanha, pelo trabalho belíssimo que ele faz. Ele simplesmente cercou o açazeiro com madeira, as estacas bem juntinhas pro peixe não sair e pros inimigos naturais como o jacaré não entrar e começou a criar ali Matrinchã⁴⁴. Um sucesso total! É nesse sentido que nós estamos trabalhando, fazendo com que o produtor até banque esse conhecimento. Coisa que o Estado deveria prestar, antigamente era assim. (Extensionista A)

O resultado dessa iniciativa foi que dos 10 agricultores interessados, seis estiveram em Santarém e hoje dois deles, menos de um ano depois, já conseguiram reproduzir a idéia em suas propriedades, o que o extensionista responsável considera uma grande vitória, visto que estas propriedades passaram a ser consideradas exemplo e referência para novas atividades de socialização dessa técnica na região (ver foto 8 - Anexo C).

A experiência acima relatada indica o caminho que vem sendo buscado pela CEPLAC para a introdução de novos modos de ação para a ATER da região, inserindo-a de fato numa trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável, entretanto através dos comentários acima, fica claro que esta proposta se sustenta em grande parte num esforço pessoal dos extensionistas que a propõe, o que demonstra que os investimentos no reaparelhamento da ATER ainda carecem de uma atenção mais significativa. É ilustrativo desta questão o comentário de do extensionista “D” com referência à expectativa quanto às mudanças que vem sendo introduzidas pós PNATER:

Todo o trabalho está no início. Nós precisamos ver se vão nos dar condições pra gente trabalhar e colocar em prática tudo isso que estão exigindo da gente. Dá pra trabalhar bem, é uma política boa, não é nada impossível, mas vamos ver quais as condições que nós vamos ter pra colocar ela em prática. (Extensionista D).

⁴⁴ Matrinchã ou Matrinxã. Espécie considerada um dos peixes mais saborosos da Bacia Amazônica.

6. ALTERNATIVAS DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO QUE VISAM À INSERÇÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NA PRÁTICA EXTENSIONISTA.

A valorização das experiências endógenas da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias, e tendo como foco principal da ação os princípios da Agroecologia tem que ser coerente com uma intervenção que ocorra de forma democrática. Ações como essas tomam o perfil educativo-construtivista distanciando dos velhos métodos de persuasão e manipulação, como afirma Coelho (2005), que precisam dar seus últimos suspiros. A ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos e dos espaços participativos não são algo fácil ou rápido de acontecer, eles demandam tempo e uma ação continuada, pois este não é um caminho simples, qualquer proposta transformadora, para ser viável, enfrenta os obstáculos como uma natural resistência às mudanças, a carência de novos conhecimentos que passam a ser necessários (CAPORAL e COSTABEBER, 2004a). Contudo é importante que se construam esforços efetivos no sentido de (re)construir e internalizar novas bases teóricas e metodológicas, e é isso que aqui se colocou como proposição para fomentar alternativas.

Em consonância com as definições políticas do Governo Federal apresentadas na PNATER busca-se problematizar a inserção da dimensão educativa na prática extensionista, enfocando principalmente a questão da capacitação dos técnicos, das metodologias empregadas e das especificidades do contexto em que a prática pedagógica tem se desenvolvido.

A proposição de ações de intervenção voltadas para a inserção da dimensão educacional na prática extensionista visa principalmente desencadear um processo

de reflexão entre os técnicos das instituições rurais envolvidas neste estudo, buscando inserir questões de ordem teórica e prática voltadas para o estudo da participação e dos métodos participativos. Conforme demanda gerada pelos extensionistas durante a pesquisa de campo, de onde foram tiradas as seguintes questões norteadoras:

- Qual o papel do técnico como educador?
- Como promover a participação na prática?

Essas indagações serão contempladas em dois grupos de propostas, um primeiro de propostas do ponto de vista epistemológico e metodológico e um segundo onde se enfatizará propostas do ponto de vista estratégico. Embora a proposição desta estrutura parta de uma reflexão individual do pesquisador, a pressuposição é que as ações sejam incorporadas ou implementadas pelas instituições em um programa de extensão rural dentro de uma abordagem construtivista para a qual a construção dos conhecimentos não seja encarada como um receituário pronto. Para cada instituição e em cada situação de trabalho específica as ações precisam e devem ser adaptadas e/ou refeitas.

Para Freire (1992) o conhecimento não pode ser um ato de transmissão de conteúdos e não se dá a partir de condutas ativo-passivas, pois ele só existe quando ocorre uma apropriação do aprendido e uma incorporação desse aprendido em ações que se refletem nas situações concretas de cada vivência, que passam então a transformar e reinventar o aprendido, que aí passa a ser apreendido.

A segunda pressuposição é a de que um processo educativo efetivamente transformador deve envolver dois momentos inseparáveis, ação e reflexão, não enfocando apenas a capacitação técnica dos sujeitos nos temas de estudo, mas também o estabelecimento de um processo dialógico-reflexivo no que se refere ao compromisso ético e político que deve fundamentar uma atuação no campo socioambiental. Freire (1992) chama a atenção para que todo indivíduo, independente do nível da ação, age de acordo com uma teoria, portanto é importante que se tenha lucidez sobre qual teoria tem orientado suas ações, porque a partir desta lucidez ele é capaz de transpor a barreira da simples *doxa* (mera opinião) e alcance do *logos* de sua ação, passando a indissociar teoria e prática, ação e reflexão. Assim a terceira pressuposição é de que ocorra um processo de implicação dos sujeitos no seu próprio processo formativo através de um trabalho de sensibilização e de uma ação que coloque os sujeitos no centro da ação educativa

conduzindo à construção de um conhecimento realmente incorporado, porque produzido por si e para si, conforme discutido no referencial conceitual.

Devido à complexidade do tema trabalhado neste estudo e a diversidade de atores envolvidos, as propostas de ação exigem a formação de uma equipe para coordenação e condução das atividades que contemple as várias instâncias envolvidas, como os escritórios regionais e a SAGRI, além de outras instituições ou grupos (inclusive de agricultores) que possam agregar valores e conhecimentos. Neste sentido sugere-se a realização de um encontro onde as ações possam ser apresentadas e debatidas para que a partir daí seja construído um plano de ação conjunta que contemple os interesses e necessidades dos vários atores envolvidos. Têm-se claro que além dos temas propostos, diversos outros precisam ser contemplados para composição de um quadro mais amplo que dê conta das necessidades geradas pós PNATER, o que deve ser encarado como ponto de partida para nortear novos estudos, projetos, encontros ou proposições de novas intervenções a partir daqui.

6.1. Propostas do ponto de vista epistemológico e metodológico

Partindo da premissa de que as ações dos extensionistas devem refletir a diversidade e particularidade das áreas onde estão inseridas indicamos que deve ser iniciado um programa de capacitação fundamentado pelos preceitos de Paulo Freire a fim de aperfeiçoar e qualificar a atuação desses atores, principalmente em termos do fortalecimento de uma postura ativa e socialmente compromissada. O objetivo desta ação seria incentivar um aprofundamento teórico com relação à metodologia da práxis integrado à realidade vivenciada por estes extensionistas de modo a que passem a visualizar de uma forma mais consistente o potencial que representam as contribuições das populações com as quais lida, conforme esperado pelas políticas e objetivos institucionais que regulam suas atividades. Este aprofundamento pode ser favorecido através de reuniões periódicas de modo a estreitar vínculos entre os vários atores e consequentemente entre suas instituições. Acredita-se que o ponto de partida desse trabalho é a recuperação da memória da extensão, pois, a despeito do desconhecimento deste histórico por parte do pessoal mais novo, no contexto das instituições estudadas há um grande acúmulo de

conhecimentos no pessoal mais antigo que não pode ser negligenciado, sob o risco de repetir experiências que já se sabe negativas.

Conhecer as nuances, os problemas, as fragilidades e as potencialidades da ATER no contexto da Transamazônica requer deste modo a formação de um conselho técnico interinstitucional de modo a agregar habilidades, competências e “diferentes olhares” sobre as situações. A articulação entre instituições e suas experiências particulares é fundamental para a construção de um panorama que dê conta da complexidades que envolve qualquer trabalho na Amazônia.

A partir dessa troca de “olhares” e do reconhecimento das potencialidades de cada um dos atores envolvidos em uma segunda etapa para esta proposta deve-se partir para uma elaboração sobre o papel do extensionista nos processos de promoção do desenvolvimento rural sustentável, que seja fundamentado pelo aprofundamento teórico com relação à participação e aos métodos participativos, configurando-se na construção de um conceito coletivo de “participação” que possa orientar a elaboração de referentes metodológicos para direcionar as práticas educativas da ATER no município e na região. O instrumental proposto por Paulo Freire deve ser explorado com o intuito de evidenciar como se dá a construção de uma proposta participativa na prática. Importante frisar que nestes encontros, além do aprofundamento teórico que propomos é fundamental que se privilegiem a vivência de atividades e dinâmicas de relaxamento e descontração que favoreçam a interação entre as partes, tornando o espaço coletivo agradável, atrativo, factível de facilitar a promoção de um intercâmbio de saberes que culmine na elevação da autonomia de todos os envolvidos, e não apenas mais um espaço formal onde os atores se encontram e pouco interagem.

Neste ponto ainda gostaríamos de chamar a atenção para alguns pontos importantes, pois como Coelho (2005) nos chama a atenção, antes de iniciar um processo participativo com agricultores é primordial que o técnico vivencie com seu grupo as técnicas que irá propor indo além de uma compreensão apenas formal ou intelectual da técnica em si, promovendo uma crítica construtiva e a internalização desses processos. A idéia dos Círculos de Cultura⁴⁵ de Paulo Freire é interessante porque ao invés do coordenador desses encontros permanecer numa posição

⁴⁵ Círculo de Cultura é uma idéia que substitui a de turma de alunos ou a de sala de aula. Teve grande aplicabilidade nas práticas de alfabetização de adultos propostas por Paulo Freire. Como todos fazem parte do processo educativo, devem formar a figura geométrica de um círculo, onde todos se olham e se vêem e consequentemente todos ensinam e aprendem.

central nas atividades, como comumente vem acontecendo na maioria das atividades de capacitação que tem sido propostas, todos passam a estar inseridos no círculo como educadores e educandos e potenciais agentes facilitadores de um processo de autonomia para as comunidades, onde preferencialmente todos tenham o potencial de influenciar a construção de um elo genuíno e honesto de comunicação (DEMO, 2001).

Uma contínua avaliação dos passos dados e reformulação das bases de ação também é primordial, deve-se buscar meios os mais variados possíveis que permitam a instauração de um processo contínuo de avaliação da condução dos processos propostos, o que pode ser favorecido a partir de práticas pedagógicas de sensibilização, reflexão, análise e síntese das informações. Os conflitos inerentes a este encontro entre sujeitos e instituições, ao contrário de serem desprezados deverão ainda servir como pano de fundo para a proposição de novas ações, uma vez que o extensionista enquanto mediador precisa aprender a superar os conflitos que permeiam os processos participativos, para FAUNDEZ *apud*. Rodrigues *et al.* (2008) assumindo através de uma metodologia do diálogo, suas limitações ao invés de negá-las, pois todos “tem experiência, tem valores, tem potencial, podem aprender, tem limitações” (PENEIREIRO, 2008:02).

A utilização de dinâmicas lúdicas que relaxem e favoreçam a desinibição dos participantes, o uso de perguntas de estímulo derivadas dos temas geradores, a elaboração de desenhos que representem a realidade, a leitura de textos, a instalação de experimentos, a realização de excursões, entre outras ações podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e dedutivo (Peneireiro, 2008), configurando deste modo definitivamente a participação como um ato criativo para todos os envolvidos.

6.2. Propostas do ponto de vista estratégico

Levando em conta as especificidades do contexto em que a prática pedagógica se desenvolve e as dificuldades apontadas pelos técnicos na consecução das atividades que lhe são demandadas recomenda-se que os mecanismos de comunicação tanto entre instituições quanto entre estas e suas gerências regionais e centrais sejam aprimorados. Se se têm que uma das formas

de abordagem da agricultura familiar parte da realização de cursos, é primordial que os temas relativos a estes cursos sejam escolhidos a partir de um trabalho local de diagnóstico de modo a favorecerem uma participação mais ativa e comprometida, não ignorando, por exemplo, as condições específicas dos agroecossistemas manejados localmente. Pois, ao contrário de uma ação participativa tutelada, onde os questionamentos e direcionamentos partem de interesses de grupos externos, uma participação autônoma, conforme Caliari, Alencar e Amâncio (2002) é o que poderá efetivamente determinar o sucesso dos programas de desenvolvimento, além de fornecerem informações mais adequadas à geração das estratégias de ação e resolução de problemas reais.

Uma outra proposta estratégica seria fomentar a estratégia a troca de experiências entre os atores, e a divulgação de experiências exitosas, agregando, inclusive, as experiências das instituições não governamentais e dos próprios grupos de agricultores de modo a criar e fortalecer a geração de uma rede interinstitucional na região da Transamazônica.

Como atualmente tem sido dada ênfase a introdução de modelos alternativos de produção e que conduzam à conservação do ambiente e manutenção da biodiversidade, é importante o estabelecimento de um processo de educação ambiental para os técnicos envolvidos com a ATER de modo a favorecer sua sensibilização e formação em metodologias adequadas que os apoiem em suas atividades com os agricultores.

Finalizando é importante chamar a atenção para que o trabalho da extensão rural atualmente tem como atribuição, além de estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável agrícolas, contemplar também as iniciativas não agrícolas e que dêem conta dos vários grupos existentes, contemplando de modo fundamentado as questões de gênero e principalmente a ATER indígena, demanda tão presente e carente de atenção neste município.

Hoje a gente sabe que não tem só o agricultor, nós temos os ribeirinhos, os indígenas, os quilombolas, e a ATER precisa ser mais bem qualificada pra atender melhor as especificidades que existem na região. (Entrevistado P).

7. CONCLUSÕES

Com relação ao estabelecimento dos novos modelos de intervenção e de agricultura, atualmente existem fatores que têm contribuído para o fomento a uma articulação de ações condizentes com as recomendações da PNATER. No período mais recente foram abertos diversos espaços de discussão e formação onde está se buscando qualificar a ATER e torná-la mais dinâmica de modo a dar conta da demanda existente no Estado, incluindo vários fóruns de discussão. Nesse sentido, foram realizados na região Seminários de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Conferência Estadual de Assistência Técnica, além de um seminário para discutir a ATER no município.

Contudo, esses espaços não têm despertado muitas mudanças nas instituições, principalmente com relação às inovações conceituais que passam a orientar as práticas interventivas. Apesar de não se manifestarem refratários às discussões que vem sendo propostas, alguns extensionistas denotaram pouco interesse na participação em tais eventos e quando isto ocorre, os canais para socialização das discussões não existem formalmente. Geralmente isto se dá apenas por conversas informais que por não serem deliberativas, pouco contribuem para um aprofundamento e incorporação institucional. É importante, assim, colocar em pauta a possibilidade de criação destes espaços de socialização de modo a que venham contribuir mais eficientemente para a apreensão dos princípios e compromissos que estão sendo deliberados em instâncias superiores.

O agravante desse quadro de permanência de ações convencionais, entre outros motivos, é de natureza estrutural. O estudo revelou que a ATER pública no município estudado, atualmente, está dentro de um processo de interações conceituais e propositivas complexas. Apesar dos discursos apontarem para novos rumos e interesses por soluções inovadoras; é notória a precariedade das condições estruturais das organizações locais, reveladas pelo baixo número de técnicos e, em alguns casos, pela inexistência de recursos para desenvolvimento das atividades que têm sido propostas. Essas evidências demonstram que a transição ainda está debilitada e indefinida, mantendo este serviço em certa medida afastado de seus objetivos institucionais e da consecução dos direcionamentos pautados na PNATER.

Importante destacar o alto risco que os técnicos correm nos trajetos dos ramais, uma vez que a manutenção destas vias não vem sendo realizada, como vimos, em alguns casos, há 10 anos ou mais. Além do acesso precário, a dificuldade de escoamento da produção diminui o interesse pela instalação e manutenção de projetos, contribuindo, entre outros fatores, para o aumento da pobreza nas áreas rurais e a manutenção de práticas predatórias pelos agricultores.

No dia-a-dia dos extensionistas constata-se que há conhecimento técnico e experiência suficiente para viabilizar suas atividades. No entanto, variados obstáculos de ordem epistemológica e metodológica apresentam-se como grandes desafios a serem enfrentados, pois novos saberes ou concepções sobre os conhecimentos já instituídos podem ser demandados na elaboração de estratégias, programas e políticas públicas específicas para a ATER. Exemplo disso é o que se refere a práticas educativas construtivistas. Embora proposta pelos órgãos reguladores (Governos Federal e Estadual) como parte constitutiva do serviço público de ATER como ação estratégica que impulse transformações efetivas no meio rural por utilizar adequadamente instrumentos metodológicos participativos, a construção de um modelo de intervenção que viabilize essa alternativa vem apresentando limitações.

Com relação à construção dos novos estilos de agricultura através da agroecologia, também fica evidente a importância de um aprofundamento conceitual, pois os discursos de alguns técnicos ainda apontam para a introdução de atividades pontuais e até mesmo desconectadas das demandas geradas pelos agricultores. No discurso dos técnicos em relação à participação da agricultura familiar e à valorização dos conhecimentos tradicionais na construção dos saberes apropriados

para o manejo sustentável dos recursos locais, estes temas têm sido referidos de maneira superficial, com expressões genéricas que indicam pouco aprofundamento conceitual. Uma das principais dificuldades apontadas pelos extensionistas foi a própria falta de formação nestes temas, dificultando até mesmo a busca de respostas satisfatórias para a operacionalização de atividades nesta linha.

A questão da formação mostra-se como um importante problema para o estabelecimento do novo perfil exigido para os técnicos. No caso dos extensionistas estudados, o principal, quando não único momento de formação para atuação com a extensão rural deu-se através de uma disciplina isolada insuficiente para fornecer as ferramentas necessárias para uma atuação consistente neste campo. Em todos os casos a história de vida foi citada como o principal motor para a formação e atuação com a questão rural, demonstrando uma ausência dessa perspectiva na formação acadêmica. Com relação às capacitações fomentadas pelas suas respectivas instituições estes espaços também têm se mostrado insuficientes, tanto com relação ao tempo dos cursos, quanto à discussão filosófica e à exploração dos preceitos e metodologias que enfocam a participação, por exemplo.

No caso da EMATER, os técnicos com formação nas áreas agrárias, apesar de afirmarem atuar conjuntamente com os técnicos da área social, durante a permanência na instituição ficou evidente o distanciamento entre estas duas áreas. Além disso, o discurso dos técnicos evidenciou que a extensão rural, enquanto atividade educativa está predominantemente ligada às atividades da chamada área social. Não foi possível evidenciar como seria essa junção de áreas e temas que são afins. Como já foi discutido anteriormente, atuar dentro de uma proposta participativa, como propõe a PNATER, não é uma tarefa da qual apenas os profissionais das ciências sociais dão conta, pelo contrário, a articulação (interdisciplinaridade) entre ciências agrárias e ciências sociais é fundamental para que se efetive um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e entre as suas metodologias particulares, abrangendo a realidade que não se apresenta de uma maneira compartimentalizada.

Devido a um histórico de dependência com relação aos recursos advindos do crédito agrícola, este motor da ação tem sido encarado atualmente, tanto por técnicos quanto pelos agricultores (segundo comentários dos extensionistas), como o principal objetivo da ATER na região. São encontrados no município estudado os elementos abordados por Silva e Carmo (2007) que apontam este mecanismo como

o responsável pela disponibilização dos serviços de ATER para a agricultura familiar e o mais importante controlador dessas atividades. Acesso ao crédito exige um grande esforço do quadro técnico na elaboração e acompanhamento dos projetos, e consequentemente afasta, em certa medida, as instituições da busca por alternativas diferenciadas para superação da crise instalada no meio rural.

Um dos agravantes para este quadro, não apenas na Transamazônica, mas para a maioria das instituições rurais de ATER brasileiras, conforme já foi discutido anteriormente, têm sido as referências para a construção dos conhecimentos sobre os sistemas agrícolas e sobre a operacionalização da participação sociopolítica das comunidades atingidas pelos projetos e programas de desenvolvimento. Ao contrário de negar estas proposições, é importante desmistificá-las através de um processo que tenha como premissa que a realidade não é um dado pronto, mas algo em permanente construção.

Dentro das novas perspectivas apontadas atualmente para as propostas de desenvolvimento rural, percebe-se a necessidade de aprimoramento dos canais de comunicação tanto dentro das próprias instituições quanto dos canais interinstitucionais, facilitando uma troca de conhecimentos consistente com a sustentabilidade para que apontam as políticas públicas. Há uma dificuldade notável nesta área, configurando-se no comentário do representante da SAGRI no município que aponta a integração de ações como um dos principais problemas que precisam ser enfrentados atualmente na região: “hoje a gente observa que tem diversas ações sendo desenvolvidas e muitas vezes essas ações são paralelas”.

Cumprе destacar que neste contexto a integração entre instituições governamentais e ONGs também deve ser ressaltada visto estas últimas apresentarem-se num estágio mais avançado com relação à visualização da ATER enquanto atividade educativa. A busca de um aprofundamento nesta questão é um tema rico e pertinente para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRAMAVOY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação**. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Abramovay_Texto_Avalia__o_ATER.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

AGUIAR, F. F. et al. **Agroecologia: um olhar a partir das instituições rurais da região da Transamazônica – Pará**. Disponível em: <www.laet.org.br/artigos/agroecologia_olhar_partir_das_instituicoes_rurais_regiao_transamazonica.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ALBALADEJO, C. et al. **Novas competências para os atores do desenvolvimento rural na Amazônia**. Disponível em: <webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n2p307.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2008.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**: Lavras - MG, v.2, n.1, p.23-43. jan. 1990.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: UFSM/MEC/ABEAS, 1989.

ALMEIDA, J. L. V. de; ARNONI, M. E. B.; OLIVEIRA, E. M. de. **Mediação pedagógica: dos limites da lógica formal à necessidade da lógica dialética no processo ensino-aprendizagem**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt04-1724-int.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2007.

AMÂNCIO, C. **Educação Popular e Intervenção Comunitária: Contribuições para a reflexão sobre empoderamento**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/>

gt06/t064.pdf>. Acesso em 14 dez. 2007.

AMODEO, N. P. **As armadilhas da participação: os desafios da extensão rural como ferramenta de desenvolvimento**. OIKOS (Viçosa), v.18, p. 51-64, 2007.

ARBEX JR., J. "Terra sem povo", crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, M. (org.), **Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005.

ASBRAER/SAF-MDA. **Projeto indicadores de avaliação de resultados de ATER**. Disponível em: <www.cultiva.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2007.

AZEVEDO, R. A. B. de. Os agricultores tradicionais e a agronomia: a difícil compatibilidade dos modelos conceituais. In: COELHO, M. de F. B. Diversos olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Medicinais. **Anais do I Seminário Matogrossense de Etnobiologia e Etnoecologia**. Cuiabá: UNESCO, 2003.

BATISTA, M. G. **Prestação de serviços de ATER e diversificação de políticas na Transamazônica**. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/rcientifica/trab_premiados/artigos/mgb.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL, **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília: Convênio de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BROSE, M. (org.). **Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. (Coleção Participe).

CALIARI, R. O.; ALENCAR, E.; AMÂNCIO, R. Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Local. In: Organizações Rurais e Agroindustriais. **Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras**: UFLA. Vol. 4, nº. 2. jul./dez. 2002. p.52-62

CALLOU, A. B. F. **Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local**. Disponível em: <www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Revue%202007/08_callou.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004(a).

_____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004(b).

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (orgs.) **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: Ed. Bagaço, 2006.

_____. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural.** Disponível em: <www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/n1/05_artigo_agroeco.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2007.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2007.

CARVALHO, Y. M. C. de. **Desafio da agricultura orgânica: Capacitação do produtor, Geração do conhecimento e Troca de informações, comercialização e certificação.** Biológico, São Paulo, v.65, n.1/2, jan./dez., 2003.

CAVALET, V. J. Os desafios da extensão rural no presente: o ensino de extensão rural em questão. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n.1, 1996.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo.** Viçosa, UFV: 2005.

DA SILVA, C. M. **Extensão rural e estratégias de mudança sócio-cultural: uma leitura a partir das resistências cotidianas.** Disponível em: <www.alasru.org/cdala_sru2006/15%20GT%20Claiton%20Marcio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2007.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DEMO, P. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: SORRENTINO, M. (org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 163-184.

DIAS, M. M. **As mudanças de direcionamento da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) em face do difusionismo.** OIKOS (Viçosa), v.18, p. 11-21, 2007.

DIAS, M. M. Uma abordagem introdutória sobre as concepções e práticas da extensão rural no Brasil. In: CARVALHO, M. M. de J.; NETO, J. A. F. N. (orgs.). **Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES Relatório**. Belo Horizonte: INCRA, 2006.

_____. (Org.). **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.

DINIZ, F. H. **Produção de leite com qualidade em áreas de assentamento: proposições de intervenção como inovação**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E. **A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas**. Disponível em: <www.alasru.org/cdala_sru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2007.

EMATER. **Jornal da EMATER**. Marituba-PA. Ano 1, ed. 02, 2007.

FAVERO, C. Trabalho participativo como prática educativa. **Seminário Interno INCRA/MG – Metodologia para tratamento da questão ambiental no processo de reforma agrária**. Belo Horizonte: INCRA, 2005.

FAVERO, C. **Os desafios na Implantação da nova Política Nacional de ATER para que essa possa contribuir com o desenvolvimento sustentável tendo como base a agricultura familiar e a agroecologia**. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/modules/articles/article.php?id=13>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

FEITOZA, J. M. do R. **Extensão rural no Amazonas: concepções pedagógicas no planejamento do IDAM-AM**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

FERNANDES, R. A. U.; BOTELHO, M. I. V. A reestruturação da extensão rural: da tecnologia à valorização dos vínculos. In: AMODEO, Nora B. P.; ALIMONDA, Héctor. **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV/CPDA, 2006.

FERREIRA, A. C.; MUNIZ, J. N.; JEROZOLIMSKI, R. O desafio da mudança de paradigma na atuação do extensionista rural. Relatos. In: **A agroecologia no contexto Amazônico: palestras, relatos de experiências e resumos da I Reunião Amazônica de Agroecologia**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007.

FIÚZA, A. L. C.; ALMEIDA, A. C. de. **A assistência técnica e a extensão rural no período Pós-Fordista: Uma reflexão acerca do caráter tutelar da extensão rural.** In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. Anais do 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985. (Educação popular, 3).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção o Mundo Hoje).

_____. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, M. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

GESTAR. Características e atuação das organizações sociais e instituições governamentais correlatas às questões rurais e ambientais. **Relatório analítico de caracterização institucional da área de abrangência do GESTAR BR 163.** Disponível em: <<http://www.dialogos.org.br/arquivo/conteudo/Dinamica%20organizacional%20da%20BR163.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros passos; 193).

GOMES, J. C. C & GUASP, J. T. **Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em Agroecologia.** Capturado em: <http://www.fca.unesp.br> In: 10 jan. 2007.

GOHN, M. da G. **Educação Não-Formal e Cultura Política.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.

HABERMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa.** Madrid: Taurus, 1987.

IESCA, J. **Mediação – Edgar Morin.** Disponível em: <<http://medicacaopuc.br.tripod.com/iesca.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O desafio da Br-163.** Disponível em: <www.socioambiental.org/esp/BR163>. Acesso em: 03 mar. 2008.

INTINI, João Marcelo. **Luzes e sombras negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar.** 2004. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

IPAM. **Dossiê sobre o caos vivenciado pelos produtores familiares moradores do pólo da BR 163/PA.** Disponível em: <[www.ipam.org.br/web/programas/planejamento/encontros/polo_br-163/\(microsoft%20word%20%20dossi_352%20p_363lo%20br%20163\).pdf](http://www.ipam.org.br/web/programas/planejamento/encontros/polo_br-163/(microsoft%20word%20%20dossi_352%20p_363lo%20br%20163).pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2007.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

LEME, J. A. C. **O diálogo na ação extensionista como promoção do desenvolvimento rural sustentável no estado de São Paulo.** 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, SP.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, I. de S. **A extensão rural educativa e a pedagogia da alternância: uma abordagem de comunicação rural para a formação de agricultores.** Disponível em: <www.adtevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R1661-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2007.

LIMA, I. de S. **Pesquisa-ação e extensão rural: obstáculos epistemológicos para o diálogo de saberes.** Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0998-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2007.

MAPA. **A CEPLAC.** Disponível em: <www.ceplac.gov.br/Missao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

MASSETO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASSETO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2004.

MELO, Manoel Moura. **Trilhas de Idealismo**. Marituba: EMATER-PARÁ, 2000.

MINISTÉRIO DA CASA CIVIL. **Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR 163**. Brasília, jun. 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável – PAS**, vol. 1, Diagnóstico e Estratégia. Brasília, out. 2004.

MOTA, D. M. da.; SCHIMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.) **Agricultura Familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

MOTA, N. L. C. **Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: A Extensão Rural no Pólo Agroflorestal Dom Moacir, Bujari, Acre**. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE.

MUNIZ, J. N. Os desafios na extensão rural no presente. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n.1,1996.

MUNIZ, J. N. Novas perspectivas para a extensão rural: o desenvolvimento local sustentado. In: Fórum de debates sobre metodologias participativas para o desenvolvimento local sustentado, 1998. **Anais...** Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1998. (Projeto PNUD, 12).

MUNIZ, J. N. A extensão rural em tempos de mudanças. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 20, n., 1999.

NEVES, D. P. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.) **Assentamentos rurais**. São Paulo, Editora UNESP, 1994. p. 177-183.

OKADA, Alexandra L. P. **Mediação pedagógica em Freire e Piaget**. Capturado em: <mediaçãoopuc.br.tripod.com/medale1.htm> Acesso em: 16 fev. 2007.

PARÁ, **Programa de assistência técnica e extensão rural pública do estado do Pará -PROGATER**. Belém-PA: 2005.

PAULUS, G. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição**. 1999. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811810011.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2006.

PEDROSO, M. **Uma breve reflexão sobre o papel da assistência técnica e extensão rural (Ater) na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.** Disponível em: <www.assessoriadopt.org/AssistenciaTecnicaAfter.doc>. Acesso em: 05 abr. 2007.

PENEIREIRO, F. M. Sensibilizando e construindo o conhecimento com a comunidade. In: **Programa de Formação Técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.** Itaituba: 2008. (Módulo 2 – Educação Ambiental).

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.

RIBEIRO, R. N. da S. Política estadual de ATER. **Capacitação de técnicos – Crédito PRONAF Reforma Agrária.** Pará: EMATER, 2007.

RIBEIRO, N. **A importância das rodovias Transamazônica e Cuiabá- Santarém.** Disponível em: <www.abn.com.br/artnicias1aimportancia.htm>. Acesso em: 12 jan. 2008.

RICCI, R. **Indicadores de avaliação de resultados da extensão rural.** Disponível em: <www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1823>. Acesso em: 05 dez. 2007.

ROCHA, C. G. et al. Apoio às inovações técnicas de agricultores familiares da Transamazônica. In: MOTA, D. M. da.; SCHIMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.) **Agricultura Familiar e abordagem sistêmica.** Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

RODRIGUES, C. L. et al. **Desafios e estratégias voltados para promover a participação social na recuperação florestal.** Disponível em: <sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam2/repositorio/126/documentos/carmem_lucia_rodrigues_esalq.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2008.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte: ASBRAER, 2006.

SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica.** Belém: AFATRA, 2003.

SAGRI. **Diagnóstico Quantitativo dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Pará.** Belém: SAGRI-Pará, 2008.

SAGRINFORMA. **Informativo da Secretaria Estadual de Agricultura.** Belém-PA, ano 1, n. 2, 2008.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html>. Acesso em: 15 nov. 2007.

SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: E.P.U., 1987, vol. 1. (Delineamentos de Pesquisa).

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição ecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, 2002.

SILVA, L. K. R. da. **A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985).** Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra25/rs-mt.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

SILVA, M. T. R. da; ARNS, P. C. **Desenvolvimento Comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito sobre o DC.** Projeto BNDES/PNUD, Recife, 2002.

SILVA, R. C.; CARMO, E. dos S. **A ater estatal e a aplicação do crédito rural na região do Baixo Tocantins.** Disponível em: <www.apacc.org.br/downloads/Relatorio_APACC_Ater_e_credito_rural_no_Baixo_Tocantins.doc>. Acesso em: 10 nov. 2007.

SIMÕES, A. Novas competências para a ATER: o desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação. In: In: MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica.** Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

SIMON, A. A. **A pesquisa-ação: o extensionista como sujeito-objeto.** Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 544-547, fev, 2007.

SORRENTINO, M. Educação ambiental e pedagogia da complexidade nos caminhos Amazônicos. In: **Programa de Formação Técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.** Itaituba: 2008. (Módulo 2 – Educação Ambiental).

SOUSA, M. de F. G. de. Estrutura e processo do conhecimento e a ação do extensionista rural. **Caderno de Difusão de Tecnologias**, Brasília, 3(2):, maio/ago. 1986.

SOUZA, J. R. F. de. **A extensão oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste.** Disponível em: <www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Jos%C3%A9%20Ribamar%20Furtado%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2008.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. **Gestão Pública e cidadania: metodologias participativas em ação**. Disponível em: <inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2007.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2007.

TORRES, M. Fronteira, um eco sem fim. Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: TORRES, M. (Org.) **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005.

TORRES FIGUEREDO, O. A.; MIGUEL, L. de A. Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural a partir da perspectiva sistêmica. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**. SBSP: Fortaleza, 2007.

VIANA A. L. Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para estudos sobre políticas sociais. In: Canesqui A.M. (org). **Ciências sociais e saúde**. São Paulo: Hucitec; 1997.

VIVAN, J. L. Extensão rural em Sistemas Agroflorestais In: Muller, M. W. et al. (editores) **Sistemas Agroflorestais, tendência da agricultura ecológica nos trópicos**. Ilhéus: SBSAF, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Roteiro de questões para entrevista semi-estruturada com os técnicos

1. Cargo que ocupa no órgão.
2. Formação.
3. Tempo de serviço neste órgão.
4. Qual foi o primeiro contato com a extensão rural?
5. Atualmente quais são as ações que você executa?
6. Quanto à formação que você recebeu (tanto a graduação quanto capacitação em serviço), ela está sendo suficiente para sua atuação hoje? Por quê?
7. Que tipo (pequenos, médios, grandes, por ex.) de agricultor o trabalho da sua instituição está atingindo atualmente?
8. Na sua concepção, o que é que tem de educativo nas ações que você executa?
9. Estão ocorrendo atualmente trabalhos relativos à SAF's, Pesquisa Participativa, Agroecologia ou agricultura orgânica? Quais?
10. De quem partiu o interesse por estas atividades?
11. Quais as atividades (capacitações, encontros, etc.) sobre este tema que participou recentemente?
12. Qual o seu interesse por estas atividades?
13. Qual o conhecimento que tem da PNATER?
14. Qual o interesse da sua instituição e se percebe uma identificação no sentido de se adequar à proposta da PNATER?
15. Já é possível perceber mudanças? Quais?

16. Você se considera preparado para trabalhar com os temas (agroecologia e metodologias participativas, por ex.) apresentados pela PNATER? Porque?
17. Como tem se dado a participação dos agricultores nestes trabalhos? Como e quando eles participam?
18. No contato com os agricultores, quais são as metodologias que você mais utiliza ou as que têm tido melhor aceitação?
19. Considera que as metodologias participativas podem melhorar sua atuação? Como?
20. Segundo a sua opinião, no Estado do Pará e mais especificamente no território rural da Transamazônica quais são as principais dificuldades encontradas para a realização dos trabalhos de Ater dentro da proposta da PNATER?
21. E as facilidades?
22. Qual a expectativa sobre a efetividade das mudanças propostas pela PNATER?
23. Qual o relacionamento com outras instituições ou experiências? (Ou: se tem dúvidas, a quem recorre?)
24. Em que você acredita que esta pesquisa pode contribuir para alguma melhoria em seu trabalho ou no trabalho da sua instituição?

ANEXOS

ANEXO A

Mapa Comunidade São João Batista – Curral Redondo (Km 7).

[illegible]

ANEXO B

Formulário de Avaliação dos Ramais



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA TÉCNICA
COORDENADORIA TÉCNICA
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E APOIO

REGIONAL DE: SANTARÉM / MUNICÍPIO: ITAITUBA

Formulário de Avaliação dos Ramais	
1. IDENTIFICAÇÃO DO RAMAL	Descreva as condições de tráfego nas principais vias de acesso das áreas atendidas pela Emater-PA, sua extensão, o que é escoado por elas (feijão, arroz, farinha, etc), número de famílias que a utilizam, situação das pontes e outras informações que considerar relevante.
Vicinal Norte-Sul - PA Ypiranga - Pimental	▪ Intrafegável; ▪ Mandioca, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados em animal ou no jamanxin; ▪ 30 famílias; ▪ 8 km de vicinal.
Vicinal do 10 - PA Ypiranga - Pimental - Com. São Francisco	▪ Péssimas condições, intrafegável, não houve nenhuma conservação; ▪ Mandioca, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados em animal ou no jamanxin; ▪ 52 famílias; ▪ 10 km de vicinal.
Vicinal 11/13 - PA Ypiranga - Pimental	▪ Intrafegável; ▪ Mandioca, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados em animal ou no jamanxin; ▪ 32 famílias; ▪ 12 km de vicinal.
Vicinal do 15 - PA Ypiranga - Pimental - Com. Baixão Bonito e Açaituba	▪ Regular, mas foi construída fora do padrão; ▪ Escoam mandioca, farinha, feijão, milho, arroz e outros; ▪ 70 famílias; ▪ 20 km de vicinal e também cruzam duas vicinais (11 e 13).

Vicinal do 20 - PA Ypiranga - Pimental - Com. Novo Horizonte	7 km regular e 13 km em péssimas condições; - Mandioca, feijão, milho, arroz são escoados em pequena quantidade por falta de estrada; 70 famílias; 20 km de vicinal.
Vicinal do 25 - PA Ypiranga - Pimental - Com. Santa Maria	Não foi construída no padrão, ladeiras perigosas; - Farinha, feijão, milho, arroz e outros; 40 famílias; 20 km de vicinal.
Vicinal do 30 - PA Ypiranga - Pimental - Com. Cde. Teixeira	Precárias condições, 8 km trafegáveis e 12 km intrafegáveis; - Mandioca, farinha, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados; 60 famílias; 20 km de vicinal.
Estrada de Barreiras - Municipal - Com. Nova Aliança	Regular, conservação esporádica, pontes precisam de recuperação; - Bovinos, mandioca, farinha, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados em transporte particular; 40 famílias; 60 km de vicinal.
PA São Benedito - Com. São Benedito	Irregular, conservação esporádica e pontes precárias; - Mandioca, farinha, feijão, arroz, fruticultura e outros, são escoados; 195 famílias; 28 km de vicinal.
PA São Benedito - Com. São Jorge	Irregular, conservação esporádica e pontes precárias; - Mandioca, farinha, feijão, arroz, fruticultura e outros, são escoados em transporte terrestre e animal; 195 famílias; 28 km de vicinal.
Vicinal 42 - Transamazônica - Ramal Transfaturão - PA Miritituba - Com. Nova Califórnia / Nova Olinda / Nova União	Péssimas condições, principalmente no período da chuva, foram construídas fora do padrão. Conservação esporádica com ladeiras perigosa e pontes inacabáveis; - Mandioca, farinha, feijão, milho, arroz, fruticultura e outros, são escoados em animais e a produção tem porcentagem perdida por falta de transporte adequado; 136 famílias; 20 km de vicinal.

Fonte: Extensionista “F”, grifos nosso.

ANEXO C

Pequeno arquivo de fotos



Foto 1 - Inauguração Escritório da EMATER no Km 30 do município de Itaituba (1985).
FONTE: arquivo EMATER - Itaituba.



(a)

Ida a campo - CEPLAC



(b)



(c)

Idas a campo – EMATER

Foto 2 – Estradas de acesso às comunidades trabalhadas em condições precárias de trafegabilidade.
FONTE: arquivos CEPLAC- Itaituba e EMATER - Itaituba.



Foto 3 - Excursão de agricultores da comunidade Vicinal do Brabo (Km 18) em Itaituba, visitando a criação de peixes do Sr. Silvino Pimentel, localizada no município de Santarém. FONTE: arquivos da CEPLAC - Itaituba



Foto 4 – Demonstração de Métodos sobre plantas medicinais (na foto o pessoal está preparando um comprimido de tapioca com óleo de copaíba que pode ser utilizado no tratamento contra infecções e no fortalecimento do sistema imunológico). FONTE: arquivos da EMATER - Itaituba.



Foto 5 – Dia de Campo sobre a cultura da banana com pessoal da EMATER, CEPLAC, EETEPA, SAGRI, entre outras instituições. FONTE: arquivos da EMATER - Itaituba.



(d)



(e)

Foto 6 – SAFs em fase inicial onde pode ser visualizada a diversidade de espécies (Cacau, Mogno, Mandioca, Banana, Açaí, Tatajuba, Ipê e outras). FONTE: arquivos da CEPLAC - Itaituba.



(e)



(f)

Foto 7 – Agricultores atendidos pela CEPLAC com produção de coco e cacau dentro do sistema de SAFs.
FONTE; arquivo CEPLA - Itaituba.



(g)



(h)

Foto 8 – Propriedade do Sr. Francisco Antônio de Lima residente na Vicinal do Brabo (Km 18) com tanque de peixes inspirado pela visita a Santarém. FONTE: arquivos da CEPLAC - Itaituba.